



Revista de Villegagnon 2016



ISSN 1981-3589

Revista Acadêmica da Escola Naval

Ano XI Número 11 - 2016







Caro Leitor,



Com grande satisfação, apresento a décima primeira edição consecutiva da Revista de Villegagnon, cujo propósito é incentivar a produção intelectual do corpo docente e discente da Escola Naval, por meio da publicação de temas de interesse de nossos Aspirantes, Sentinelas dos Mares, em breve Oficiais, responsáveis por conduzir o alto padrão de desempenho da Marinha do Brasil.

O ano de 2016 vem a ser especial pela realização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro. E coube à Escola Naval, com a participação direta de nossos Aspirantes, receber a chama olímpica, símbolo de valores tão cultivados em nossa Marinha, como amizade, respeito, determinação, coragem e excelência.

Os Sentinelas dos Mares abraçaram a carreira das armas no mar, o que exige aprimoramento constante, uma vez que o rápido desenvolvimento de nosso mundo globalizado demanda o domínio de diversas áreas do conhecimento, além de sólidos valores éticos e morais, características fundamentais de líderes inspiradores.

Nossa revista, por meio de conteúdos e reflexões aqui apresentados por motivados docentes, Oficiais e Aspirantes, contribui, mais uma vez, para o sucesso na atividade de ensino-aprendizagem desempenhada no campo santo de Villegagnon.

Assim, agradeço aos nossos patrocinadores e a todos os que tornaram possível a presente edição.

Desejo boa e proveitosa leitura.

NEWTON DE ALMEIDA COSTA NETO
Contra-Almirante
Comandante



REVISTA DE VILLEGAGNON
ANO XI – NÚMERO 11 – 2016
ISSN 1981-3589

Revista de Villegagnon é uma publicação anual, produzida e editada pela Escola Naval.

Comandante

Newton de Almeida Costa Neto

Superintendente de Ensino

C. Alte (RM1) Dilermando Ribeiro Lima

Editor

CMG (Ref) Ricardo Tavares Verdolin

Conselho Editorial

CMG (Ref) Pedro G. dos Santos Filho

CMG (RM1-EN) João Batista L. Vieira

CMG (RM1-IM) Hércules Guimarães Honorato

Prof. Lourival José Passos Moreira

Prof^º. Dr^ª. Ana Paula Araujo Silva

Prof^º. Mario Cesar da Silva Souza

Revisão:

CMG (Ref) Pedro G. dos Santos Filho

CMG (RM1-IM) Hércules Guimarães Honorato

Prof^º. Dr^ª. Ana Paula Araujo Silva

Prof^º. Mario Cesar da Silva Souza

Diagramação e Arte final:

Felipe dos Santos Motta

(motta_18@hotmail.com)

Impressão:

WalPrint Gráfica e Editora

Agradecimentos:

CMG Garriga, CF Costeira, CT Biggi, Diretoria

da SAPN, Equipe de Relações Públicas da

Escola Naval, Praças do Centro de Ensino

Profissional Naval, Asp (IM) Yago, 2^º SG (RM-

1-CN) Eugênio, SO Cristiano, FC Francisco, FC

Baeta, Fotógrafo Eduardo De Vito.

Contato:

en-revvillegagnon@marinha.mil.br

Os artigos enviados estão sujeitos a cortes e modificações em sua forma, obedecendo a critérios de nosso estilo editorial. Também estão sujeitos às correções gramaticais, feitas pelos revisores da revista.

As informações e opiniões emitidas são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Não exprimem, necessariamente, informações, opiniões ou pontos de vista oficiais da Marinha do Brasil.



SUMÁRIO

- 4** A participação da Escola Naval nas Olimpíadas e nas Paralimpíadas Rio 2016
Dayse Deolinda de Souza Pita - Primeiro-Tenente (RM2-T)
Daniel Dias Azevedo - Primeiro-Tenente (T)
Érika Mussi Neil - Primeiro-Tenente (RM2-T)
- 10** A logística reversa e o pensamento sustentável na cadeia de fardamento da Marinha do Brasil
Renan Alves Felix da Silva - Aspirante
- 16** Armamento na MB: 100 anos de histórias (1878 – 1978)
Pedro Gomes dos Santos Filho - Capitão de Mar e Guerra (Ref)
- 27** “Alcatrazes por boreste”: lições de uma regata inesquecível
Victor Andrey Bragança de Almeida Xavier - Aspirante
- 34** O professor-instrutor militar tarefa por tempo certo: perfil, saberes e formação docente
Hercules Guimarães Honorato - Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM)
- 44** As disputas territoriais no mar do sul da China e suas implicações para a segurança internacional
Christian Toshio Ito - Aspirante
- 49** Mobilização nacional no Brasil
Wilson Soares Ferreira Nogueira - Capitão de Mar e Guerra (RM1)
- 57** Enriquecendo o aprendizado, exercitando a atenção
Lucas Bassani da Silva - Aspirante
- 62** O uso do Moodle como apoio para a disciplina Ing-3 na Escola Naval
Doris de Almeida Soares - Prof^º. Dr^ª.
- 69** Almirante Lorde Cochrane: o herói que se tornou mercenário
Lucas Figueiredo Gomes - Aspirante

- 79** A liderança de Winston Churchill
(FN) Paulo Vitor do Amaral Gomes - Aspirante
Paulo Ricardo Melo Leite - Aspirante
Gustavo Pereira da Silva Andrade - Aspirante
- 86** Os planos de guerra alemães na Primeira Guerra Total
João Gabriel Christofoli Coelho Tone - Aspirante
- 95** Soberania territorial e o espaço cibernético
Américo Fortuna da Silva - Aspirante
Christian Toshio Ito - Aspirante
- 101** A Regata Ecológica da Escola Naval: ferramenta de contribuição ao atendimento da missão constitucional da Marinha do Brasil
Fernando Antonio Cardoso Garrido - Professor
- 106** Notícias de Villegagnon



Nossa Capa:
Cerimônia realizada no campo de esportes da Escola Naval, no dia 10/12/2016, onde os Guardas-Marinha da Turma Almirante Carvalhal erguem as suas espadas em agradecimento, tendo ao fundo o Navio-Veleiro Cisne Branco.



A PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA NAVAL NAS OLIMPÍADAS E NAS PARALIMPÍADAS RIO 2016

Primeiro-Tenente (RM2-T) Dayse Deolinda de Souza Pita
Primeiro-Tenente (T) Daniel Dias Azevedo
Primeiro-Tenente (RM2-T) Érika Mussi Neil

O Rio de Janeiro venceu a concorrência com Madrid, Tóquio e Chicago entre os membros do Comitê Olímpico Internacional (COI) na eleição em Copenhague, na Dinamarca, em 2009, para sediar a Olimpíada de 2016. Pela primeira vez, desde sua criação em 1896, na Grécia, os Jogos Olímpicos seriam sediados na América do Sul. A partir daí, uma série de mudanças ocorreu na cidade do Rio de Janeiro e o apoio das Forças Armadas mostrou-se de extrema importância nesse ciclo olímpico.

BREVE HISTÓRICO DOS ESPORTES OLÍMPICOS NO ÂMBITO DAS FORÇAS ARMADAS

O Ministério da Defesa, em parceria com o Ministério dos Esportes, criou, em 2008, o Programa Atleta de Alto Rendimento (PAAR). De lá pra cá, atletas voluntários alistaram-se nas fileiras da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, passando a receber o apoio das Forças Armadas em diferentes aspectos. Em contrapartida, os atletas, agora militares, participaram de

competições, representando as Forças, com o propósito de disseminar a prática esportiva e manter a higidez física, atributo que faz parte da formação militar.

A cada quatro anos, acontecem os Jogos Mundiais Militares que são organizados pelo Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM) desde 1995. O Brasil vem apresentando uma excelente atuação, destacando-se a 5ª edição realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 2011, quando atletas militares superaram 22 recordes. O Brasil ficou em primeiro lugar com 114 medalhas (45 de ouro, 33 de prata e 36 de bronze) e ultrapassou a China, que ficou com a segunda colocação.

Em 2013, foi criado o Programa Olímpico da Marinha (PROLIM), com o objetivo de preparar equipes militares brasileiras para compor a delegação dos Jogos Mundiais Militares em 2015 na Coreia do Sul e contribuir para o desenvolvimento do desporto nacional no atual ciclo olímpico.

Em 2015, na 6ª edição dos Jogos Mundiais Militares, a equipe brasileira levou 283 atletas e obteve o 2º lugar (34 medalhas de ouro, 26 de prata e 24 de bronze), ficando atrás apenas da Rússia. Os atletas da Marinha conquistaram 30 medalhas, sendo 12 de Ouro, 11 de prata e 7 de bronze. Os próximos jogos ocorrerão em 2019 na China.

A ESCOLA NAVAL COMO CENTRO OFICIAL DE TREINAMENTO DURANTE A OLIMPÍADA E A PARALIMPÍADA

No período de 11 de julho a 9 de setembro de 2016, a Escola Naval (EN) prestou apoio aos Comitês Olímpicos Brasileiro (COB) e Americano (COA). Foi preparado, implementado e executado um Plano de Operações com o propósito de oferecer segurança aos Comitês e coordenar os diversos setores envolvidos na tarefa.

Escolhida por sua estrutura esportiva, segurança reforçada e localização privilegiada na cidade do Rio de Janeiro, a EN abrigou cerca de 250 atletas de diferentes nacionalidades, predominando a participação de americanos e brasileiros. Além do Atletismo, estiveram na EN atletas de Boxe, Nado Sincronizado, Polo Aquático, Tiro Esportivo e Vôlei. Para atender às expectativas das delegações, a Escola Naval realizou reformas e melhorias nas instalações e mobilizou grupos de trabalho para cumprir os compromissos desta demanda.

APOIO DA ESCOLA NAVAL AOS JOGOS RIO 2016

Os atletas brasileiros utilizaram as instalações para os treinamentos nas categorias de nado sincronizado e tiro esportivo. Já a delegação estrangeira dos Estados Unidos treinou nas modalidades de atletismo (olímpico e paralímpico), polo aquático e vôlei.

A Escola Naval prestou diversos tipos de apoio aos Comitês Olímpicos Brasileiro e Americano para que os treinamentos dos atletas ocorressem da melhor forma possível em suas instalações. Este apoio englobou desde o uso do parque aquático, da pista de atletismo, do campo de esportes, do ginásio, da sala de musculação e do estande de tiro até a utilização de refeitórios e o emprego de militares em áreas como segurança e assessoria de imprensa.

CHEGADA DA CHAMA OLÍMPICA AO RIO DE JANEIRO POR MEIO DA EN

Na manhã do dia 3 de agosto de 2016, a Escola Naval (EN) foi palco da cerimônia de chegada da Chama Olímpica no Rio de Janeiro, um dos maiores símbolos das Olimpíadas. A Chama chegou à cidade atravessando a Baía de Guanabara, vinda de Niterói, na Região Metropolitana.

A bordo da embarcação escaler a remo, os Aspirantes conduziram os medalhistas olímpicos e irmãos Torben e Lars Grael. O velejador Lars Grael fez a entrega da Chama ao prefeito Eduardo Paes, oficializando a chegada do símbolo na cidade.



Figura 1: Prefeito Eduardo Paes com a Chama Olímpica, acompanhado dos irmãos Torben e Lars Grael

Fonte: De Vito Fotos.



Figura 2: Secretário de Estado e Aspirantes

Fonte: De Vito Fotos.

Estiveram presentes na cerimônia o Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, Almirante de Esquadra Fernando Antonio de Siqueira Ribeiro, o Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior, o Comandante do 1º Distrito Naval, Vice-Almirante Leonardo Puntel, o Comandante da Escola Naval, Contra-Almirante Newton de Almeida Costa Neto, além de autoridades civis e militares.

VISITA DO SECRETÁRIO DE ESTADO AMERICANO ÀS INSTALAÇÕES OFICIAIS DE TREINAMENTO DOS JOGOS OLÍMPICOS NA EN

O Secretário de Estado dos Estados Unidos (EUA), John Kerry, visitou, no dia 5 de agosto de 2016, as instalações da Escola Naval (EN). O local se tornou um dos Centros Oficiais de Treinamento da delegação americana durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Cerca de 230 atletas americanos treinaram diariamente entre julho e setembro na Instituição.

Durante o evento, Aspirantes puderam interagir com os atletas olímpicos e com o Secretário de Estado.

A PARTICIPAÇÃO DOS ATLETAS MILITARES NOS RESULTADOS DOS JOGOS OLÍMPICOS

O balanço da atuação do desporto militar brasileiro nos Jogos Olímpicos Rio 2016 foi o resultado de superação. O Ministério da Defesa classificou 145 atletas militares e conquistou 13 medalhas, ultrapassando as metas estabelecidas para o Time Brasil. Os números superaram os Jogos de Londres, em 2012.

O Brasil atingiu seu melhor desempenho em Olimpíadas, com o total de 19 medalhas. As Forças Armadas contribuíram com 68% dos pódios para atingir essa marca. Os medalhistas brasileiros que participam do Programa Atletas de Alto Rendimento (PAAR) do Ministério da Defesa tiveram destaque nas competições.

Os sargentos da Marinha Rafaela Silva (ouro no judô), Mayra Aguiar (bronze no judô), Robson Conceição (ouro no boxe), Martine Graef e Kahena Kunze (ouro na vela), Alison e Bruno (ouro no vôlei de praia) e Ágatha e Bárbara (prata no vôlei de praia); os sargentos do Exército Felipe Wu (prata no tiro esportivo), Poliana Okimoto (bronze na maratona aquática) e Rafael Silva (bronze no judô); e os sargentos da Força Aérea Arthur Nory (bronze na ginástica artística), Maicon Siqueira (bronze no *taekwondo*), Arthur Zanetti (prata na ginás-



Figura 3: Sargento Felipe Wu utilizou o Centro de Treinamento de Tiro Esportivo da EN
Fonte: Edgard Garrido/ Reuters.



Figura 4: Sargentos Martine Grael e Kahena Kunze conquistaram ouro na Vela
Fonte: Wander Roberto/exemplus COB.

tica artística) e Thiago Braz (ouro no atletismo) foram os medalhistas representantes das três Forças.

MELHORIAS E LEGADO PARA A ESCOLA NAVAL

A EN recebeu recursos do Ministério do Esporte, do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e do Comitê Olímpico Americano (COA). Com isso, foram feitas algumas aquisições e reformas importantes para a Instituição, que ficaram como legado dos Jogos, tais como compra de empilhadeiras, carros elétricos, aparelhos de musculação, reformas de alojamentos, entre outros. No local, também foi montado um moderno Centro de Treinamento para o Tiro Esportivo (CTTE), com aquisição de alvos eletrônicos, armas e kits de reposição.

Já o Comitê Olímpico Americano (COA) investiu na instalação de uma nova pista de atletismo, para que pudesse realizar seus treinos em local semelhante ao Estádio João Havelange. Os americanos também contribuíram na manutenção dos aquecedores das piscinas Olímpica e Semiolímpica, na adequação da rede elétrica dos refeitórios de Cabos e Marinheiros, na iluminação do campo de esportes e do ginásio e na cobertura do teto do ginásio com manta impermeável.

Todas essas aquisições de equipamentos, reformas e construção de instalações esportivas ficam como legado à Marinha do Brasil, especialmente à Escola Naval, uma vez que sua Tripulação poderá utilizar a nova infraestrutura esportiva.

Cabe ressaltar, ainda, que o sucesso dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos ajuda a promover a imagem do Brasil e das suas Forças Armadas, que prestaram diversos tipos de apoio, que vão desde o planejamento de segurança até o apoio logístico à prática das modalidades esportivas.

Assim, os servidores civis e militares da Escola Naval tiveram a oportunidade de realizar um intercâmbio de experiências com profissionais de outras instituições, praticar outros idiomas, aprimorar a mentalidade de segurança orgânica, além de receberem mais um estímulo para a prática esportiva e, conseqüentemente, buscar um atributo tão importante na carreira militar, que é a hígidez física.

Ao final dos Jogos Olímpicos, os envolvidos ficaram com o sentimento de dever cumprido e o orgulho de terem feito parte de um momento único na história do Brasil e de terem participado, de perto, da organização do maior evento esportivo do planeta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Ariane. Legados das Olimpíadas Rio 2016: mobilidade urbana. *Mundo Geo*. 22 ago. 2016. Disponível em: <<http://mundogeo.com/blog/2016/08/22/legado-das-olimpiadas-rio-2016-mobilidade-urbana/>>. Acesso em: 01 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Rio 2016: sargentos da Marinha conquistam ouro na Vela. Brasília, DF, 18 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/23613-rio-2016-sargentos-da-marinha-conquistam-ouro-na-vela>>. Acesso em: 01 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Rio 2016: Militares conquistam 68% das medalhas brasileiras. Brasília, DF, 22 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/23696-rio-2016-militares-conquistam-68-das-medalhas-brasileiras>>. Acesso em: 27 set. 2016.

FIGUEIRÓ, Francisco. Marinha investe na preparação de atletas para as Olimpíadas. *Marinha em Revista*, ano 7, n.11, p.4-7, jul. 2016.

PODIUM Naval, Revista do CEFAN/CDM, ano II, n.2, 2015.



AMAZÔNIA AZUL[®]

A ÚLTIMA FRONTEIRA

EXISTE UMA AMAZÔNIA NO MAR PARA SER PROTEGIDA.
ACESSE O SITE E CONHEÇA NOSSO TRABALHO.

www.marinha.mil.br



Marinha do Brasil

Protegendo Nossas Riquezas, Cuidando da Nossa Gente.



A LOGÍSTICA REVERSA E O PENSAMENTO SUSTENTÁVEL NA CADEIA DE FARDAMENTO DA MARINHA DO BRASIL

Aspirante Renan Alves Felix da Silva

INTRODUÇÃO

Face ao desconhecimento, por parte dos Aspirantes da Escola Naval, a respeito da correta destinação a ser dada aos materiais do fardamento que não são mais úteis, este estudo começou a ser desenvolvido a fim de sanar tal questionamento. No entanto, inúmeras variáveis foram surgindo ao longo da pesquisa, que levou em conta as normatizações e publicações da Marinha do Brasil, conhecimentos externos e entrevistas com militares da Força, ao passo que também buscou inse-

rir essa problemática na nossa conjuntura social, política e econômica.

Constatou-se que as questões relacionadas à poluição do meio ambiente pelo mau gerenciamento de resíduos sólidos têm se tornado latentes nas discussões sociais atuais; o problema vem se agravando na maioria dos países devido ao aumento da população e ao acentuado crescimento urbano. Tais fatos, associados a outros parâmetros como novos costumes, mudanças de hábitos da sociedade, desenvolvimento industrial e

tecnológico, entre outros, “têm provocado crescente ampliação no poder aquisitivo *per capita*, com consequência direta na quantidade total de resíduos sólidos produzidos particularmente nas cidades” (BROLLO; SILVA, 2001, p.2).

Concomitantemente a essa problemática, a Marinha do Brasil, em seu papel de Força Armada, efetua a padronização do uniforme de seus servidores militares. Levando-se em conta que, com o passar dos anos, cada vez mais o pensamento sustentável será discutido e implementado em nossa sociedade, este artigo visa apresentar o conceito de logística reversa, associando-o aos preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, evidenciar as consequências da destinação incorreta dos uniformes pelos militares e demonstrar possíveis vantagens para a Instituição, tanto econômicas quanto sociais, acerca da implantação do fluxo logístico reverso na Cadeia de Fardamento.

LOGÍSTICA REVERSA

Segundo a Associação Brasileira de Logística (ABRALOG), logística pode ser entendida como:

O processo de planejamento, implementação e controle do fluxo e armazenagem eficientes e de baixo custo de matérias-primas, estoque em processo, produto acabado e informações relacionadas, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o objetivo de atender aos requisitos do cliente (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LOGÍSTICA, 2012).

No entanto, de acordo com Lacerda (2002), existe também um fluxo logístico inverso, do ponto de consumo até o ponto de origem, que precisa ser gerenciado; é essa a área de estudo da “Logística reversa”.

Tal expressão diz respeito a todo o planejamento de recuperação e de reutilização do material descartado pelo consumidor e a de que forma a instituição pode reaproveitá-lo, objetivando tanto diminuir os impactos ambientais e sociais causados pelo uso do produto quanto promover a redução de custos/obtenção de recursos para a cadeia produtiva.

Quando relacionada às questões ambientais, a importância do fluxo reverso está associada à tendência de que, cada vez mais, as empresas serão responsabilizadas por todo o ciclo de vida de seus produtos, seja por legislações ambientais ou pela própria sociedade. Exemplo dessa tendência é a Resolução nº 257 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que, em seu

Artigo 1º, define que as pilhas e baterias deverão ser entregues, pelos próprios usuários, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para que esses materiais sejam repassados aos fabricantes ou importadores e para que estes adotem, por sua vez, “procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada” (BRASIL, 1999). Pensando nessa tendência, algumas empresas já promovem a logística reversa e estrategicamente buscam veicular uma imagem institucional de empresa ecologicamente correta.

Por outro lado, ao reintroduzir em seus processos produtivos os materiais que seriam rejeitados ao final do processo pelos consumidores, as empresas podem evitar a necessidade de fazer uso de matéria-prima nova ou de gastar recursos novamente na produção desses materiais. Dessa forma, a logística reversa pode possibilitar a redução de custos de produção ao provocar economias com o reaproveitamento de materiais que, até então, seriam descartados.

No Brasil, as ideias acerca de progresso e sustentabilidade foram amplamente discutidas em conferências mundiais, tais quais a “Rio 92”, a “Rio +20” e, mais recentemente, na temática das Olimpíadas. No entanto, a logística reversa ganhou maior visibilidade em nosso país com a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2010.

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Pelo conceito de “responsabilidade estendida”, entendido como a responsabilidade que as empresas têm pelos seus produtos mesmo após terem sido consumidos, Leite (2012, não paginado) defende que:

A ausência da implantação e execução de uma logística reversa eficiente que garanta essa responsabilidade estendida ao produto, com os consequentes danos à vida urbana e ao meio ambiente, induz a sociedade à edição de legislações que responsabilizam empresas e setores pelo equacionamento do retorno de seus produtos, garantindo reaproveitamento ou destinação adequada a eles.

Nesse sentido, após 21 anos de discussão no Congresso Nacional, foi sancionada, em agosto de 2010, a Lei nº 12.305/2010 (BRASIL, 2010). Buscando estabelecer as normas para execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e promover ações relevantes

e articuladas entre as três esferas de poder – União, Estados e Municípios –, tal lei objetiva atrair a atenção e delegar responsabilidades tanto para o setor privado quanto para a sociedade em geral – a chamada “responsabilidade compartilhada” –, promovendo a busca de soluções para os potenciais problemas relacionados aos resíduos sólidos.

Com a aprovação da lei, o cidadão comum passou a ser responsável não só pela correta destinação de seu lixo individual como também por rever e repensar seus hábitos de consumidor; o setor produtivo, no geral, passou a agregar o dever de buscar soluções alternativas e ambientalmente corretas para a confecção de seus produtos, sendo responsável também pela gerência adequada dos rejeitos sólidos e pela reintegração dos mesmos à sua cadeia produtiva; os governos federal, estaduais e municipais, por sua vez, ficaram encarregados de planejar e estimular ações de gestão dos resíduos sólidos, promovendo a conscientização da sociedade e fiscalizando o fiel cumprimento das novas regras sancionadas com a lei.

Dessa forma, tal qual defende Pereira (2013), a PNRS impõe novas dinâmicas, medidas e procedimentos de gerenciamento adequado, criando normativas para ações públicas e privadas no que diz respeito à questão ambiental. Aos produtos a serem produzidos buscam-se, a partir da lei, ações para a redução ou a não geração dos resíduos; quanto aos rejeitos, buscam-se a atribuição de responsabilidades a todos os agentes da cadeia e a destinação adequada de tais rejeitos, de forma a mitigar as agressões ao meio ambiente. Assim, esta política nacional passou também a estimular, de forma indireta, programas de reciclagem e de diminuição do consumo de recursos naturais para a produção de novos produtos, estimulando a criação de novos sistemas logísticos pela valorização dos resíduos sólidos e criando, por exemplo, novos centros de reciclagem.

Explicados, então, o conceito de “logística reversa” e a importância dessa ferramenta segundo as novas legislações brasileiras, este estudo dará ênfase, a partir de agora, à Cadeia de Fardamento da MB, explicitando suas nuances e traçando correspondência entre os conceitos apresentados.

CADEIA DE FARDAMENTO DA MARINHA DO BRASIL

A Marinha mantém, na cidade do Rio de Janeiro, um complexo chamado Base de Abastecimento da Marinha no Rio de Ja-

neiro (BAMRJ), que tem, como uma de suas finalidades, consolidar, em uma mesma área, depósitos centrais que funcionam como centros de distribuição (CD) de materiais utilizados nas rotinas administrativas e operacionais desta Força. (PASTORE; GUIMARÃES; DIALLO, 2010, p.2)

Dentre esses mais variados Órgãos de Distribuição, há o Depósito de Fardamento da Marinha no Rio de Janeiro (DepFMRJ). Com o propósito de “prover os itens do símbolo de jurisdição ‘U’ (uniformes) aos militares e às organizações militares da MB, contribuindo para a eficácia do abastecimento” (Missão do DepFMRJ), o DepFMRJ atua como elemento central da Cadeia de Fardamento da MB, contabilizando os uniformes, controlando o estoque, armazenando e fornecendo os itens de fardamento.

No atual fluxo, a cadeia logística adquire as peças do fardamento junto às empresas que as confeccionam. Funcionando como Órgão de Distribuição, o DepFMRJ abastece os Postos de Distribuição de Uniformes, nos Distritos Navais, e os Postos de Encomenda de Uniformes, nas mais variadas Organizações Militares; nesses locais, os militares adquirem seus uniformes.

Nesse sistema já estabelecido, os diversos órgãos dessa cadeia vieram, até então, provendo responsivamente e atendendo às necessidades da Força de acordo com a complexidade e as dificuldades inerentes a todo esse processo. No entanto, com o passar dos anos, é natural que novas questões sejam agregadas a essa complexidade; o descarte indevido das peças do fardamento pelos militares, em suas particularidades, representa um potencial problema e corresponde a uma dessas novas questões para a Instituição.

PROBLEMÁTICAS DO DESCARTE INDEVIDO DAS PEÇAS DO FARDAMENTO

Após pesquisas nas mais variadas publicações da Marinha – como a SGM 303 com as Normas sobre Gestão de Material (BRASIL, 2016) e a SGM 201 com as Normas para a Execução do Abastecimento (BRASIL, 2009)– e questionamentos a militares, tanto da ativa quanto da reserva remunerada, constatou-se que há uma lacuna de informações a respeito de qual deve ser o procedimento correto para os militares destinarem, individualmente, as fardas que não utilizam mais.

Ao mesmo tempo em que alguns desses militares entrevistados alegaram apenas acumulá-las em suas

residências, outros simplesmente descartam o uniforme no lixo comum, ou então incineram para garantir que o uso desviado dos uniformes por terceiros não seja possível. Há também os que praticam a doação do material para abrigos ou para pessoas carentes, mas apenas alguns apresentaram a preocupação em descaracterizá-lo.

Tais atitudes podem incorrer, por exemplo, no comprometimento da segurança orgânica das organizações militares no momento em que a farda, característica primária do militar, é usada em tentativas de invasões às organizações por indivíduos se passando por militares. Além disso, tanto a incineração desse material quanto o descarte em lixo comum relacionam-se com a poluição do meio ambiente previamente discutida, contribuindo com a acentuação dos problemas causados pelos rejeitos sólidos à natureza.

LOGÍSTICA REVERSA NA CADEIA DE FARDAMENTO

Quando avaliada a responsabilidade social da Marinha na SGM 107 – Normas Gerais para a Administração, um dos princípios gerenciais constantes é “a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais, potencializando a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (BRASIL, 2015, p. 1-12). Além disso, quando tal publicação define as diretrizes do Programa Netuno (processo administrativo que visa à aplicação de boas gestões e melhoria contínua), existem regras que avaliam se a OM já possui práticas voltadas para as preocupações ambientais ou se já ameniza seus impactos no meio ambiente. Dessa forma, a MB reconhece que, em seu papel de instituição social, deve demonstrar interesse pelos problemas da sociedade como um todo e incentivar as iniciativas que promovam soluções de problemas do dia a dia; a degradação do meio ambiente, por sua vez, é um desses.

Pela interpretação da Lei nº 12.305/2010 (BRASIL, 2010), a partir do momento em que preconiza o uso de fardas e em que disponibiliza aos seus integrantes esses uniformes, a Marinha do Brasil torna-se participante da cadeia logística de distribuição e, pelo princípio da Responsabilidade Compartilhada, passa a possuir compromissos para com os resíduos sólidos do final dessa cadeia. Portanto, de acordo com as legislações brasileiras, face aos inúmeros problemas trazidos pela geração de resíduos têxteis, pelas possibilidades de destinações inadequadas dadas aos mesmos e pela responsabilidade da Marinha para com a sociedade,

faz-se necessário o uso de ferramentas capazes não só de reduzir o descarte incorreto das fardas como também de promover o reaproveitamento de tais resíduos. Nesse sentido, a Política Nacional de Resíduos Sólidos apresenta, como explicitado anteriormente, um importante instrumento: a logística reversa.

Na cadeia de fardamento da Marinha do Brasil, a logística reversa poderia ser inserida com o fim de complementar o fluxo logístico já existente, atuando no sentido contrário ao sistema já estabelecido. Através de estímulos por parte da Instituição e da conscientização acerca das consequências da destinação incorreta, o militar detentor da farda doaria, em sua organização de origem, os uniformes que já não utiliza mais; uma vez concentrados no posto de distribuição/encomenda da OM, tais materiais seriam recolhidos pelo próprio DepFMRJ quando fossem entregar novos materiais para a OM.

De volta ao DepFMRJ, os materiais inservíveis poderão ser destinados de forma ecologicamente correta segundo suas possibilidades de transformação, reutilização, reciclagem ou, caso não seja constatada a viabilidade dessas opções, por incineração em usinas licenciadas para tal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os conceitos analisados, as legislações vigentes e a tendência de crescimento da importância do pensamento sustentável, a implantação do fluxo reverso na logística da cadeia de fardamento da MB pode trazer inúmeras vantagens à instituição. Além de passar a imagem de organização ecologicamente correta tanto para seus servidores quanto para a sociedade, tal atitude reforçaria a importância da MB e elucidaria sua posição vanguardista, preocupada com questões inovadoras.

Ressalta-se que, além das questões ambientais e sociais, um importante fator ligado à logística reversa também estaria presente no fluxo reverso do fardamento da Marinha: a redução de custos. Caso seja pesquisada e constatada sua viabilidade, a reciclagem das fardas abrirá a possibilidade para a Instituição de transformar os resíduos têxteis, antes inutilizáveis, em novos tecidos ou em novos materiais, gerando economias na confecção de novos uniformes ou de novos produtos. Além disso, pode-se levar em conta também a reutilização de itens específicos, tais como zíperes, botões etc., gerando economia.

Por conseguinte, neste estudo o autor buscou evidenciar uma temática ainda pouco discutida, mas que provavelmente será amplamente debatida num futuro próximo. A importância de políticas de destinação de material – agora em referência não apenas ao fardamento, mas de qualquer resíduo sólido, tais

como alimentos, materiais eletrônicos, etc. – tende a ser cada vez mais difundida; é inexorável, portanto, que a Marinha do Brasil e, de forma mais abrangente, as Forças Armadas, pelos mais variados motivos já citados, promovam o estabelecimento de normas e regras com esse fim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LOGÍSTICA. *É da alma do logístico não se abater*. Disponível em: <<http://www.abralog.com.br/website/noticia/show.asp?pgpCode=9D458A92-7C39-74D1-102C-AD6AAE11E6B8>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BROLLO, Maria José; SILVA, Mirtes Moreira. *Política e gestão ambiental em resíduos sólidos. Revisão e análise sobre a atual situação no Brasil*. In: 21º CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 2001, João Pessoa, PB. João Pessoa: ABES, 2001. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/brasil21/vi-078.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

BRASIL, Marinha do Brasil. Secretaria-Geral da Marinha. **SGM303: Normas sobre Gestão do Material**. 5. rev. Brasília/DF, 2016.

_____. _____. **SGM201: Normas para Execução do Abastecimento**. 6. rev. Brasília/DF, 2009.

_____. _____. **SGM107: Normas Gerais de Administração**. 6. rev. vol. 1. Brasília/DF, 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 257/99, de 30 de junho de 1999. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Resoluções CONAMA, Brasília, DF, 30 jun. 1999. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res99/res25799.html>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

LACERDA, Leonardo. Logística Reversa: uma visão sobre os conceitos básicos e as práticas operacionais. *Revista Tecnológica*, São Paulo, ano VI, n.74, p. 46-50, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.tecnologica.com.br/portal/revista/edicao-anterior/74/>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

LEITE, Paulo Roberto. Logística Reversa: sustentabilidade e legislações ambientais. *Revista FAAP*, São Paulo, 29 out. 2012. Disponível em: <<http://www.clrb.com.br/site/midia.asp?id=137>>. Acesso em: 20 maio 2016.

PEREIRA, Renan Carlos Correia. **Logística Reversa e a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. 2013. 75f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

PASTORE, PierFranco; GUIMARÃES, Alexandre Magno Castañon; DIALLO, Madiagne. **Simulação computacional aplicada à logística de distribuição de uniformes da Marinha do Brasil**. In: XXX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2010, São Carlos, SP. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2010_TN_STO_113_744_16526.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

COMPLETE SOLUTIONS FOR WATER POLLUTION



Atendimento a emergências ambientais
0800 772 2220

Escritório Jabaquara
Av. Jabaquara, 3060 • 3º andar
04046-500 • São Paulo
SP • Brasil
Tel: +55 11 4059-9999

Escritório Faria Lima
Av. Brig. Faria Lima, 2013 • 5A
01452-001 • São Paulo
SP • Brasil
Tel: +55 11 3031-3327

Escritório Rio de Janeiro
Rua da Assembleia, 11 • 8º Andar
20011-001 • Rio de Janeiro
RJ • Brasil
Tel: +55 21 2215-3060

Escritório México
Dante No. 32 Bis • 1º Piso
11590 • Colonia Nueva Anzures
México DF • México
Tel: +52 55 5531-1841

Unidade Fabril
Av. Tiradentes, 2620
13309-640 • Itu • SP • Brasil
Tel: +55 11 4025-6820
+55 11 9 6634-3573

Apresentamos nossa nova estrutura de Resposta!

Agora, com nova composição societária, recursos renovados e uma linha de produtos e serviços únicos no mercado, a Alpina Ambiental e Alpina Briggs adotarão a logomarca:



Ao mesmo grupo de profissionais, incorporamos novas tecnologias e especialistas, oferecendo agora a mais completa gama de soluções em tratamento e descontaminação de águas.

Venha conhecer nossa estrutura em www.albriggs.com.br



O GRUPO ALPINA, sinônimo de qualidade na produção de equipamentos industriais desde 1949, comunica a alienação integral de suas subsidiárias

Alpina Ambiental S/A e Alpina Briggs Defesa Ambiental S/A

Com isso, o GRUPO ALPINA se concentrará em suas atividades tradicionais na área de resfriamento, torres de resfriamento e produtos industriais, inclusive rotomoldados. Os negócios relativos às subsidiárias ambientais, ora alienadas, serão atendidos por uma nova estrutura, totalmente independente e separada daquela do GRUPO ALPINA, contando com novos acionistas e profissionais. Ficamos à disposição para informações adicionais www.alpina.com.br



ARMAMENTO NA MB: 100 ANOS DE HISTÓRIAS (1878 – 1978)

*“Um navio de guerra é uma bateria flutuante.”
Hendrick Willem Van Loon*

*“Um bom canhão traz a vitória, a couraça apenas retarda a derrota.”
Vice Almirante Serge O. Makarov*

Capitão de Mar e Guerra (Ref) Pedro Gomes dos Santos Filho¹

Transcorriam os primeiros dias de outubro de 1878 quando o Capitão de Mar e Guerra Artur Silveira da Mota, mais tarde Barão de Jaceguai, proferiu a primeira de suas três conferências sobre o tema “O armamento raiado”. Na plateia, compenetrado como era do seu estilo, encontrava-se Sua Majestade, o Imperador D. Pedro II. O evento foi notícia em vários jornais.

¹ Doutor em Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra. Encarregado Geral do Armamento do Contratorpedeiro “Mariz e Barros” e da Fragata “Liberal”. Oficial de Armamento da Força de Contratorpedeiros, da Força de Fragatas e do Comando em Chefe da Esquadra.

O tema das conferências era a disputa sobre qual era o melhor canhão: Armstrong ou Whitworth. Silveira da Mota, contra a opinião de grande maioria da oficialidade, demonstrou a superioridade da artilharia Armstrong, o que tempos depois foi comprovado em testes com os dois canhões realizados a bordo do encouraçado Riachuelo e na Inglaterra, desta feita na presença dos chefes das duas firmas construtoras, artilheiros notáveis e do ilustre Barão de Ladário. Após os testes, a Marinha do Brasil seguiu as indicações de Jaceguai e passou a dar preferência ao sistema Armstrong. Os canhões Whitworth, amplamente utilizados na Revol-

ta de 1894, praticamente desapareceram nos navios da MB adquiridos após o fim do conflito.

O ilustre marinheiro já conhecia bem o canhão Whitworth, pois estudou o desempenho dessa arma durante a Guerra do Paraguai e durante o Comando da Corveta “Niterói”, de propulsão mista (vela e vapor, com hélice), primeiro navio brasileiro dotado de canhões de alma raiada. Seu interesse pela ciência militar e suas aplicações à profissão naval motivaram-no a estudar e provar a superioridade do sistema de artilharia Armstrong, opondo-se até à opinião de Henrique Antônio Baptista, que, por seu conhecimento técnico sobre armamento, foi mais tarde designado Patrono dos Artilheiros da MB.



Figura 1 – Corveta “Niterói”

Fonte: internet

A Corveta “Niterói”, além de pioneira em canhões de alma raiada, foi cenário de curiosa e importante história para os armamentistas. O navio, após o término da Guerra do Paraguai, foi empregado em cruzeiros de instrução de Guardas-Marinha (GM), com o propósito de instruir a arte de navegar nos Oficiais e GM, que haviam passado muito tempo navegando nos rios durante a guerra. Instalados canhões de salva a bordo, os Oficiais encarregados nem sempre conseguiam efetuar as salvas em um ritmo adequado, provocando fortes censuras por parte do Comandante.

“Um inferno era a vida do oficial que fosse escalado para tal mister. Tal não acontecia com o commandante Legey.² Elle tinha como preestabelecido uma norma para os tiros de

salva, e isto por methodo original, e quiçá humorístico, que não fallhava... e assim que postas as guarnições de tiro em seus logares, gritava-lhes Legey:

Primeira bateria a boreste! Attentamente fixam-no os marujos. E Legey, em surdina, cadenciado:

Teco-tereco teco, pepinos não são bonecos. E gritava: Fogo!

Logo a seguir voltava-se para o outro lado, e repetia: Segunda bateria a bombordo! E no mesmo tom cadenciado:

Teco-tereco teco, pepinos não são bonecos. E imperioso: Fogo!”³

A frase simbólica “Teco-tereco [que mais tarde virou teleco] teco, pepinos não são bonecos” foi usada por muito tempo pelos encarregados dos canhões de salva e ficou marcada de forma indelével nas mentes dos Oficiais armamentistas por muitos e muitos anos.

Para o pessoal ligado ao armamento, o período entre o final da Guerra do Paraguai e a deflagração da Revolta da Armada ocorreu sem grandes novidades no seu campo profissional. Por outro lado, durante a Revolta as novidades foram muitas... só que não deram certo.

Na esperança de compensar a inferioridade da chamada “Esquadra de Papelão” em relação à dos revoltosos, o Governo de Floriano adquiriu, nos Estados Unidos, quatro inventos recentes, sobre os quais os criadores falavam maravilhas, e mandou instalar nos navios:

“um canhão destinado a lançar projetis torpedos-aéreos, com fortes cargas de nitroglicerina, e um torpedo dirigível, Howard, instalados ambos no “Nichteroy”; um torpedo dirigível Edison-Sins, posto a bordo do Andrada e um canhão submarino, Walden-Lassoe, destinado a lançar por baixo d’água um projétil torpedo de 10 polegadas, carregado com 300 libras de algodão pólvora, colocado no Piratini”.⁴

2 Possivelmente Eusébio de Paiva Legey. Como Capitão Tenente, foi instrutor de Balística, Astronomia e Mecânica na Escola Naval e atuou no levantamento da costa do Pará, a bordo da Canhoneira “Afonso Celso”. Mais tarde, alcançou o Almirantado.

3 Junior, Garcia. *Divisas e bordados: crônicas sobre a Marinha brasileira*. Rio de Janeiro, Papelaria Velho, 1938, p.47.

4 SOUZA E SILVA, Augusto Carlos de. *O Almirante Saldanha*. Rio de Janeiro, fev 1939.

As armas eram todas experimentais e nenhuma funcionou. O canhão-dinamite nunca disparou, pelo menos em combate⁵; o torpedo do “Nichteroy” também nunca pode funcionar; o encarregado do torpedo do “Andrada” confessou que não sabia manejá-lo, além disso, uma das bobinas internas do torpedo queimou e a arma se tornou inútil; o “Piratini”, navio experimental construído para operar semissubmerso e disparar o canhão submarino (torpedo com propulsão de canhão⁶), já chegou ao Brasil em estado precário e ficou em Salvador, onde foi destruído, o que impediu o funcionamento de arma tão criativa.

A época era propícia à engenhosidade bélica; a arma sensação era o torpedo. Para se ter uma ideia, todos os navios adquiridos no exterior, em 1893, para serem incorporados à Esquadra legal, exceto o “Piratini”, possuíam tubos de torpedo. Um pouco antes do deflagrar da Revolta, a Administração Naval brasileira, por influência das teorias da concepção estratégica “Jeune école”, criada pelo Almirante francês Théophile Aube, já havia estabelecido como prioridade os torpedos propulsados. Foram adquiridos torpedos, realizados exercícios de lançamento, montadas oficinas no país e enviados Oficiais aos Estados Unidos e Europa para estudar a construção, aplicação e uso da arma desenvolvida por Robert Whitehead, em 1866/68.

Whitehead era um engenheiro inglês, gerente de uma firma que tinha a Marinha da Áustria como cliente. Seus contatos com aquela Marinha o fizeram conhecer Giovanni Luppis, engenheiro que havia concebido os primeiros torpedos autopropulsados. Os dois formaram uma parceria que transformou o torpedo em uma arma eficaz. Curiosamente, os contatos de Robert com a Marinha austríaca duraram um longo período e não se limitaram apenas ao campo profissional. Sua neta, Agathe, casou, em 1911, com o Georg Ludwig von Trapp, que, como Comandante de submarino durante a Primeira Guerra Mundial, chegou a usar os torpedos Whitehead. O casal teve sete filhos, que, após a morte da mãe, juntaram-se à nova mulher de Georg e formaram a “Família Trapp”, cantores imortalizados no filme “The Sound of Music”.⁷

5 Ver o artigo “A história do canhão misterioso”; Revista de Villegagnon, 7ª ed., 2012.

6 MARTINS, Hélio Leôncio. *A revolta da Armada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1997, p. 469.

7 Filme de grande sucesso lançado em 1965, que recebeu no Brasil o título “Noviça Rebelde”.

Não se pode afirmar que a prioridade dada pelas autoridades navais brasileiras aos torpedos foi responsável, mas o fato é que, durante a Revolta da Armada, um ataque torpédico obteve marcante sucesso. O ataque foi desferido durante o combate de 16 de abril de 1894, ocasião em que, na segunda tentativa, o Caça-torpedeiro “Gustavo Sampaio”, da Esquadra legal, lançou um torpedo que atingiu o Encouraçado “Aquidabã”, causando um rombo na proa. Comandava o encouraçado o Capitão de Fragata Alexandrino de Alencar, que, estudioso daquela arma, havia anos antes publicado um trabalho cujo título era quase uma profecia: “Segredo do torpedo Whitehead”.⁸

No início do século seguinte, a batalha de Tsushima, na Guerra Russo-Japonesa, de 1905, trouxe inovações estratégicas e táticas na guerra no mar. Com o emprego do torpedo autopropulsado, a distância de engajamento teve que ser aumentada, tornando ineficazes as avarias provocadas pelos canhões de médio calibre e alçando ao papel de protagonista dos conflitos navais o canhão de grosso calibre. Influenciado pelos ensinamentos colhidos nessa guerra, o Programa Naval de 1906 foi responsável pela aquisição da “esquadra branca”, que contava com os Encouraçados “Minas Gerais” e “São Paulo”, armados com canhões de 305 mm na sua bateria principal.

Logo após a chegada dos navios da “esquadra branca”, em 1910, ocorre a Revolta dos Marinheiros, na qual se rebelaram os dois novos encouraçados, o antigo Encouraçado “Deodoro” e o *Scout* “Bahia”. As cicatrizes deixadas pelo triste episódio não impediram, no entanto, que a Revista Marítima Brasileira dedicasse, dois anos após a revolta, a sua página de honra a um Marinheiro Nacional de 1ª classe do “Bahia”, Pedro Luiz de Moraes, que, “no concurso de tiro ao alvo com canhão, obteve a extraordinária porcentagem de 90%”.⁹ A revista estampava a foto do Marinheiro e enaltecia a atuação dos Oficiais instrutores, formados na “Escola Profissional de Artilharia”.

O evento importante da década foi o envio à Europa da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), em 1918, durante a Primeira Guerra Mundial, sem a participação dos encouraçados. O empre-

8 BRASIL. Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira, Volume V, Tomo II*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.

9 BRASIL. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 132, nº 10/12, out./dez. 2012, p. 227.

go real do armamento por navios brasileiros ocorreu em 25 de agosto, quando, após detectar a esteira de um torpedo, foi aberto fogo com canhão de 101 mm do Contratorpedeiro “Rio Grande do Norte” contra a silhueta de um submarino que mergulhou em emergência. A seguir, os navios lançaram bombas de profundidade, mas a escuridão impediu a identificação do resultado do ataque. “Somente após o armistício veio a confirmação de seu sucesso. O Almirantado britânico, de posse de registros históricos do Estado-Maior alemão, confirmou a destruição de um submarino, naquela data e naquela área”.¹⁰

No ano de 1918, devido à guerra, verificou-se um enorme esforço em melhorar a artilharia dos navios brasileiros. O treinamento das guarnições dos canhões foi intensificado, diversas instruções técnicas foram emitidas, iniciou-se a fabricação de estopilhas para as munições e passou-se a usar o “ancinho de espotagem” na verificação dos pontos de quedas das granadas durante os exercícios de tiro.

A década de 1920, considerada a “fase áurea da artilharia”,¹¹ se inicia com a ida dos encouraçados para os Estados Unidos, a fim de sofrerem modernização no armamento e nas máquinas. Além de receberem equipamentos de direção de tiro atualizados, foram instalados canhões de 76 mm dotados de munição com traçador, atitude pioneira no que diz respeito ao armamento antiaéreo empregado por navios da MB.

Após a modernização realizada nos Estados Unidos e destaques de alguns tenentes em navios daquela Marinha, surgiu, inicialmente no “São Paulo”, expandindo depois para o “Minas Gerais” e outros navios, um núcleo de Oficiais apaixonados pela sua especialidade e com o desejo de acabar de vez com a estagnação em que vivia a Marinha. Foram denominados os “Arquiduques”¹². A rápida familiarização com os modernos equipamentos de direção de tiro (*fire control*, desenvolvido pelo então *Captain*, mais tarde Almirante e *Sir*, Percy Scott, da Royal Navy), que incluíam leitura de telêmetros, cálculos na “casa de plotar” (mais

tarde “estação previsora do tiro” ou, simplesmente, “previsora”), utilizando calculadores mecânicos e elétricos, comunicações com as torres, acionamento dos elevadores de munição etc., estimulou a vontade de realizar exercícios de tiro avançados quando do regresso ao Brasil. Para o gáudio daqueles Oficiais, após a chegada dos navios, foi realizado o que alguns consideram o primeiro exercício de tiro sobre alvo móvel da história da MB.

Sobre o exercício, muita divulgação. Os jornais de janeiro de 1922 noticiaram: o Presidente Epitácio Pessoa e comitiva foram recebidos a bordo do “Minas”; os tiros dos canhões de 305 mm (cinco salvas de seis tiros) foram efetuados pelos encouraçados desenvolvendo 12 nós e na distância entre 12 e 13 mil jardas; o alvo, casco do paquete “Alagoas”, foi rebocado pelo Rebocador “Laurindo Pita”; o alvo, embora não tivesse sido atingido, foi enquadrado pelas salvas, resultado documentado pelas fotografias tiradas por aviadores navais (espotagem aérea); o desempenho do “São Paulo” foi considerado superior ao do navio irmão, apresentando maior percentagem de acertos e melhor cadência de tiro.¹³

Para aprimorar o adestramento e a prontidão do armamento, em 1927 foi instituído o Prêmio Riachuelo para o navio que mais se distinguisse nos exercícios de tiro de combate a curta distância (ETCCD).

Mas nem mesmo o fogo sagrado dos Arquiduques conseguiu prolongar por muito tempo o sucesso obtido na fase áurea da artilharia. A eficiência artilheira ficou deveras prejudicada a partir da Revolução de 1930, embora a Flotilha dos Contratorpedeiros classe “Pará” (navios de 600 toneladas e propulsão a carvão, recebidos em decorrência do Plano Naval de 1906) continuasse operando.

“Os classe “Pará” frequentemente exercitavam sua pequena artilharia de canhões de 101 e 47 mm, mas caprichavam especialmente nos lançamentos de torpedos, quando cada um se esforçava para fazer a melhor figura na raia situada na Ilha Grande, na altura da linda Enseada da Estrela.”¹⁴

10 CANDIDO, Roberto Gomes. A Divisão Naval em operações de guerra. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 115, nº 10/12, jul./set. 1995, p. 135.

11 BRASIL. Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira, Volume V, Tomo II*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.

12 Ver o artigo “Os Arquiduques”; Revista de Villegagnon, 2ª ed., 2007.

13 Informações retiradas de VEIGA MIRANDA, João Pedro da. *Quatorze meses na pasta da Marinha*. 2. Ed. (revista e atualizada). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982, p. 77.

14 MARTINS, Hélio Leôncio; CASTRO, Antonio Augusto Cardoso de. *Estórias navais brasileiras*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985, p. 171.

Os exercícios eram importantes, mas o armamento precisava acompanhar o estado da arte. Devido aos esforços do Ministro da Marinha, Almirante Henrique Aristides Guilhem, a evolução tecnológica do armamento volta a ficar em evidência no final da década, mais precisamente em 1937.

Naquele ano, funcionava, no Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras (AMIC, depois AMRJ), a Oficina de Direção de Tiro, que se encarregava da revisão dos equipamentos dos encouraçados e cruzadores. Na mesma época, foi projetada a elevação dos canhões de 120 mm

e foram colocadas falsas ogivas nos projetis desses canhões e nos de 305 mm para aumentar seus alcances. Nos testes dos disparos dos canhões de 305 mm para determinar as tábuas de tiro, o navio escalado foi o Encouraçado “São Paulo”, fundeado a quatro ferros na Baía da Ilha Grande. Nos testes, foi usado um aparelho alemão que media a velocidade inicial dos projetis, evidenciando o desenvolvimento da tecnologia alemã pouco antes da 2ª GM.

No final da década, foi posto em execução um Programa Naval modesto que incluiu a construção no país de dois monitores fluviais e seis navios mineiros-varredores (depois transformados em corveta).

Um desses navios mostrou que, mesmo ao final de um período político bastante conturbado, era possível manter um alto grau de eficiência da artilharia.

“No dia 13 de fevereiro de 1940, correndo na raia da Ilha Grande, o “Carioca”, revezando dois grupos de pontaria, obteve com o canhão de 101,6 mm, o excepcional resultado de 100% de acertos. Oito tiros, oito acertos!”¹⁵



Figura 2 – Corveta “Carioca”

Fonte: internet

Coincidentemente, o Comandante do “Carioca” (C1), navio-mineiro-varredor que deu o nome à classe, primeiro navio de mar construído pelo novo Arsenal de Marinha, era um dos Arquiduques da década de 1920, o Capitão de Corveta Harold R. Cox. A repercussão do resultado do exercício foi excelente. Como estabelecia a Regra de Tiro em vigor, uma estrela branca foi pintada no canhão e no costado do navio, e todos os marinheiros artilheiros também puderam usar, por um ano, uma estrela na manga de seus uniformes.

Na mesma época, um dos monitores fluviais recém-construídos também foi protagonista de um exercício de tiro bastante interessante, que merece registro, embora nem tanto pela sua eficiência.

O monitor era o “Paraguaçu” e o tiro visava verificar se o convés suportaria os esforços do recuo do recém-instalado canhão de 120 mm nas diferentes conteinhas. O navio demandou o ponto de fundeio em frente ao Costão do Morcego, próximo à Fortaleza de Santa Cruz, na entrada da Baía da Guanabara. Na hora do primeiro disparo, ocorreu o inesperado:

“Haviam aberto na Pedra do Morcego um caminho de serviço, preparatório para a construção da estrada que lá hoje existe. E algumas crianças, moradoras perto, acorre-

15 CRUZ, Augusto Lopes da. *O Almirante Harold R. Cox um notável oficial da Marinha do Brasil (1892 – 1967) lembrado por seus amigos, colegas e admiradores*. Rio de Janeiro, Gráfica Ed. Do Livro, 1973, p. 32.

ram e nele se alinharam, atraídas pela curiosidade de ver aquele navio esquisito, criando com isso o impasse, pois ocupavam exatamente o alvo. A solução – acreditem ou não, mas traduzo a expressão da verdade – teve laivos de extrema ternura, de preocupação com a infância. Deu-se a ordem: ‘um tiro de 47 mm para espantar as crianças!’, ...”¹⁶

E assim foi feito. Quando as crianças correram, os testes com o canhão de 120 mm começaram a ser executados, mas no terceiro disparo o evento foi interrompido, pois o navio foi informado que “uma pequena edificação da fortaleza estava sendo demolida”.¹⁷ Teste encerrado.

Outro exercício de tiro digno de nota foi o realizado, tempos depois, pelo Encouraçado “Minas Gerais”, no porto de Salvador, fundeado junto ao molhe sul e próximo ao Forte São Marcelo, onde era responsável pela defesa principal do porto na época da 2ª Guerra Mundial (2ª GM).

“O tiro real foi executado sobre alvo rebocado. Primeiramente, atirou torre por torre; em seguida, foram disparadas três bordadas, obtendo-se o enquadramento do alvo. Se se tratasse de alvo real, teria sido fragorosa-mente batido.”¹⁸

A cidade de Salvador não fez nenhuma reclamação, nem mesmo sobre as vidraças quebradas. O velho encouraçado demonstrou, com galhardia, que estava pronto para o combate!

Enquanto o velho “Minas” ainda dava o ar da sua graça, disparando seus antigos canhões de grosso calibre, a 2ª GM trazia várias novidades para o armamento naval, dentre elas o interessante *Hedgehog*.

O lançador de bombas granadas (LBG) era uma arma antissubmarina, com a aparência de um porco espinho, daí o nome. Morteiro múltiplo de granadas, foi idealizado para se contrapor às desvantagens das bombas (ou cargas) de profundidade. Sua importância e eficácia dividiu a opinião de renomados historiadores. Paul Kennedy afirma que:

“O sistema Hedgehog era algo inovador [...]. Esse sistema apresentava diversas vantagens em relação à carga de profundidade, e os comandantes aliados das escoltas ficaram entusiasmados com sua ampla utilização em 1943, mesmo que de início houvesse muitos problemas. [...] Diferente das cargas de profundidade, o morteiro explodia ao contato – ou o projétil atingia o submarino ou não – e, com uma fuzilaria de 24 granadas sobre um submarino, a chance de alcance aumentava. Além disso, o morteiro não afetava o funcionamento do sonar.”¹⁹

Essa opinião não é compartilhada por R. de Belot, que assinala:

“As granadas do Hedgehog, explodindo apenas por contato, eram tão desinteressantes quanto uma salva de bombas de profundidade caindo pela popa do alvo; estas últimas, ao menos, bem mais poderosas que as primeiras, causavam danos mesmo que explodissem a uma pequena distância do submarino”.²⁰

Mesmo com as divergências, o fato é que o *Hedgehog* foi instalado em diversos escoltas. Na MB, os contratorpedeiros de escolta de 1.500t, recebidos dos EUA ao longo de 1944, possuíam um LBG MK 10.



Figura 3 – Lança bombas granadas (*Hedgehog*)

Fonte: internet

16 MARTINS, Hélio Leôncio; CASTRO, Antonio Augusto Cardoso de. *Estórias navais brasileiras*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985, p. 40.

17 Idem.

18 FRAZÃO, Eugênio Marques Rodrigues. Um Guarda-Marinha na Segunda Guerra Mundial. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 107, nº 10/12, out./dez. 1987, p. 58.

19 KENNEDY, Paul. *Engenheiros da vitória: os responsáveis pela reviravolta na Segunda Guerra Mundial*. 1. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2014, p.86.

20 DE BELLOT, R. *A guerra aeronaval no Atlântico: 1939 – 1945*. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora Record, 1970, p. 195.



Figura 4 – CTE “Baependi” com a EN ao fundo

Fonte: internet

Com relação a esses navios, uma curiosidade. Embora o “Baependi” fosse o ex USS “Cannon” (DE 99), que dava o nome à classe na Marinha norte americana, no Brasil os navios ficaram conhecidos como classe “Bertioga”, pois o ex USS “Pennewill” (DE 175), batizado como “Bertioga”, foi o primeiro a ser transferido.

Após a 2ª GM, as iniciativas do Almirante Guilhem em prol do armamento começaram a dar frutos. Em 1947, criadas pela mesma lei, encontravam-se em funcionamento a Fábrica de Artilharia da Marinha (FAM) e a Fábrica de Torpedos da Marinha. Neste ano, a FAM produziu seu primeiro canhão de 127 mm, o “Tira-Teima”, que teve seu teste de disparo no Polígono de Tiro do Exército, na Restinga da Marambaia. Além do “Tira-Teima”, mais dez canhões foram fabricados e montados nos contratorpedeiros classe “A”, em construção no AMRJ. Sete anos depois, a Fábrica de Torpedos testou no mar, com sucesso, o primeiro, de uma série de cinco, torpedo MK XV-Mod III.

Ainda em 1947, o ensino do armamento também estava sendo aprimorado.

“A Marinha Brasileira tinha adquirido da Marinha Americana para a Escola de Direção de Tiro: uma Diretora de Tiro MK 33 utilizada nos contratorpedeiros da época, um quadro de manobra de Direção de Tiro e um canhão de 40 mm duplo automático com alça diretora MK 57. A Fábrica de Artilharia da Marinha forneceu um canhão de 127 mm automático, idêntico aos que estavam sendo instalados nos contratorpedeiros em produção no AMRJ. O AMRJ forneceu os cabos elétricos e toda a instalação foi feita pela escassa equipe da Escola.

Valeu a experiência adquirida e foi proporcionada aos alunos a operação real dos equipamentos iguais aos existentes na Esquadra”.²¹

Chega a década de 1950 e com ela uma importante renição de serviço. Saem os encouraçados, que passam para a Reserva, e entram os cruzadores ligeiros (CI) “Barroso” e “Tamandaré”, adquiridos da Marinha dos EUA. Embora com armamento de menor calibre do que os encouraçados, os dois cruzadores impunham respeito, com suas linhas elegantes e imponente bateria principal, composta de cinco torres tríplexes de 152 mm.

Foram mais de 20 anos de bons serviços, durante os quais os dois navios puderam realizar exercícios como o descrito a seguir:



Figura 5 – Cruzador “Barroso”

Fonte: internet



Figura 6 – Cruzador “Tamandaré”

Fonte: acervo do autor

21 VIANNA, Antonio Didier. *Competitividade e a indústria brasileira: por que o Brasil não é competitivo?* 1. ed. Rio de Janeiro: Jaguatirica Digital, 2013, p 27.

“Em um dos exercícios da Esquadra coube ao Cruzador “Barroso”, como capitânia, abrir fogo em primeiro lugar. Devia disparar uma bordada completa, uma salva com todos os seus canhões. Seguiu para a raia de tiro em Postos de Combate, toda a artilharia guarnecida, direção de tiro acompanhando o alvo com radares e aparelhos óticos, fiscais a postos. E abriu fogo, envolvendo a si na fumaça da pólvora e o alvo pelos gêiseres da salva. No silêncio que se seguiu, o comandante-em-chefe da Esquadra recebeu uma mensagem *sui generis* do navio atirador: “Solicito novo alvo”! A resposta demorou, mas veio elogiosa: “Ótima atuação pt alvo afundado”.²²

O bom desempenho dos navios em exercícios de tiro não impediu que um deles virasse alvo. Na crise de novembro de 1955, o “Tamandaré”, elevado ao papel de personagem marcante da História do Brasil, foi alvo de tiros disparados pelo Forte de Copacabana. Navio com estrela – não é por acaso o apelido “Lucky Lou”, adquirido na US Navy – não foi atingido.

A década seguinte assistiu às primeiras Operações “Unitas” e à entrada da MB na era dos mísseis. Em 1966, foi instalado, no Contratorpedeiro (CT) “Mariz e Barros” (classe “M”), um lançador de mísseis superfície-ar *Seacat*. Com a baixa do navio, o lançador foi mais tarde transferido para o CT “Mato Grosso” (classe “Allen M. Sumner”), adquirido em decorrência do Acordo de Assistência Militar, firmado entre o Brasil e os EUA na década de 1950. Este Acordo proporcionou, a partir de 1968, a participação brasileira nas Operações “Springboard” e “Veritas”, realizadas nas proximidades de Porto Rico, utilizando a raia de tiro da Ilha de Vieques e outras facilidades.

As operações na área de Porto Rico adentraram a década seguinte e foram excelentes para o aprestamento dos Departamentos de Armamento dos contratorpedeiros classe “P” (classe “Fletcher”), como ilustra o depoimento de um Oficial armamentista participante da Operação “Springboard 72”, a bordo do CT “Santa Catarina”:

“[...] o navio assumiu a posição para iniciar o exercício sobre um alvo rebocado, atirando com as torretas ímpares a 6.000 jardas.

Cumpridas as formalidades iniciais de procedimentos fonia e de segurança, o EGA obteve do Comandante a liberdade de ação para o armamento e ordenou: “Geral - Direção. Ação de superfície a boreste. Seguir ponteiros e passar para automático.” As torretas 51, 53 e 55 conteiraram, simultaneamente, para boreste e praticamente paralelas apontaram para o diminuto alvo tipo Delta. “Abre fogo”, ordena o EGA. Um único estrondo e as três bocas de fogo expelindo fumaça indicavam que não houvera nega. Decorrido o tempo de voo das granadas, o operador do radar informa: “O radar perdeu o treque” (acompanhamento automático que o radar faz do alvo), uma vez que a sensibilidade de um sensor eletrônico é superior aos sentidos humanos, mas não tardou e ouviu-se o EGA confirmar visualmente e gritar pelo circuito JC: “O alvo desapareceu!” Passada a perplexidade inicial, aquilo que poderia indicar um mau desempenho, transformou-se em júbilo, pois o alvo havia sido destruído por impacto direto das granadas de exercício.”²³

Era o tempo da luneta de *boresighting*, do calibre estrela, da barra calibre e do quadrante do artilheiro.

Os contratorpedeiros das classes “Allen M. Sumner” e “Gearing” também desfrutaram das instalações em Porto Rico, participando de operações semelhantes, embora com diferentes nomes como “Caribex” e “Readex”.

Mesmo com a eficiente participação nessas operações, os CTs começavam a perder o protagonismo com a chegada das modernas fragatas classe “Niteroi”. Em decorrência do contrato de construção das fragatas, assinado em 1970, começava o grande salto tecnológico da MB, que ingressava na era dos navios dotados de sistemas computadorizados de controle tático e propulsão por turbina a gás. Para o armamento, a evolução foi marcante, com a aquisição de mísseis como o *Exocet* e o *Ikara*, além da versão atualizada do *Seacat*, a substituição do obsoleto radar de Direção MK 25 pelo RTN 10X e do valente canhão de 127 mm pelo sofisticado *Vickers* (reparo MK 8) de 4,5 polegadas.

Os artilheiros pagaram o preço dessa sofisticação.

22 MARTINS, Hélio Leôncio; CASTRO, Antonio Augusto Cardoso de. *Estórias navais brasileiras*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985, p. 190.

23 OLIVEIRA, Paulo Marques de. Santa Catarina – um atirador de elite. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 128, n° 07/09, p. 128-135, jul./set. 2008, p. 133.

O fato de o canhão ter sido recentemente desenvolvido pela Marinha inglesa, aliado à complexa automação exigida pelas suas modernas características, fez com que, no início da sua vida operativa, a arma apresentasse um grande número de avarias, que somente mais tarde o esforço e a dedicação do pessoal de bordo e dos órgãos especializados brasileiros conseguiram reduzir. O que os artilheiros talvez não soubessem é que, antes da escolha sobre qual canhão seria instalado, houve um evento dando indícios de que a vida dos artilheiros não seria fácil. O canhão de 4,5 polegadas apresentou uma avaria na primeira demonstração de seu funcionamento, realizada para as autoridades brasileiras que foram inspecionar as instalações envolvidas na construção dos navios.

“Estivemos na oficina onde estava montado um reparo completo com um canhão para assistir a uma demonstração de como a munição engastada era trazida do paiol até a culatra para o tiro. A rapidez dessa operação era o que, no dizer dos homens da Vickers, tornava o seu reparo especialmente notável. A demonstração começou com grande ex-

pectativa por parte dos interessados visitantes. Mas aconteceu que o elevador enguiçou e não houve jeito de fazê-lo funcionar. Os frustrados demonstradores, muito ruborizados, tiveram que se contentar em nos dar detalhadas explicações sobre como a coisa deveria ter acontecido”.²⁴

Apesar das avarias, o 4,5 polegadas, com o tempo, conseguiu demonstrar as vantagens da sua cadência e precisão, realizando excelentes tiros contra alvos de superfície e aéreos e de Apoio de Fogo Naval na Raia de Tiro de Alcatrazes.

No final de 1978, foram incorporadas as duas últimas das quatro fragatas construídas na Inglaterra, a “Constituição” e a “Liberal”. Eram navios de emprego geral, as primeiras belonaves brasileiras dotadas com mísseis superfície-superfície *Exocet*. A partir daí, começa outra fase do armamento na MB, que certamente vai produzir mais 100 anos de histórias.

24 COELHO DE SOUZA, José Carlos. *Uma história das fragatas: depoimento pessoal*. Rio de Janeiro, Clube Naval, 2001, p 41.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira, Volume V, Tomo II*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.
- _____. Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira, Volume IV*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2001.
- _____. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 132, nº 10/12, out./dez. 2012.
- CANDIDO, Roberto Gomes. A Divisão Naval em operações de guerra. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 115, nº 7/9, jul./set. 1995.
- COELHO DE SOUZA, José Carlos. *Uma história das fragatas: depoimento pessoal*. Rio de Janeiro, Clube Naval, 2001.
- COSTA, Sergio Correa da. *Brasil, segredos de Estado*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- CRUZ, Augusto Lopes da, *O Almirante Harold R. Cox um notável oficial da Marinha do Brasil (1892 – 1967) lembrado por seus amigos, colegas e admiradores*. Rio de Janeiro, Gráfica Ed. Do Livro, 1973.
- DE BELLOT, R. *A guerra aeronaval no Atlântico: 1939 – 1945*. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora Record, 1970.
- FRAZÃO, Eugênio Marques Rodrigues. Um Guarda-Marinha na Segunda Guerra Mundial. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 107, nº 10/12, p. 53-84, out./dez. 1987.
- JUNIOR, Garcia. *Divisas e bordados: crônicas sobre a Marinha brasileira*. Rio de Janeiro, Papelaria Velho, 1938.
- KENNEDY, Paul. *Engenheiros da vitória: os responsáveis pela reviravolta na segunda Guerra Mundial*. 1. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.
- MARTINS, Hélio Leôncio. *A revolta da Armada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército ed., 1997.
- MARTINS, Hélio Leôncio; CASTRO, Antonio Augusto Cardoso de. *Estórias navais brasileiras*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.
- OLIVEIRA, Paulo Marques de. Santa Catarina – um atirador de elite. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 128, nº 07/09, p. 128-135, jul./set. 2008.
- SOUZA E SILVA, Augusto Carlos de. *O Almirante Saldanha*. Rio de Janeiro, fev 1939.
- VEIGA MIRANDA, João Pedro da. *Quatorze meses na pasta da Marinha*. 2. ed. (revista e atualizada). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982.
- VIANNA, Antonio Didier. *Competitividade e a indústria brasileira: por que o Brasil não é competitivo?* 1. ed. Rio de Janeiro: Jagatirica Digital, 2013.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

Você conhece o Abrigo do Marinheiro?

a) É um apelido para Casa do Marinheiro
 b) É o serviço prestado pelo SASM

c) É a proteção do marinheiro na chuva
 d) Nenhuma das respostas anteriores

O Abrigo do Marinheiro é uma associação sem fins lucrativos que se destina a trazer benefícios para toda a Família Naval.



www.abrigo.org.br



Qualidade de vida para a Família Naval



Conheça os Programas Sociais em: www.marinha.mil.br/dasm



Veleiros Contornando a Ilha de Alcatrazes por Boreste

“ALCATRAZES POR BORESTE”: LIÇÕES DE UMA REGATA INESQUECÍVEL

“Na Moral e no Esporte, o Aspirante é forte.”

*Trecho do Hino Viva a Marinha,
de autoria do Aspirante Luiz Felipe M. de Magalhães.*

Aspirante Victor Andrey Bragança de Almeida Xavier

INTRODUÇÃO

O arquipélago de Alcatrazes, localizado no litoral Sul de São Paulo entre as cidades de São Sebastião e Santos, é um conjunto de quatro ilhas principais. Conhecido pela sua biodiversidade, é protegido e monitorado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O arquipélago também abriga a Raia de Tiro de Alcatrazes, onde são realizados periodicamente, e com os devidos cuidados ambientais, os adestramentos de Apoio de Fogo Naval dos navios da nossa Esquadra.

A MISSÃO

Durante a 42ª Semana de Vela de Ilhabela (Ilhabela *Sailing Week*), maior circuito de vela da América Latina, evento organizado pelo *Yacht Club* de Ilhabela (YCI), ocorrem, com duração de aproximadamente sete dias, intensas e competitivas regatas de diversas classes, contando com a participação de mais de cem barcos e mil velejadores.

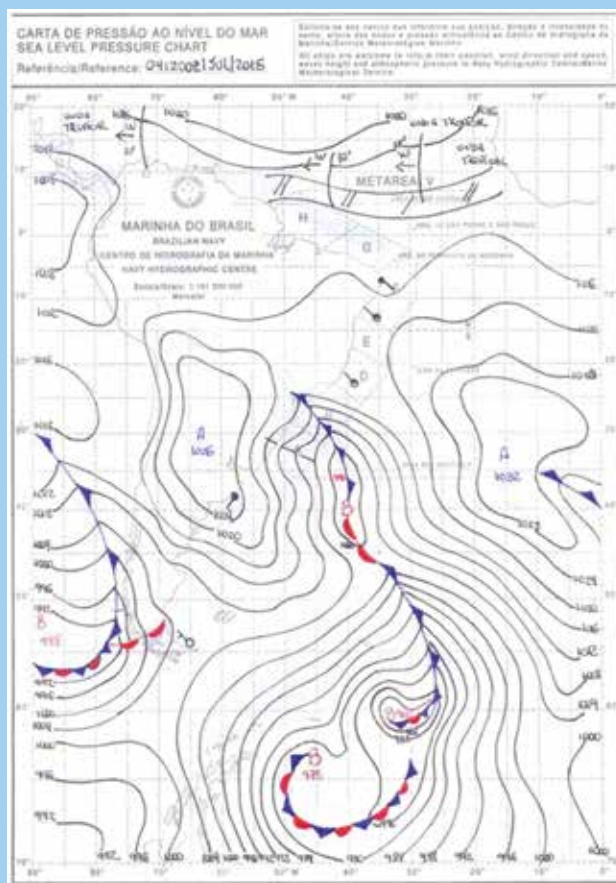
Esse número expressivo afeta o cotidiano desse ponto turístico paulista e gera um impacto positivo na economia do comércio local. A cidade se prepara para

este evento de tal forma que a prefeitura batizou a cidade como “a Capital da vela”.

O evento, que já está na sua 43ª edição, é muito prestigiado no meio náutico, recebendo delegações do Uruguai, da Argentina e do Chile.

A regata que dá início a esse circuito se chama “Alcatrazes por Boreste –Marinha do Brasil”. A homenagem a nossa Marinha é devida ao constante apoio ao evento por intermédio do pessoal e dos meios operativos da MB, tais como Navios Patrulha, Fragatas e Helicópteros (realizando fotografias aéreas). Além disso, a regata conta com participações especiais do Navio Veleiro “Cisne Branco” e dos Grêmios de Vela da Escola Naval (GVEN), do Colégio Naval (GVCN) e da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (GVEFOMM).

O percurso dessa regata é simples, porém extremamente desafiador: contornar a Ilha Principal de Alcatrazes, deixando-a por boreste da embarcação e voltar para o Iate Clube. O percurso seria bem fácil, exceto pelo fato de ter aproximadamente 60 milhas náuticas (111 km) no total, somando-se à forte correnteza contrária na saída do canal de São Sebastião. O tempo médio de regata para a maioria dos veleiros é de 10 a 12 horas.



Carta Sinótica da DHN mostrando a frente fria chegando
Fonte: DHN.



Arquipélago de Alcatrazes fonte: Carlo Borlenghi / ROLEX



“HPE 25” com o mastro quebrado

Fonte: Yacht Club de Ilhabela

A AÇÃO

A Escola Naval participou da 42ª edição com seis veleiros oceânicos, que fizeram a travessia até São Paulo conduzidos pelos Aspirantes, que aproveitaram a oportunidade para colocar em prática os ensinamentos de navegação ministrados em sala de aula, através da plotagem de pontos na carta náutica e da observação dos sinais luminosos de faróis e faroletes ao longo da costa, além de aumentar a sua experiência e o contato com o mar.

Ao chegar à Ilha, após 20 horas de viagem, tivemos um dia de intensa preparação para enfrentar Alcatrazes, checando os materiais de salvatagem, as velas e a organização dentro do veleiro. Na manhã seguinte, embarquei com os demais tripulantes e com o nosso professor de Vela Ricardo Lebreiro no “Brekelé”, que é o nome de um veleiro modelo “Farr 40”, construído para regatas de velocidade, integrante desde 1984 do GVEN, cujo nome de batismo foi escolhido para homenagear o ganso mascote da Escola Naval. Tínha-

mos a tarefa de torná-lo confortável para uma regata longa, porém sem atrapalhar o nosso peso embarcado, para não reduzir a *performance*. Para Regatas longas, o “Brekelé” dispõe de um fogão e oito camas improvisadas para repouso dos velejadores.

A previsão da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) era de chegada de frente fria à região, como ficou registrado em sua carta sinótica, além de previsões que indicavam a entrada de um vento com até 30 nós (60 km/h) de intensidade. Para se ter uma noção dessa intensidade, com ventos acima de 30 nós alguns clubes cancelam as regatas devido à possibilidade de danos ao material. Logo pela manhã a chuva fina e muitas nuvens negras já anunciavam o que estava para acontecer e, no momento da largada, a previsão se cumpriu: ventos de 30 com rajadas de até 35 nós. A velocidade da correnteza no canal era tão grande que o Navio Patrulha que prestava apoio mal conseguia ficar fundeado. O único veleiro que disparou foi o “Camiranga”, um veleiro “Soto 65” que buscava quebrar o recorde de



Veleiros no Canal de São Sebastião
Fonte: Kiko Moura \B1 Marketing Digital



Fragata “Greenhalgh” fundeada em um dia de mau tempo em Ilhabela – SP



Veleiro Oceânico “Brekelé” do GVEN

tempo da regata. Todos tiveram intensas dificuldades logo no início. Veleiros menores como os “HPE25” e “C30” tiveram problemas como quebra de mastro. Alguns se quebraram em duas partes devido à força do vento e ao rasgamento de velas. Em poucas horas de regata, muitos veleiros já haviam desistido. Permanecemos firmes no objetivo e seguimos na disputa. Em diversos momentos a visibilidade era restrita. A água da chuva era direcionada nos olhos por causa do vento, o que limitava a velocidade de nossas manobras de cambada¹. A sensação térmica estava abaixo de 10 graus. Com todos na escora², buscamos formas de motivação para não deixar o moral cair. Nesse momento o Espírito de Equipe e a Liderança de cada um foram essenciais para evitar uma provável desistência. Ao sair do canal

1 Cambada: manobra no veleiro em que as velas trocam de bordo, sendo necessário agilidade, rapidez e destreza da tripulação.

2 Escora: inclinação do barco de um lado para outro.

de São Sebastião ao fim de quatro horas de regata, enfrentamos mais uma intempérie: ondas que variavam de três a quatro metros, ocasionando muitos mareios³ a bordo. A situação de habitabilidade no barco tornava-se crítica, era impossível ingerir qualquer alimento sólido, nos restando apenas a ingestão de líquidos como água e suco. Nossa única refeição tinha sido barras de cereal e algumas nozes no canal de São Sebastião. Aproximadamente sete horas haviam se passado, adentrávamos a noite fria e não tínhamos completado a primeira parte do percurso ainda. Iniciamos um revezamento dentro do veleiro para evitar hipotermias, alguns Aspirantes tiveram câimbras e de 10 tripulantes somente quatro

estavam do lado de fora em condições de manobrar os cabos e as velas. Nosso aparelho GPS começou a apresentar problemas, parte do óleo diesel vazou do tanque devido ao balanço e ao caturro⁴ do veleiro, causando um odor nauseante dentro e fora da embarcação. Nosso compasso e nossa régua paralela sumiram da mesa de navegação. Estávamos, como disse o professor Lebreiro, “navegando que nem o Cabral, só com bússola e vela”. Muito próximo ao objetivo, obtivemos sinal no nosso GPS e, após todas as adversidades, conseguimos contornar com segurança e às escuras o tão desejado arquipélago. Voltando com o vento e com as ondas ao nosso favor, completamos a regata em aproximadamente 12 horas, chegando ao clube de madrugada.

3 Mareio: enjoo causado pelo balanço do mar.

4 Balanço: movimento transversal da embarcação (de um bordo para o outro). Caturro: movimento longitudinal da embarcação (de proa a popa).

O RESULTADO

Vencer Alcatrazes é mais do que conseguir o primeiro lugar. Concluir a prova é um título para os amantes da Vela. Dos mais de 60 barcos que iniciaram a regata somente 34 completaram, foi o recorde de desistências desde que essa regata começou a ser disputada, e nós fizemos parte dessa parcela que perseverou.

No decorrer do circuito, obtivemos o terceiro lugar na classe “RGS-A”, e o critério de desempate foi justamente a regata Alcatrazes. Tivemos a vivência real da importância de valores como a liderança, que teve que ser praticada nos momentos de maior dificuldade. A motivação oriunda de líderes fez com que todos entendessem sua importância dentro do barco. Isso se aplica ao cotidiano de empresas e ambientes de trabalho.

Certamente, sem uma coesão de propósitos a experiência teria sido abreviada e a missão não seria cumprida com êxito. O espírito de equipe nos trouxe a importância do trabalho coletivo; se um membro cometesse um erro todos seriam prejudicados, não existia um sucesso e um fracasso individual, poderíamos ter a bordo um campeão olímpico na modalidade e não obteríamos nenhum resultado significativo sem um esforço conjunto. Esse desafio nos trouxe ensinamentos que certamente nos ajudarão no futuro, seja nos batalhões de fuzileiros, nos meios operativos de nossa Esquadra ou nos Centros de Intendência.

A experiência que passamos nos remete ao sábio Rui Barbosa: “O mar é um curso de força e uma escola de previdência. Todos os seus espetáculos são lições: não os contemplemos frivolamente”.





**PRATICAGEM
DO BRASIL**
NO RUMO CERTO



CONAPRA
CONSELHO NACIONAL DE PRATICAGEM

Brasilian Brazilian Pilot Association

Praticagem

Pilotage

o serviço de todas as horas

the 24/7/365 service

24

horas por dia *hours a day*

7

dias por semana *days a week*

365

dias por ano *days a year*





Figura 1 - Dia do Mestre 2016

Fonte: De Vito Fotos.

O PROFESSOR-INSTRUTOR MILITAR TAREFA POR TEMPO CERTO: PERFIL, SABERES E FORMAÇÃO DOCENTE

*Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM)
Hercules Guimarães Honorato¹*

INTRODUÇÃO

“[...] Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adultos, é-nos dado pela educação [...] Essa educação nos vem da natureza, ou dos homens ou das coisas.” (Emílio ou da Educação, de Jean-Jacques Rousseau).

Como exposto na epígrafe acima, o aluno e sua relação com o seu professor fazem parte da construção do sujeito, independentemente do nível de formação, desde a educação infantil à superior. Ato contínuo, um dos desafios das Instituições de Ensino Superior (IES) militares na formação de seus profissionais consiste em manter um corpo docente capaz de vencer as provocações oriundas do amálgama da moderna

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA).

pedagogia, além da pluralidade de conhecimentos necessários na formação de um Oficial para as Forças Armadas, para os dias atuais e para um futuro cada vez mais envolto e subordinado ao crescente aspecto tecnológico da guerra.

Ensinar, hoje em dia, é desenvolver uma ação estratégica especializada, fundada no conhecimento próprio, ou seja, no professor, que consiste em fazer com que alguém, no caso todos os seus alunos, aprenda algum conteúdo que se considera socialmente necessário². Partindo-se deste caminhar, o objetivo deste estudo é apresentar o corpo docente do ensino superior militar da Escola Naval (EN), cenário desta pesquisa, em especial os militares da reserva naval que exercem Tarefa por Tempo Certo (TTC), abrangendo seus perfis formativos, saberes e formação docente.

A abordagem dessa investigação é de cunho qualitativo, com pesquisa documental e bibliográfica como técnicas iniciais exploratórias, em que se buscou estabelecer relações sobre a formação profissional do instrutor TTC e a sua preparação para o ensino superior militar. A escolha da pesquisa qualitativa teve como escopo a ênfase na interpretação, “na compreensão das motivações, culturas, valores, ideologias, crenças e sentimentos que movem os sujeitos, que dão significado à realidade estudada e não aos fatos observáveis e passíveis de serem medidos estatisticamente” (IVENICKI; CANEN, 2016, p.11). Conforme esses autores, a análise documental é um exemplo da metodologia qualitativa, na qual o pesquisador mergulha sobre fontes escritas.

Para verificar em que grau estes sujeitos da pesquisa, os instrutores da reserva, consideram importante a sua experiência prática na formação dos futuros Oficiais da Marinha do Brasil (MB), adotamos, como instrumento de coleta de dados, um questionário que, após a devida autorização da coordenação geral do curso, foi enviado aos respectivos *e-mails* de todos os docentes da IES militar.

Espera-se que este estudo seja relevante ao participar ao meio acadêmico o processo formativo dos docentes TTC, no que diz respeito tanto aos aspectos profissionais de formação propedêutica e científica, quanto aos conhecimentos pedagógicos e prática de

ensino, visto que ainda existe intensa discussão, no âmbito da educação superior, da necessidade ou não dos seus professores terem uma formação docente específica. Um aspecto motivacional para a elaboração deste estudo foi a pouca pesquisa sobre o tema no meio acadêmico, com foco no ensino superior militar.

Este artigo está delimitado no estudo do docente que exerce tarefa por tempo certo, ou seja, do militar da reserva remunerada (RM1) ou inativo que exerce tal atividade, não entrando, portanto, nas demais modalidades de instrutores existentes, como os militares da ativa e os do magistério militar temporário (integrantes da reserva não remunerada - RM2).

Assim exposto, a seguinte questão de pesquisa norteou este estudo: “Em que medida um instrutor militar da reserva, sem formação docente específica durante sua formação acadêmica e prática profissional, pode ser considerado um professor?”.

O PROFESSOR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A pedagogia é a ciência da educação, que tem como objetivo os fenômenos educativos e, portanto, preocupa-se com a problemática da formação humana. A didática seria a prática do ensino, em especial na sala de aula, sendo esta central na formação do professor. Silva e Conrado (2013, p.11), ao tratarem da ação pedagógica do professor, argumentam com clareza que “a escolha de uma profissão requer, além de aptidão e conhecimento, consciência do que a amplitude dessa escolha trará”, e é sobre este aspecto da escolha que esta seção trata, do universo do ser professor universitário.

A formação do professor do ensino superior

A primeira questão que se coloca é sobre a formação do professor do ensino superior, se há ou não a necessidade de formação pedagógica, visto que, pela nossa lei maior da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é estipulado, em seu art. 66, que “A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado” (BRASIL, 1996, não paginado).

Existe uma crítica permanente pelo “fato de os professores do ensino superior serem despreparados para desenvolver a função de pesquisadores e não possuírem formação pedagógica” (PIMENTA; ANASTASIOU;

2 Palestra proferida pela Prof^a. Dr^a. Maria do Céu Roldão no III Simpósio sobre ensino de didática do Laboratório de Estudos e pesquisas em Didática e Formação de Professores (LEPED) da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 17 e 18 maio 2016.

CAVALLET, 2003 apud LELIS, 2009, p.153). O que Cunha (2004) afirma é que não existe a possibilidade de separar a dimensão adquirida da prática pedagógica na formação de professores. Soma-se também o que Mizukami (2004) assegura: os professores precisam ter diferentes tipos de conhecimentos, incluindo o pedagógico.

Salomão (2004, p.4, grifo nosso) argumenta ainda que “não raramente, encontramos **profissionais qualificados** em determinadas áreas que se **transformam em professores**, educadores em potencial”. Essa “trans-

formação” tem início durante o período em que estão começando a viver a docência, tendo como modelos os seus antigos mestres, que internalizaram em sua formação superior, e assim passam a ensinar a partir das experiências como aluno (ISAIA; BOLZAN, 2004; CUNHA, 2006; KIRSCH; MIZUKAMI, 2012).

Podemos resumir, segundo o referencial levantado, que este novo professor do ensino superior precisa adquirir, em linhas gerais, uma sólida cultura geral e formação científica, acadêmica e também pedagógica, o que seria a capacidade de aprender a aprender, desenvolvendo estratégias especializadas, via domínio das novas tecnologias e dos meios de informação, com habilidades de articular as aulas, as mídias sociais, assumindo o ensino como mediação, com o escopo e a preocupação da aprendizagem ativa do aluno, uma consciência da responsabilidade pela formação de futuros profissionais, ou, como asseveram Silva e Conrado (2013, p.34), “escolher ser professor inclui dor de cabeça, problema, emoção, alegria, afeto e muita, muita seriedade”.

O professor ou instrutor no ensino superior militar?

Em primeiro lugar, precisamos conceituar os principais sujeitos envolvidos na educação. Começamos pelo Novo Dicionário da Língua Portuguesa (1986),



Figura 2 - Aula de Introdução à Logística Naval

Fonte: O autor.

que conceitua: “Docente” é aquele que **ensina**; “Instrutor” é aquele que instrui, que **ensina**, que adentra; “Professor”, bem amplo, seria aquele que professa ou **ensina** uma ciência, uma arte, uma técnica, uma disciplina, um mestre, que seria também um homem perito ou adestrado; para “Mestre”, o significado seria uma pessoa que **ensina** ou orienta, orientador de pessoas, aquele que sabe muito, sábio. Se verificarmos o vocábulo que mais se repete nos quatro conceitos expostos, nós temos o verbo **ensinar**, que, segundo este mesmo dicionário, pode ser o ato de transmitir conhecimento sobre alguma coisa a alguém, lecionar, ensinar.

O ser instrutor no ensino superior militar também se alinha com o ser professor, quando ambos não estão preparados no seu todo profissional, o que Salomão (2004) alinha com as competências do professor ou instrutor, diretamente ligadas a uma sólida formação científica, acadêmica e pedagógica. A relação entre docente e discente não é suficiente apenas com a transmissão de conhecimentos técnicos, “o aluno que aprende é porque encontrou significado nas informações e orientações do professor” (SALOMÃO, 2004, p.7).

Segundo Kirsch e Mizukami (2012, p.73), “o espaço da educação militar é muito rico em experiências, saberes e práticas, porém pouco explorado”, o que este autor concorda, principalmente tendo verificado que o

instrutor militar da ativa é colocado na tarefa de ensinar por um período que muitas vezes não consegue formar um cabedal pedagógico suficiente para se manter atuante na relação professor-aluno, nem criar uma identidade docente, pois tem requisitos de carreira que o fazem ser movimentado para outras organizações militares.

O que pode e deve ser procurado como argumento central na formação profissional desse docente militar, quer denominado instrutor ou professor, seria uma resultante da “combinação de seu interesse e engajamento pessoal com a responsabilidade institucional de assegurar e valorizar possibilidades formativas por meio de ações políticas de gestão” (ALMEIDA, 2012, p.29). Ou seja, o dever de ser um docente que saiba, além do conhecimento científico, a mediação e a relação com seus alunos, com seu crescimento pessoal e a constante melhoria profissional.

O PROFESSOR-INSTRUTOR TAREFA POR TEMPO CERTO

O corpo docente da EN é formado por professores do magistério superior, por instrutores que exercem TTC, por militares da ativa e militares temporários. A tabela 1 mostra o quantitativo do corpo docente atualizado para 2016. Podemos verificar que os Oficiais da reserva remunerada são cerca de 28% do total de professores da instituição. Existe um total de 103 disciplinas distribuídas nos quatro anos de formação, o que constitui a Tabela Mestra da instituição no seu campo acadêmico, explicando, assim, a contratação de pessoal militar inativo, mas com experiência técnica para exercer o ensino do corpo discente.

Tabela 1 - Efetivo do Corpo Docente (2016)

Corpo Docente	Efetivo	%
Magistério Superior (civis)	67	49
Instrutores da Ativa	20	14
Instrutores da Reserva (RM1) (Setor Ensino)	38	28
Instrutores Temporários	11	08
Instrutores convidados	02	01
Total	138	100

Fonte: RAInt-2015. O autor.

Como o foco deste estudo é o professor militar da reserva (RM1), vamos navegar por esta derrota. A TTC é uma medida administrativa, temporária, cujo escopo principal é “aumentar a flexibilidade do gerenciamento do pessoal, assegurando a presença na composição de for-

ça de trabalho da Marinha de militares com larga experiência profissional e conhecimento técnico-administrativo de interesse a instituição” (BRASIL, 2009, p.2-1), o que podemos resumir como a contratação de militares, tanto Oficiais como subalternos, voluntários e pertencentes à reserva remunerada, cujo escopo é ocuparem tarefas de caráter eventual e finito, por um tempo pré-determinado. Reitera-se, nesta mesma norma da MB, que a contratação de pessoal da reserva naval para exercer atividades administrativas, com **prioridade para o ensino**.

Importante ressaltar que as obrigações inerentes aos cargos a serem exercidos “devem ser compatíveis com o grau hierárquico e a qualificação do militar contratado, devendo constar da Tabela Mestra da OM” (BRASIL, 2009, p.2.1). O militar voluntário para exercer TTC deverá estar apto em inspeção de saúde, não estar respondendo ou indiciado em processo criminal e nem estar em litígio judicial contra a Marinha, e não poderá executar tarefa diferente daquela para a qual foi contratado.

A norma da Marinha, DGPM-103 (BRASIL, 2011), em seu subitem 3.4 da habilitação para a função de instrutor, deixa claro que o militar inativo que pleiteie uma função de docente como TTC tem que estar habilitado no Curso Expedito de Técnica de Ensino ou no Curso Especial de Metodologia Didática a Distância realizado no âmbito da MB ou de cursos extra-MB, como os Cursos de Técnica de Ensino da Força Aérea Brasileira ou Exército Brasileiro ou até mesmo o de licenciatura plena em instituições civis.

A situação verificada no parágrafo anterior reafirma a discussão relevante sobre a formação do professor para o exercício da docência no ensino superior, da necessidade, além do conteúdo a ser transmitido aos seus alunos, do conhecimento pedagógico, do saber agir na sala de aula, como delineado no capítulo anterior que tratou do professor universitário. Nesse ponto, ao militar inativo que desejar exercer a docência, a formação pedagógica e didática é uma condição importante e que deve ser cumprida.

O CENÁRIO DO ESTUDO

O cenário da nossa pesquisa foi a Escola Naval; e o setor pesquisado, o da Superintendência de Ensino. A instituição possui três centros principais: o Centro de Ensino Técnico Científico (CTC), o Centro de Ensino de Ciências Sociais (CCS) e o Centro

de Ensino Profissional Naval (CPN). A estes Centros, dentro de cada área acadêmica de sua atuação, compete, em linhas gerais: avaliar os sumários das Disciplinas, propondo as alterações curriculares necessárias à constante atualização; planejar, executar e controlar a manutenção do **potencial acadêmico adequado de professores e instrutores para a condução das aulas**; e promover estudos inerentes ao fluxo de carreira e qualificações, para admissão de professores e instrutores.

Ao CPN, um setor que congrega todas as atividades de formação profissional dos discentes, ainda compete as atividades de apoio, administrativas, operativas, logísticas e de coordenação acadêmica dos Avisos de Instrução (AvIn), que são três navios de pequeno porte utilizados com o objetivo de auxiliar e reforçar os aprendizados ministrados aos Aspirantes em sala de aula, associando, assim, a teoria à formação prática, ou seja, no mar, onde os conhecimentos serão aplicados e testados.

O primeiro Oficial da reserva a exercer TTC na Escola Naval, no ano de 1993, foi como professor da área de Eletricidade e Eletrotécnica. No ofício nº 1047, de 30 de junho de 1993, do Comandante da EN ao Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, para a sua efetivação, a motivação exposta deixa bem claro o que ocorre com a constante movimentação de instrutores militares da ativa durante a sua carreira: “[...] causa

transtorno à instrutoria do assunto em função de **movimentações de pessoal por imposição de carreira**. [...]. Visando atenuar a solução de continuidade decorrente de eventuais substituições nesta área de ensino”. (ESCOLA NAVAL, 1993, p.1, grifo nosso).

Por um longo período, desde meados de 1990 até os dias atuais, existe uma dificuldade em suprir, por concursos públicos, o corpo docente da instituição por professores civis do magistério superior militar. Fato ainda agravado pela aposentadoria dos professores mais antigos na EN. Tornou-se, portanto, um caminho viável e legal a contratação de militares da reserva remunerada para suprirem as necessidades de docentes, a fim de se evitarem prejuízos na formação acadêmica dos discentes da EN.

CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS E ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

Dos 38 Oficiais TTC ligados à docência, 26 instrutores, cerca de 68% do total, retornaram o questionário respondido voluntariamente. Como esta é uma pesquisa qualitativa, cujos resultados não podem ser generalizados, infere-se um número considerado expressivo para o atingimento da questão de estudo. A identidade dos docentes respondentes foi preservada e as respostas, quando mencionadas, serão discriminadas pelo código alfanumérico de “Docente1” até o “Docente26”, escolhidos aleatoriamente, conforme os questionários respondidos retornaram para a caixa postal de coleta deste autor.

A primeira questão trata do tempo de efetivo serviço como Oficial da ativa da MB. Os sujeitos deste estudo, como já explicado, são Oficiais da reserva remunerada, que prestaram um efetivo serviço à Marinha e à Nação por cerca de 26 anos, não contando o seu tempo de formação acadêmica. A média de idade gira em torno de 55 anos. A



Figura 3 - Professores-Instrutores TTC
Fonte: Revista Galera 2002.

tabela a seguir mostra a formação dos Oficiais, por sua área de atuação profissional, durante o período em que estavam na ativa.

Tabela 2 - Formação profissional dos respondentes

Formação profissional	Quant.
Corpo da Armada	15
Corpo de Fuzileiros Navais	4
Corpo de Intendentes da Marinha	4
Quadro de Engenheiros Navais	3
Total dos respondentes	26

Fonte: O autor.

Um esclarecimento faz-se necessário neste ponto. Existem Oficiais que, além da formação oriunda na própria EN, de onde saíram bacharéis em Ciências Navais, fizeram formações acadêmicas, tanto na graduação como na pós-graduação, em IES do meio civil. Assim, temos TTC que dão aula de direito ou mesmo Oficiais Intendentes que são mestres em Administração. O importante é que possuem qualificação e formação técnica profissional para exercerem a tarefa de professor em uma das disciplinas do currículo da EN.

A segunda questão procurou verificar a experiência que o docente TTC tem de sala de aula. O que foi verificado nas respostas dos docentes é transcrito na tabela 3, onde as respostas foram separadas por tempo de docência na instituição, em função dos intervalos de anos mais achados. Tal situação verificada reflete o que Inbernón (2005) assevera, que a competência profissional necessária, em todo e qualquer processo educativo, será formada na interação que é estabelecida entre os próprios docentes, relacionando-se na prática educativa, que em suma os mais experientes transmitem aos mais novos o que já construíram em sua prática e experiência.

Tabela 3 - Tempo de docência

Tempo de docência	Quant.
1 a 5 anos	17
6 a 11 anos	03
12 a 20 anos	06
Total	26

Fonte: O autor.

A questão três teve como escopo principal dar voz ao docente em relação à motivação que o levou a ser ins-

trutor. Mais da metade dos respondentes participaram que seria a possibilidade de compartilhar sua experiência profissional adquirida na vida a bordo dos navios para auxiliar na formação dos Aspirantes. O Docente7 complementa: “[...] e a esperança de poder contribuir para a formação humanística e para o aprendizado das atividades militar-navais dos futuros profissionais da guerra no mar”. Três docentes acreditam que foi a aptidão para o ensino. Interessante relato do Docente19, que afirma ser “[...] o contato com os Aspirantes que é muito salutar e rejuvenescedor”. Assim exposto, deixa clara a importância, na visão dos instrutores e Oficiais da reserva, a responsabilidade por serem também formadores dos futuros Oficiais da Marinha.

A quarta questão era direta: “Como o Sr. conceituaria ‘instrutor?’”. Essa pergunta procurou sintetizar a questão tema deste estudo, em que as relações semânticas entre instrutor e professor se mesclam e se fundem quando se conjuga o verbo ensinar. A maioria respondeu que o **instrutor é o professor com experiência prática** e que está capacitado a ministrar um assunto que seja do seu conhecimento. Ou, como conceitua o Docente18, “é o militar que reúne as qualificações e experiência de professor e de líder militar”. Em concordância com esse conceito, o Docente9 diz que o instrutor seria um “educador militar, que além de ser professor também educa nos preceitos e valores da Marinha”. Pode-se verificar que dez respondentes já associaram instrutor a professor e outros três com educador, o que denota que metade dos sujeitos desta pesquisa não se sentem diferentes da identidade e do pertencimento em serem professores do ensino superior militar.

A quinta questão tratou de verificar se os docentes TTC possuem alguma formação pedagógica para exercerem o cargo. O fato em si se coaduna com a questão levantada no corpo teórico deste estudo em que a discussão da profissionalização do professor universitário teria que ser complementada e obrigatória a sua formação didático-pedagógica. Dos 26 respondentes, seis não possuem nenhum curso de formação em didática ou técnica de ensino. Ressalta-se que os referidos docentes têm menos de cinco anos na instituição, que os cursos que são realizados na Marinha são anuais e que, com certeza, deverão participar de um dos próximos, pois é requisito obrigatório previsto na norma para a sua contratação.

A questão de número seis trata da relação de pertencimento do docente com o seu discente, visto que ambos foram e serão formados pela mesma institui-

ção. A pergunta em si discorre sobre o reconhecimento pelos discentes dos seus mestres da reserva como exemplos de militares e líderes. Todos os respondentes afirmaram que sim, sem dúvida, e o Docente17 deixa claro que “[...] não é possível exercer a docência de forma incompleta. Seja qual for a disciplina, o Mestre é um formador de pessoas (cidadãos)”. A afirmativa do Docente11 vem complementada “porque os Aspirantes nos observam como pares, ainda que mais velhos, e estão buscando um exemplo e uma motivação a mais nas nossas atitudes e opiniões”. O Docente4 lembra que o exemplo a ser deixado aos discentes pode ser tanto para o bem como para o mal, o que é correto, porque somos, antes de mais nada, formadores de futuros Oficiais da Marinha e também de cidadãos plenos dos seus direitos em uma sociedade complexa e de rápidas mudanças em diversos aspectos nas relações humanas e sociais.

A última questão deixou um espaço aberto e acadêmico para que os sujeitos desta pesquisa escrevessem o que desejassem em relação ao ensino e à aprendizagem e sobre a relação que entendem sobre o professor-aluno na instituição. As contribuições foram importantes, porém não caberia no momento

apenas uma transcrição do que cada um participou. Assim, como forma de atender a todas as vozes participantes, foi realizada uma costura textual com as contribuições principais e que vão ao encontro do objetivo deste estudo, que está exposta, como fechamento deste estudo, no capítulo a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão, ainda atual, sobre a necessidade de o professor do ensino superior, independentemente da área de sua atuação docente, ter uma formação didático-pedagógica é de real importância na construção da relação professor-aluno, e em especial no ensino superior militar, o que é ratificado por meio da norma que rege a contratação desses instrutores, uma vez que determina a sua formação em cursos expeditos, realizados dentro da própria Marinha. O docente deste estudo é aquele que ensina o conhecimento técnico e a pessoa responsável em transmitir os valores e a prática profissional aprendidos e estruturados em anos de serviço ativo.

A relação discutida, e sempre questionada, entre professor-instrutor e aluno em formação é minimizada, pois são todos militares antes de mais nada. Vi-

vemos e respiramos o mesmo ar marinho da Baía da Guanabara e a pluralidade dos saberes que compreendem a atividade profissional do marinheiro permite que diversas fontes contribuam para esta formação. Mas a referência maior, aquela que garantirá que os questionamentos da nova geração, frente a tamanha responsabilidade, encontrem a ressonância necessária, será aquela das gerações que lhe antecederam em igual valor. É uma ação reflexa, como se olhar no espelho. As gerações passadas preocupam-se com o futuro da instituição e as novas gerações veem no passado aquilo



Figura 4 - Aula prática no Planetário

Fonte: Arquivo do CF (RM1) Rocha Lima.



Figura 5 - Projeto Interdisciplinar - embarcação movida a energia solar
Foto: Arquivo do CMG (FN-RM2) Arquimedes.

que, de forma renovada, também o serão, pois ambas sabem que, na essência, representam a continuidade da própria instituição.

As respostas obtidas e analisadas dos sujeitos da pesquisa mostram que eles associam a sua experiência profissional com a prática que está sendo adquirida em sala de aula e com a experiência advinda da relação com os demais docentes, sejam estes seus pares ou professores do magistério superior, constatado pelo número maior de TTC com início da carreira docente menor que cinco anos, e desses poucos ainda não tiveram uma formação didático-pedagógica determinada ao exercício de sua profissão como instrutor.

O ser instrutor ou o ser professor, que no caso em estudo se torna apenas uma questão de semântica dos vocábulos, retrata o que realmente deve acontecer, que o ensino seja levado e apresentado como prioridade em consonância com a aprendizagem dos discentes. O docente militar da reserva adquire, durante a sua nova prática profissional, a necessária formação para o bom desenvolvimento da sua instrução em sala de aula,

construindo o aprender a aprender, sem descuidar da formação militar, tanto em valores éticos e morais quanto em aspectos práticos do dia a dia vividos nos navios e nas organizações militares, sem descuidar da construção dos cidadãos brasileiros, sujeitos de direito e militares de profissão.

“A EN não é uma Universidade exclusivamente, ou seja, não é simplesmente uma formação acadêmica, existe uma formação militar naval tão importante a ser desenvolvida com os Aspirantes. O instrutor deve buscar passar o conhecimento, de acordo com as normas e técnicas de ensino, mas também deve educar os alunos nos valores da Marinha, que atue como um ‘facilitador’ para o corpo discente, não se esquecendo de cobrar, sempre que é necessário, hierarquia e disciplina – bases do militarismo. Nas aulas aproveito para dar exemplos de fatos que ocorreram durante o período que estive na ativa, pois comandeiquei quatro vezes. A relação deve ser, ao mesmo tempo, de respeito e camaradagem, que a sinergia que deva existir entre instrutor e o aluno é de fundamental importância para que essa

empatia contribua para o aprendizado, considerando importante também um maior envolvimento, comprometimento e responsabilização do aluno no processo de ensino-aprendizagem e em relação aos estudos. Ministrar aula na Escola Naval é para mim um grande

prazer, sendo uma tarefa das mais compensadoras, pois temos o sangue renovado e o brilho nos olhos do discente recompensa todo e qualquer sacrifício. A minha função, além de liderar os Aspirantes, é motivá-los para seguirem firmes nesta brilhante carreira naval.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. I. de. *Formação do professor do Ensino Superior: desafios e políticas institucionais*. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação: Ensino Superior/ coordenação Selma Garrido Pimenta).

BRASIL. Ministério da Educação. Lei no 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, no 248, 23 dez. 1996.

_____. Marinha do Brasil. Diretoria Geral do Pessoal da Marinha. *DGPM-308 Normas para prestação do Serviço Militar pelos Militares da Reserva da Marinha*, 3. rev. MOD3, Rio de Janeiro, 2009.

_____. _____. _____. *DGPM-103 Normas para o Corpo Docente da Marinha*, 3. rev., MOD1, Rio de Janeiro, 2011.

CUNHA, M. I. Diferentes olhares sobre as práticas pedagógicas no Ensino Superior: a docência e sua formação. In: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, Educação, Porto Alegre, *Anais... ano XXVII*, n.3, v.54, p.525-536, set./dez. 2004.

_____. Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão. *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n.32, maio/ago. p.258-271, 2006.

ESCOLA NAVAL. *Ofício nº 1047*, de 30 de junho de 1993, Prestação de Tarefa por Tempo Certo por militar da Reserva Remunerada, Rio de Janeiro, 1993.

IMBERNÓN, F. *Formação docente e profissional: Formar-se para a mudança e a incerteza*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época; v.77).

ISAIA, S. M. de A.; BOLZAN, D. P. V. Formação do professor do ensino superior: um processo que se aprende. *Revista do Centro de Educação*, Santa Maria, RS, v.29, n.2, 2004.

KIRSCH, D. B.; MIZUKAMI, M. da G. N. Prática docente: os instrutores militares na Academia da Força Aérea. In: IV ENCONTRO PEDAGÓGICO DO ENSINO SUPERIOR MILITAR [EPESM]. *Anais... Suplemento da Revista de Villegagnon*, Rio de Janeiro, 2 a 6 set., 2012. p.72-76. ISSN: 1981-0342.

IVENICKI, A; CANEN, A. *Metodologia da pesquisa: rompendo fronteiras curriculares*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2016.

LELIS, I. O magistério do ensino superior: Notas sobre as condições de exercício da profissão. In: _____. NASCIMENTO, M. das G. (Org.). *O trabalho docente no século XXI: quais perspectivas*. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2009. p.153-167.

MIZUKAMI, M. da G. N. Aprendizagem da docência: algumas contribuições de L.S. Shulman. *Revista Centro de Educação*, Santa Maria, RS, v. 29, n.2, 2004.

SALOMÃO, M. A. V. Professor-instrutor: uma questão de formação ou de semântica. 2004. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba, Uberaba, MG, 2004.

SILVA, L.; CONRADO, R. M. *Ao mestre com carinho: ação pedagógico-educacional do professor com a escola, a família, os alunos e a sociedade*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

30 ANOS CONSOLIDANDO UMA HISTÓRIA DE TRIUNFO.

via

Logística

Terminal portuário com logística integrada e 50.000 m² de área alfandegada.

Óleo & Gás

Base de apoio offshore. Facilidades e infraestrutura para reparo e manutenção de embarcações, plataformas tipo *Drilling Rig* e FPSOs.

Navegação

Embarcações de grande porte para apoio marítimo e portuário com capacidade de até 14.000T.

Cargas de projeto

Movimentação de cargas especiais e de projeto para importação e exportação.

www.triunfologistica.com.br
Tel.: +55 21 2178-8800
e-mail: comercial@triunfologistica.com.br





AS DISPUTAS TERRITORIAIS NO MAR DO SUL DA CHINA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SEGURANÇA INTERNACIONAL

Aspirante Christian Toshio Ito

Com uma área aproximada de 3,5 milhões de quilômetros quadrados, reservas estimadas de 28 bilhões de barris de petróleo e de 750 trilhões de metros cúbicos de gás natural abaixo do seu leito marinho, e rota de cerca de um terço do comércio marítimo mundial, o Mar do Sul da China é uma área marítima circundada pela China e por nove Estados do Sudeste Asiático, relativamente menores e militarmente menos capazes, como Brunei, Filipinas, Malásia e Vietnã. Por cerca de três décadas, essas nações litorâneas têm se envolvido numa competição crônica, na medida em que intencionam expandir a sua soberania e seus pleitos jurisdicionais sobre mais de uma centena de pequenas ilhas, recifes, rochas e suas águas circundantes. As disputas permaneceram em estado “dormente” durante a década de 90 e o começo do século XXI, com a assinatura, em 2002, da Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China entre a Associação das Nações do Sudeste Asiático e a República Popular da China.

Contudo, as tensões ressurgiram em 2009, quando a China abandonou a sua tática de retardar a resolução das disputas e adotou uma postura assertiva para assegurar a sua soberania sobre as águas contestadas (ZHAO, 2011). Essa alteração em sua tática diplomática tinha como objetivo impedir que outros Estados requerentes, como as Filipinas e o Vietnã, conseguissem sedimentar seus pleitos e possibilitar que a China negociasse com as nações “menores” a partir de uma posição de superioridade. Com uma postura assertiva, a China consolidou seus pleitos jurisdicionais no Mar do Sul da China através da expansão do seu poder militar, perseguindo uma política externa coerciva contra outros Estados requerentes. Exemplos de medidas agressivas adotadas pela China: aumento das patrulhas navais utilizando submarinos, navios de pesquisa e navios-escolta na Zona Econômica Exclusiva e nas águas territoriais japonesas, e intimidação de empresas petrolíferas estrangeiras que tentam operar

no Mar do Sul da China. Lideranças chinesas estão confiantes que tanto sua influência política e econômica quanto o fortalecimento de suas capacidades militares podem influenciar sobremaneira o avanço dos seus interesses fundamentais no domínio marítimo (ANDREWS, 2015). Essa confiança é refletida na insistência chinesa na manutenção da Zona de Defesa Aérea e Identificação no Mar do Leste da China, na condução de exercícios de tiro real pela Marinha e pela Força Aérea do Exército de Libertação Popular na margem oeste do Oceano Pacífico, e nas duras respostas de sua Marinha e outras agências marítimas durante diversas confrontações com navios civis filipinos e vietnamitas no Mar do Sul da China.



Figura 1: A sobreposição de Zonas Econômicas Exclusivas no Mar do Sul da China
 Fonte: Reuters (2012).

AS DISPUTAS TERRITORIAIS E OS ATORES ENVOLVIDOS

Apesar do *status quo* ser aceito pelas nações do Sudeste Asiático, existem disputas específicas que se configuram como pequenas fontes de atritos e que possuem o potencial de assumir maiores dimensões se o clima de segurança regional sofrer alguma mudança sensível. Tais disputas são: entre as Filipinas e Malásia pela soberania do território de Sabah; entre China, Vietnã, Taiwan, Malásia, Brunei e as Filipinas, pelas Ilhas Spratly; pela posse da Ilha Pedra Blanca, entre Singapura e Malásia; atritos na fronteira entre Tailândia e Myanmar; e o caso das Zonas Econômicas Exclusivas sobrepostas de Taiwan, Filipinas, Malásia e Vietnã.

Entre essas disputas, as que têm como cenário o Mar do Sul da China são as mais sérias por diversas razões. Estas são as únicas que envolvem mais de duas nações do Sudeste Asiático e outras do Leste Asiático como partes conflitantes. As características singulares desta região, como a potencial presença de grandes reservas de gás natural e suas movimentadas linhas de comunicação marítimas, tornam a dinâmica de segurança notoriamente complexa. Pequenos incidentes envolvendo quaisquer atores estatais podem escalar para um conflito de grandes dimensões envolvendo potências externas, como Estados Unidos e Japão. Dentre as atuais disputas territoriais no Mar do Sul da China, podemos elencar as questões das Ilhas Spratly, das Ilhas Paracel e do Recife



Figura 2: Navios de guerra chineses em águas contestadas no Mar do Sul da China
 Fonte: Victor Robert Lee & DigitalGlobe (2015).

de Scarborough como as mais emblemáticas e sensíveis. Estas disputas envolvem a China, as Filipinas, a Malásia, o Vietnã e Brunei (KAPLAN, 2013).

As disputas territoriais marítimas no Mar do Sul da China remontam a diversos conflitos históricos entre as nações da região e à sobreposição das linhas que demarcam as suas Zonas Econômicas Exclusivas e mares territoriais, e têm levado, periodicamente, a incidentes e períodos de aumento nas tensões. As disputas voltaram a se intensificar nos últimos anos, gerando inúmeros incidentes e confrontações envolvendo navios pesqueiros, navios de exploração de petróleo e gás, navios de guardas costeiras, belonaves e aeronaves militares. Esta recente intensificação das disputas aumentou substancialmente as tensões entre a China e os outros Estados da região, particularmente as Filipinas e o Vietnã (SONAWANE, 2016).

IMPLICAÇÕES PARA A SEGURANÇA INTERNACIONAL

Com a crescente assertividade da política externa chinesa na última década aliada ao elevado fortalecimento das capacidades militares, ofensivas e defensivas, do Exército de Libertação Popular chinês, uma solução pacífica das disputas, alcançada pela via diplomática, se torna de difícil concretização. As políticas de defesa e a política externa da República Popular da China contribuem para a afirmação e a consolidação do poder hegemônico chinês no Leste e no Sudeste Asiático, afetando, assim, a balança de poder na região (ANDREWS, 2015).

O desequilíbrio na balança de poder regional, causado pela expansão naval chinesa e pelo fortalecimento da presença da Marinha dos EUA, fomentou um aumento nos orçamentos militares nos países do Sudeste Asiático, com o propósito de conter o avanço chinês



Figura 3: A construção de ilhas artificiais pela República Popular da China
Fonte: Center for Strategic and International Studies.

pelas áreas contestadas. Tais ações tomadas pelos atores envolvidos deram início a uma corrida armamentista na região, dificultando ainda mais o estabelecimento de um processo de normalização e estabilização das relações interestatais entre as nações com disputas territoriais no Mar do Sul da China.

Sendo o Mar do Sul da China uma área de grande relevância estratégica em âmbito mundial, quaisquer alterações no *status quo* despertam as atenções de nações extrarregionais que possuem interesses nesta área, como os Estados Unidos da América e o Japão. Vale ressaltar que estes dois Estados, principalmente o Japão, se apresentam como antagonistas à expansão chinesa no Oceano Pacífico, tornando a interferência externa desses dois países um fator agravante no contexto atual do Mar do Sul da China. Enquanto a República Popular da China busca ampliar a sua esfera de influência na região, os EUA e o Japão fazem o mesmo, forçando os Estados do Sudeste Asiático a escolher um dos lados para se alinhar. Tal escolha, que se assemelha, guardando as devidas proporções, ao cenário internacional bipolar da Guerra Fria, acentua as disparidades entre os atores envolvidos nas disputas territoriais no Mar do Sul da China.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As suas características geográficas distinguem o Mar do Sul da China como uma região com alto valor estratégico e geopolítico. Cenário de disputas territoriais motivadas por divergências acerca de delimitações de Zonas Econômicas Exclusivas, controle de áreas pesqueiras e pelo antagonismo entre Pequim e Washington, as águas contestadas desta porção do Oceano Pacífico se configuram como um desafio para as políticas externa e de defesa dos governos da região e de potências externas, como os EUA e Japão.

A incapacidade dos atores estatais conflitantes de resolverem, de forma pacífica, as disputas territoriais, aliada à expansão naval chinesa e ao aumento da presença das forças navais da *USNavy* nas águas contestadas, torna o Mar do Sul da China uma das regiões mais propensas a se tornarem palco de conflito internacional no século XXI. Por ser uma região de alto valor estratégico permeada de disputas territoriais interestatais, qualquer incidente envolvendo as partes conflitantes pode gerar uma crise generalizada no Mar do Sul da China, o que representaria uma grave ameaça à paz e à segurança internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, B. *China's Self-Defeating Strategy in the South China Sea*. The National Interest. 2015. Disponível em: <<http://www.national-interest.org/feature/china%E2%80%99s-self-defeating-strategy-the-south-china-sea-13991>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

KAPLAN, Robert. *A Vingança da Geografia: A Construção do Mundo Geopolítico a Partir da Perspectiva Geográfica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SONAWANE, V. *South China Sea Controversy*, International Business Time. 2016. Disponível em: <<http://www.ibtimes.com/south-china-sea-controversy-chinese-military-aircraft-likely-take-spratly-islands-2256245>>. Acesso em: 6 ago. 2016.

ZHAO, S. *China's Territorial Disputes in the South China Sea and East China Sea*. 2011. Disponível em: <<http://www.china-briefing.com/news/2011/05/31/chinas-territorial-disputes-in-the-south-china--sea-and-east-china-sea.html>>. Acesso em: 7 ago. 2016.

DIRETORIA DE OBRAS CIVIS DA MARINHA

40 anos dedicados às atividades de engenharia civil e arquitetura, desenvolvendo projetos de engenharia, fiscalização de obras, vistorias, pareceres, perícias e assessorias técnicas, avaliações imobiliárias e levantamentos topográficos, em proveito do patrimônio imobiliário da Marinha do Brasil.



40
ANOS
DE REALIZAÇÕES

Construindo hoje, em sólidos alicerces,
a Marinha do futuro

Projeto da Nova Estação Antártica Comandante Ferraz

PROSUB - ESTALEIRO E BASE NAVAL
Área Sul - Prédio Principal do Estaleiro de Construção de Submarinos

<http://s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2013/04/16/foto1.jpg>



Foto 1: Construção de submarino brasileiro - Tânia Rêgo / Agência Brasil

MOBILIZAÇÃO NACIONAL NO BRASIL

Capitão de Mar e Guerra (RM1)
Wilson Soares Ferreira Nogueira¹

INTRODUÇÃO

O recurso à guerra ainda não foi abolido nas relações entre os países. Uma vez surgido um conflito é esperado que os Estados envolvidos encontrem-se, previamente, munidos de meios materiais e humanos necessários para o combate. Citam-se os efetivos militares, o armamento militar, a tecnologia bélica, entre outros. No desenrolar do conflito, ou mesmo antes do início das hostilidades, são necessárias medidas para que esses recursos não se tornem insuficientes. Para suprir as faltas, o Estado beligerante terá que se utilizar da Mobilização Nacional.

A Mobilização é tema conhecido no Brasil há bastante tempo, mas apenas recentemente ações efetivas têm sido produzidas e, ainda assim, pouco percebidas pela sociedade. O presente trabalho pretende descre-

ver, de forma sucinta, como o tema Mobilização Nacional tem sido tratado no país. Para isso serão apreciados suas origens, sua base legal, seus propósitos e sua organização.

ORIGENS DO TERMO

Ensina a Escola Superior de Guerra (ESG) que a palavra mobilização remonta ao francês *mobilisation*, de emprego restrito ao ambiente militar, e que significava: “pôr em movimento ou passar as tropas para o pé de guerra” (BRASIL, 2014, p.111). Tal interpretação ganha nitidez, ao recordarmos que os conflitos inaugurados por Napoleão empregavam extraordinários contingentes de combatentes, e a arregimentação de tropa era um dos aspectos mais importantes da preparação para a guerra. Nesse contexto, cabem mencionar os estudos promovidos por Charles Tilly (1996), que examinaram as mudanças políticas e sociais ocorridas na

¹ Mestre em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Europa, desde a idade média até os dias atuais, e que se fundaram na organização da coerção para extração dos recursos da população e na preparação para a guerra, como fatores de desenvolvimento e seleção dos Estados nacionais naquele continente.

Ainda, segundo a ESG, o tema ganhou destaque a partir dos estudos que o General Von Scharnhorst realizou das derrotas prussianas nas campanhas napoleônicas. A Divisão de Mobilização no Estado-Maior do Exército da Prússia, por ele criada, em muito teria contribuído para o sucesso alemão na Guerra Franco-Prussiana de 1870 (BRASIL, 2014, p.111).

Com o aumento da complexidade dos conflitos armados, que se aprofundou a partir da Primeira Grande Guerra – PGM –, outras necessidades foram ganhando relevo, tornando as atividades de planejamento da mobilização mais acuradas.

O Ministério da Defesa define mobilização nacional como:

[...] instrumento legal decretado pelo Presidente da República, em caso de agressão estrangeira, para obter, reunir e distribuir os recursos e meios disponíveis no Poder e Potencial Nacionais, ou no exterior, complementando a Logística Nacional, visando a preservação ou restabelecimento da Defesa e da Segurança da Nação. (BRASIL, 2015, p.13)

A MOBILIZAÇÃO NO BRASIL

A Guerra do Paraguai (1865-1870) exigiu grande esforço bélico do Brasil, representando o primeiro momento de mobilização nacional.

Em textos constitucionais, o termo mobilização só veio aparecer na Constituição de 1891, nas competências privativas do Congresso Nacional, previstas no Art. 34 (BRASIL, 1891). Contudo, verifica-se que seu emprego era impreciso, para aquele sentido que ganhava força na Europa, vindo a deixar o texto com a redação da Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926.

Durante a PGM, em setembro de 1916, ocorreu uma iniciativa não governamental positiva para a mobilização. Foi lançada a Liga de Defesa Nacional, um movimento nacionalista liderado por intelectuais como Olavo Bilac e Miguel Calmon e presidido por Rui Barbosa, que buscava estimular o serviço obriga-

tório e assim gerar um contingente preparado para a defesa nacional. Sob o aspecto material, pelo Decreto nº 13.021, de 7 de Maio de 1918, o Ministro da Guerra, o da Marinha e o então denominado “Prefeito do Distrito Federal” eram autorizados a requisitar bens de indivíduos e de empresas para suprir o esforço de guerra (Brasil, 1918).

Passada a Grande Guerra, somente em novembro de 1927 foi criado o Conselho de Defesa Nacional, constituído para ser um conselho consultivo do Presidente da República para “o estudo e coordenação de informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da Pátria²”. Não só os Ministros militares compunham aquele órgão, mas também a esfera política, representada pelos titulares das pastas da Fazenda, Agricultura, Interior, Exterior e Viação. Além daquelas autoridades, o Presidente da República poderia convidar presidentes ou agentes executivos de sociedades, sindicatos, diretores de empresas ou firmas, alcançando, assim, a elite econômica. Todavia, apenas sete anos depois, em 1934, no Governo Vargas, houve a organização do Conselho³. Muito embora a mobilização nacional ainda não tivesse adquirido o caráter atual de atividade permanente, por fim, compreendia-se que a política de improvisar a capacidade militar, que atendeu aos conflitos vividos até o século XIX, a partir do século XX, em razão do grande desenvolvimento industrial e científico, precisava dar lugar a uma ação coordenada entre as elites política, militar e econômica. Provavelmente, o espírito revolucionário dos anos 1930 tenha contribuído para essa guinada no pensamento sobre defesa nacional.

Já em 1937, a Constituição do Estado Novo não contemplou maiores orientações a viabilizar a execução da mobilização. Contudo, foi durante sua vigência que ocorreu a segunda mobilização da história brasileira, quando do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial (SGM).

Durante aquele conflito as exigências de meios para a defesa do Brasil ampliaram-se sobremodo. Para suprir tais necessidades, foi criado o Decreto-Lei nº 4.812, de 8 de outubro de 1942, que dispunha sobre a “requisição de bens imóveis e moveis, necessários às

2 Art. 2º do Decreto Nº 17.999 – de 29 de novembro de 1927.

3 Decreto Nº 23.873 – de 15 de Fevereiro de 1934 e Art. 159 da Constituição de 16 de julho de 1934.



Foto 2: escultura de Alfredo Ceschiatti em homenagem aos pracinhas / imagem da internet.

Forças Armadas (FA) e à defesa passiva da população” pelo qual fica nítido o caráter emergencial e abrangente da mobilização decretada.

Já em 1946, em que pese a experiência da guerra, a Constituição não apresentou maiores dispositivos legais a aperfeiçoar a mobilização nacional como atividade permanente. Sua maior contribuição limitou-se ao estudo para o preparo para a mobilização, conforme seu artigo 179: “Os problemas relativos à defesa do País serão estudados pelo Conselho de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais das forças armadas, incumbidos de prepará-las para a mobilização e as operações militares.”

A Constituição de 1967, lançada pelo Regime Militar, não representou avanço à de 1946. A Emenda Constitucional nº 1, de 1969, ao contrário, pode-se entender como um retrocesso, pois, além de não trazer nenhum aperfeiçoamento, deixou de fazer constar o preparo para a mobilização.

Conforme aponta o manual da ESG, a ideia prevalente à SGM era de que as barreiras que se interpunham ao avanço militar ofereceriam tempo para que os países pudessem se organizar para a mobilização. Todavia, a prática atual demonstra que os conflitos podem surgir após curto período de crise, tornando difícil a execução da mobilização. Assim, a Mobilização Nacional ganhou um sentido de atividade permanente, metódica e progressiva, essencial à Segurança Nacional (BRASIL, 2014, p.113).

Não seria a Constituição democrática de 1988 mais generosa em relação à mobilização nacional. O texto também não determina de forma expressa a mobilização como atividade permanente, somente estabelecendo a agressão estrangeira, como a necessária circunstância para o disparo das ações. Todavia, o período atual coincide com a percepção do crescimento da importância do país na arena internacional, e é sob a égide da Carta de

1988 que a formulação da base legal da mobilização nacional tem sido mais desenvolvida, incluindo a legislação complementar, que introduz a mobilização como atividade permanente.

BASE LEGAL

a. Constituição Federal de 1988.

A mobilização nacional é matéria de legislação privativa da União (Art 22º), competindo, privativamente, ao Presidente da República, no caso de agressão estrangeira, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional (Art. 84º)

b. Política Nacional de Defesa (PND) de 2012.

O desenvolvimento da capacidade de mobilização nacional figura como um dos Objetivos Nacionais de Defesa previstos na PND.

c. Estratégia Nacional de Defesa de 2012.

A END destaca o papel da mobilização quando trata do conceito Elasticidade, capacidade de aumentar rapidamente o dimensionamento das forças militares quando as circunstâncias o exigirem. O desdobramento das atividades previstas no Sistema Nacional de Mobilização é uma das Ações Estratégicas para implementação da END. A Estratégia também vincu-



Foto 3: Indústria de defesa / Arquivo do Ministério da Defesa

la a defesa nacional com o desenvolvimento nacional, instituindo como eixo estruturante a recuperação da indústria nacional de defesa.

d. Lei Nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007.

Dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB, que tem por objetivo realizar, integrar e coordenar as ações de planejamento, preparo e execução das atividades de Mobilização Nacional e Desmobilização Nacional.

O instrumento legal também define, em seu Art. 2º, MOBILIZAÇÃO Nacional como sendo: “o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, destinadas a capacitar o País a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, diante de agressão estrangeira”; e DESMOBILIZAÇÃO Nacional “o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, com vistas no retorno gradativo do País à situação de normalidade, quando cessados ou reduzidos os motivos determinantes da execução da Mobilização Nacional.”

e. Decreto Nº 6.592, de 2 de outubro de 2008.

Regulamenta o disposto na Lei no 11.631, de 27 de dezembro de 2007.

f. Decreto Nº 7.294, de 6 de setembro de 2010.

Dispõe sobre a Política de Mobilização Nacional, contendo um conjunto de orientações do Governo Federal para o preparo e a execução da mobilização nacional e da conseqüente desmobilização nacional. Objetiva, entre outros propósitos: minimizar os transtornos para a população brasileira, quando da determinação da mobilização, e dotar o País de uma base industrial de defesa, por meio do incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento em ciência e tecnologia, particularmente voltados a produtos de Defesa, e do fomento ao mercado interno de produtos de Defesa.

Em complemento a esses dispositivos legais, existem ainda portarias normativas e manuais do Ministério da Defesa (MD41-M-02) e da Escola Superior de Guerra tratando do assunto.

ORGANIZAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

A Lei 11.631/2007 estabelece dois instantes da mobilização: a preparação e a execução. O entendimento de que as atividades preparatórias, voltadas à mobilização, devem anteceder a agressão externa busca regular uma lacuna antiga. Também define que, quando for decretada a Mobilização, o Poder Executivo especificará o espaço geográfico do território nacional em que será realizada e as medidas necessárias à sua execução.

Fase da Preparação

Funda-se na realização de ações estratégicas que viabilizem a execução da Mobilização, sendo desenvolvida desde a situação de normalidade, de modo contínuo, metódico e permanente.

As ações governamentais, durante o preparo, devem estimular o desenvolvimento da infraestrutura nacional e incentivar a pesquisa e a inovação em setores que, também, atendam aos interesses da Defesa Nacional. Também é prevista a execução de ações dirigidas à sociedade, destinadas ao esclarecimento a respeito da Mobilização Nacional e à necessidade de estabelecer cooperações e obter acordo quanto ao esforço conjunto. Nesse sentido, são realizados cursos na Escola Superior de Guerra (ESG) que tratam do assunto, particularmente o Curso de Logística e Mobilização Nacional. Antes da Lei 11.631, entre 2003 e 2007, foi promovido pelo Ministério da Defesa o Estágio Intensivo de Mobilização Nacional, com a preparação de 625 alunos, além de simpósios sobre o tema com participação de cerca de 400 pessoas. O MD também tem se valido de palestras em escolas militares e demais instituições públicas e privadas, além de contato com as federações das indústrias de vários estados.

Fase da Execução

Consiste no conjunto de atividades que, depois de decretada a mobilização, são empreendidas pelo Estado, de modo acelerado e compulsório, a fim de transferir meios existentes no Poder Nacional e promover a produção e a obtenção oportuna de meios adicionais.

A Execução terá início em ato do Presidente da República, e consiste na implementação de forma acelerada e compulsória do Plano Nacional de Mobilização, com o objetivo de empregar os recursos existentes nas estruturas pública e privada, necessários ao esforço de Defesa Nacional.

O SINAMOB constitui-se num conjunto de órgãos que atuam de modo ordenado e integrado, a fim de planejar e realizar todas as fases da Mobilização e da Desmobilização Nacionais. Quando criado, envolvia 23 Ministérios existentes, a Casa Civil da Presidência e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência. Suas atividades estão divididas em nove subsistemas⁴. Destaca-se que, na

⁴ Ou dez, considerando-se a divisão do subsistema de política em *interna* e *externa*.

pesquisa realizada, apenas o Ministério da Defesa trata do assunto em sua página na internet. As páginas dos demais Ministérios são omissas. De modo geral, a sociedade desconhece o assunto, atribuindo-o como domínio exclusivo de militares. Consulta feita ao pessoal do MD revelou que a troca constante de funcionários designados para representarem seus ministérios contribui para o menor desenvolvimento do tema. Quando um funcionário torna-se sensibilizado ao assunto, é movimentado para outro setor, retornando-se à fase inicial.

Há ainda um Comitê do SINAMOB para dispor sobre as matérias de competência do Sistema, tais como: formular a Política de Mobilização Nacional; elaborar o Plano Nacional de Mobilização; prestar assessoramento direto e imediato ao Presidente da República na definição das medidas necessárias à Mobilização Nacional e Desmobilização. O Comitê conta com uma Secretaria-executiva de responsabilidade do Órgão Central (Ministério da Defesa), para promover o funcionamento do SINAMOB, e nela haverá, no mínimo, um representante de cada Órgão de Direção Setorial que compõe o SINAMOB. Será exercida pelo Diretor do Departamento de Mobilização da Secretaria de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia do Ministério da Defesa.

De modo esquemático é assim organizado:



Os subsistemas destinam-se a coordenar as ações necessárias para a preparação dos planos, bem como a sua execução. São as seguintes as tarefas:

1- Subsistema Setorial de Mobilização Militar: assegurar o emprego contínuo, adequado e oportuno dos meios e das condições necessárias para o enfrentamento militar da agressão estrangeira;

2- Subsistema Setorial de Mobilização de Política Interna: coordenar a adaptação do ordenamento jurídico, criando instrumentos legais que garantam ao Estado o atendimento das necessidades de Mobilização Nacional;

3- Subsistema Setorial de Mobilização de Política Externa: desenvolver a cooperação internacional possibilitando obter apoio, recursos e meios fora dos limites territoriais do País;

4- Subsistema Setorial de Mobilização Social: proporcionar à população as necessidades sociais mínimas para fazer frente à situação emergencial de Mobilização Nacional;

5- Subsistema Setorial de Mobilização Científico-Tecnológico: compatibilizar o desenvolvimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica para atender às necessidades de Mobilização Nacional;

6- Subsistema Setorial de Mobilização Econômico: adequar a estrutura econômica do País às necessidades de Mobilização Nacional;

7- Subsistema Setorial de Mobilização Psicológico: motivar, informar e preparar a sociedade para o enfrentamento de agressão estrangeira, e agir para a obtenção da opinião pública, nacional e internacional, favorável aos interesses nacionais;

8- Subsistema Setorial de Mobilização de Defesa Civil: desenvolver ações para o enfrentamento de situações emergenciais identificadas pela Mobilização Nacional;

9- Subsistema Setorial de Mobilização de Segurança: coordenar as atividades de Segurança Pública voltadas para a Mobilização Nacional; e

10- Subsistema Setorial de Mobilização de Inteligência: coordenar as atividades de Inteligência voltadas para a Mobilização Nacional.

Mobilização no Ministério da Defesa

Ao Ministério da Defesa cumpre duplo papel na mobilização nacional. Como órgão central do SINAMOB deve estabelecer a articulação entre os demais Ministérios do Sistema, valendo-se da Secretaria-executiva e,

como órgão central do Subsistema Setorial de Mobilização Militar, estabelecer a coordenação entre as Forças Singulares para a Mobilização Militar, valendo-se da Subchefia de Mobilização, que integra a Chefia de Logística do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Cada Força Singular promove a Mobilização Militar⁵, cuja coordenação interna está a cargo dos Estados-Maiores de cada Força.

Recursos financeiros para o preparo da Mobilização Nacional

De acordo com o Artigo 9º da Lei nº 11.631, os recursos financeiros necessários ao preparo da Mobilização Nacional serão consignados nos orçamentos dos órgãos integrantes do SINAMOB, respeitada a característica orçamentária de cada órgão.

CONCLUSÃO

Como se tratou, o termo mobilização surgiu em decorrência da guerra. No Brasil, a despeito da experiência vivida nas guerras em que participou, a mobilização nacional é tema que só recentemente ganhou mais ênfase legislativa no país. O longo tempo de paz pelo qual temos passado é, sem dúvida, um fator importante para que esta questão tenha demorado a progredir. A legislação que dá corpo ao Sistema Nacional de Mobilização é de 2007.

Embora tenha sido criado em um contexto de maior protagonismo do governo com o tema defesa, que pouco depois lançou a Estratégia Nacional de Defesa, o SINAMOB envolve a maioria dos Ministérios, abarcando todo o espectro de atividades desenvolvidas no país, mas apenas o Ministério da Defesa desenvolve informações e atividades a respeito, o que revela uma aparente falta de aderência das demais áreas governamentais.

Na velocidade acelerada em que tudo acontece atualmente, tornaram-se muito menores os tempos de reação, além disso, os conflitos ganharam novos campos de atuação, como o cibernético, demandando uma mobilização de talentos e capacidades que vai além dos antigos exércitos de massa, algo que este artigo

5 Segundo o Glossário das Forças Armadas, Mobilização Militar é o conjunto de atividades planejadas, empreendidas e orientadas pelo Estado, desde a situação de normalidade, com o propósito de preparar a expressão militar para a passagem da estrutura de paz para a estrutura de guerra, para fazer frente a uma situação de emergência decorrente da iminência de concretização ou efetivação de uma hipótese de emprego (BRASIL, 2007).

não abarcou, mas que sem dúvida deve ser examinado nos estudos do MD e de quem se aventure nessa seara.

Um dos propósitos do SINAMOB é dotar o país de uma base industrial de defesa. Esta é uma componente da construção da capacidade militar que se desenrola em longo prazo, exigindo firme determinação do go-

verno. A tarefa é árdua, mas a consciência do crescimento da importância do papel do Brasil na arena mundial tem motivado nosso Poder Político a voltar os olhos para a Defesa e, com isso, desenvolver nosso Sistema Nacional de Mobilização e melhor preparar o país para o infortúnio da guerra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto Nº 6.592 – de 2 de outubro de 2008. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 03/10/2008, Página 1. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6592.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. Decreto Nº 7.294, de 6 de setembro de 2010. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 08/09/2008, Página 2. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7294.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. Decreto nº 13.021, de 7 de maio de 1918. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 8/5/1918, pg. 6451. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13021-7-maio-1918-517031-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. Decreto Nº 17.999 – de 29 de novembro de 1927. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 3/12/1927, Página 25512. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17999-29-novembro-1927-503528-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. Decreto Nº 23.873 – de 15 de fevereiro de 1934. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 2/3/1934, Página 4249. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23873-15-fevereiro-1934-501550-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico da Escola Superior de Guerra*. Volume II – Assuntos Específicos. Rio de Janeiro: ESG, 2014.

_____. Lei Nº 11.631 – de 27 de dezembro de 2007. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 28/12/2007, Página 1. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11631.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Disponível em: < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. _____. *Manual de Mobilização Militar*. MD41-M-02. Brasília, DF, 2015. Disponível em: < http://www.defesa.gov.br/arquivos/2015/mes02/manual_mob_mil.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2016.

_____. _____. *Glossário das Forças Armadas*. MD35-G-01. 2007. Disponível em: < http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. _____. *Mobilização*. Disponível em: < <http://www.defesa.gov.br/mobilizacao-nacional>>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. _____. *Política Nacional de Defesa*. Disponível em: < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. Presidência da República. Palácio do Planalto. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. _____. _____. *Constituição Política do Império do Brasil de 1824*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. _____. _____. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. _____. _____. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e os Estados Europeus*. São Paulo, EDUSP, 1996.



REDE
BIM

Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha
A leitura a um clique do mouse

Conteúdo Digital na REDE BIM

Acesse:

<http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/pergamum/biblioteca/index.php>



Livros Digitais



- Humanas
- Exatas
- Biociências
- Jurídica
- Ciências Sociais Aplicadas

Os estudantes terão acesso rápido e fácil a milhares de títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização, de qualquer lugar pela Internet.

atlas

grupo a



Editora Saraiva



DPHDM

Revistas Participantes do Programa de Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos - ICAP



Produções Científicas do Sistema de Ensino Naval - SEN

CIAGA | EGN



apoio:
Minha Biblioteca
SEUS LIVROS A UM CLIQUE!
www.minhabiblioteca.com.br

→ Acesse: <http://www.pergamum.pucpr.br/icap/titulo.php>



ENRIQUECENDO O APRENDIZADO, EXERCITANDO A ATENÇÃO

Aspirante Lucas Bassani da Silva

O ser humano, único animal racional no planeta Terra, é dotado de uma aptidão que o diferencia de todos os outros: o ato de *aprender*. Desde o seu nascimento, seu cérebro trabalha de modo a decifrar todas as novidades que o mundo lhe apresenta através dos seus cinco sentidos. Ganhando mais idade, passa a não somente reagir aos estímulos externos, mas também a compreender e reproduzir o que tem aprendido, quando deixa de explorar o mundo pelo tato, passa a se utilizar da fala e entra na fase de intensos questionamentos e, a partir desse ponto, seu horizonte de conhecimento deixa de ter limites e ele começa a absorver informações através de todos os canais, tais como: convívio social, livros, escola, televisão, internet, revistas, jornais, trabalho etc.

Mas será que estamos preparados para essa intensa gama de informações que o século XXI nos traz? Estamos aptos a absorver com louvor e por completo todas as ideologias, matérias, notícias, conceitos éticos

e morais que a vida nos impõe dentro das 24 horas que nosso dia tem? A resposta é simples e nada tem a ver com fugir desse tsunami de informações ou com ter mais horas ao longo do dia, *o ser humano deve reformular sua forma de aprendizado e se adaptar ao meio sabendo utilizar melhor sua atenção.*

DÉFICIT DE ATENÇÃO E TECNOLOGIA

O mundo moderno nos trouxe muitos benefícios, tais como: a conexão e a transmissão de informações via Internet; os telefones celulares se tornaram verdadeiros minicomputadores na palma da mão; muitos trocaram as carteiras da sala de aula pela comodidade de estudar em casa, em aulas online, abrangendo de cursos de Línguas até de Nível Superior. Tudo isso parece muito cômodo, na teoria observamos apenas os benefícios do avanço da tecnologia e dos meios de comunicação, contudo, o fator humano foi esquecido.



Figura 1 - Reféns da tecnologia

Fonte: Disponível em: <<http://wol.jw.org/en/wol/d/r1/lp-e/102013447>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

O Homem tem se mostrado a cada dia não mais usuário da tecnologia, mas sim refém dela, e é fácil observar essa constatação ao olhar, por exemplo, para ruas, escritórios, restaurantes e salas de aula, todos estão, em corpo, presentes nesses ambientes, mas com a mente em dois ou três lugares diferentes, o homem perdeu a capacidade de focar em uma tarefa, apesar de também não ser multitarefa.

BUSCA PELO PRAZER

Pare para pensar e lembre-se daquele trabalho acadêmico que poderia ser feito em 3 horas só que, com o toque de novas mensagens a cada 5 minutos, ou menos, você não resistiu e foi checar “rapidinho” e acabou terminando em 4 horas; e daquela vez em que você interrompeu a fala de outra pessoa somente porque seu discurso não lhe agradava; daquela nota baixa que tirou na prova por não ter resistido a uma festa nas vésperas dela. Aliás, quantas vezes você já interrompeu sua leitura agora deste artigo para fazer outra coisa mais prazerosa ou conferir algumas mensagens?

De acordo com matéria da Psicóloga Juliana Spinelli, Colaboradora do portal Brasil Escola, a mente humana tem *mecanismos de defesa seletivos* (estudados e observados por Sigmund Freud, criador da Psicanálise) que nos levam a uma busca incansável pelo prazer. Ao se deparar com uma situação desagradável e outra agradável nossa mente optará sempre pela melhor opção, contudo, involuntariamente, o homem tem se deixado levar por esse mecanismo, e é nesse



Figura 2 - Corpo na aula, mente no lazer

Fonte: Disponível em: <blogdaescutaanalitica.com.br/2014/10/desatencao-na-escola-qual-e-sua-causa.html>. Acesso em: 22 ago. 2016.

ponto que devemos tomar o controle da situação para não fugirmos das responsabilidades, sermos mais eficientes e cumprir com nossos deveres.

ATENÇÃO DIVIDIDA

Conseguimos falar, gesticular e andar ao mesmo tempo, mas você consegue dirigir e falar ao celular com a mesma destreza? A resposta é não. É simples de entender, nosso cérebro “guarda” certas capacidades no modo automático, estas não precisam da nossa atenção cognitiva ou voluntária, contudo, há outras ações que precisam desse tipo de atenção, pois, geralmente, têm conexão com o mundo exterior, relacionam percepções e reações (GOLEMAN, 2014, p.31).

Por exemplo, quando aprendemos a dirigir, inicialmente nossa atenção é voltada ao uso dos pedais, à resposta ao girar de volante, à troca de marchas etc.; dominadas essas ações, nosso cérebro as coloca no modo automático e agora podemos prestar mais atenção no trânsito e a tudo que ocorre ao redor. Neste exemplo, o ato de dirigir passa ao segundo plano quando suficientemente dominado, enquanto o trânsito se torna o primeiro plano, o foco da atenção cognitiva. E, se uma conversa importante com seu Chefe ao celular for acrescentada a essa situação, isso pode levar a lapsos de atenção que podem gerar um acidente devido ao seu

foco primário, que deixou de ser o trânsito e passou a ser a conversa ao celular, duas situações simultâneas que exigem o máximo de sua atenção cognitiva.

Em suma, a nossa atenção cada vez mais fracionada tem levado não só a acidentes de trânsito mas também a dificuldade de aprendizagem, ineficiência no trabalho, falta de memória e etc. Como o ph.D. Daniel Goleman (2014), psicólogo formado na Universidade de Harvard, declarou que quando tentamos ser pessoas multitarefa, nós não dividimos a atenção mas sim transferimos de tarefa para tarefa.

AUMENTANDO O RENDIMENTO NA APRENDIZAGEM

Não seria interessante se o ser humano, apenas sabendo da teoria de determinada tarefa, automaticamente já pudesse executá-la com êxito total, como assistir a uma aula e lembrar-se dela do início ao fim?

Sabemos que tais situações são quase impossíveis para a maioria das pessoas, afinal tudo necessita de muita prática, mesmo sabendo com perfeição a teoria. Além disso, de acordo com Goleman (2014, p.22) estamos cercados por *distrações sensoriais* e *distrações emocionais* que provocariam uma divagação da mente e afetariam seu rendimento. Dessa forma, “podemos, através da utilização adequada de nossa atenção, melhorar nossa experiência de aprendizagem”. (GOLEMAN, 2014, p.24)

Términos de relacionamento, briga com os pais, perda de um ente querido, contas a pagar ou ser maltratado por um amigo sem motivo pela manhã são exemplos de *distrações emocionais* a que todos estão sujeitos no dia a dia. Nossa mente geralmente deriva ou divaga para as nossas preocupações pessoais e questões não resolvidas, por conseguinte, devemos aumentar nosso foco interno (GOLEMAN, 2014, p.11).

A partir do momento em que começar a entender melhor suas emoções e aflições, o que lhe incomoda psicologicamente, encontrará mais rápido soluções para seus problemas particulares, e uma pessoa com a mente livre de perturbações emocionais está um passo a frente das demais. Seguindo a mesma linha de raciocínio, através dos estudos feitos por Richard Boyatzis (2014, p.164), da Universidade de Case Western Reserve, seja *positivo*, emoções positivas ampliam o raio de atenção e nos motivam, enquanto as negativas restringem nossos pensamentos a uma faixa estreita para aquilo que nos incomoda.

Como mencionado por Boyatzis, “*Precisamos do foco negativo para sobreviver, mas de um foco positivo para prosperar.*”. (GOLEMAN, 2014, p.167).

Após nos livrarmos das *distrações emocionais*, que são as mais difíceis de se controlar, de acordo com Goleman (2014, p.13), devemos voltar nossa atenção para fora, para as *distrações sensoriais*, desenvolver nosso *foco externo*. Precisamos separar aquilo que é importante do que é distração em cada ocasião. Além disso, os seres humanos são livres para fazerem o que bem entendem, mas muitas vezes se deixam levar por seus desejos e impulsos, que necessitam ser controlados.

A internet facilitou o acesso a informações, livros, vídeoaulas e cursos, contudo, também nos trouxe as redes sociais e os *sites* de entretenimento; as crianças dentro de casa têm acesso a videogames de última geração e a centenas de canais na televisão que substituíram as brincadeiras de rua; ao escrever um texto, de repente seu nome é pronunciado ao fundo e então sua linha de raciocínio é perdida e a curiosidade prevalece; muitos adolescentes colocam seu divertimento em primeiro plano, uma vida de festas e irresponsabilidade, e esquecem que um dia serão adultos e pagarão suas contas. Conforme Goleman (2012), a eficácia em vencer essa batalha desleal frente as distrações externas do mundo moderno devemos desenvolver; uma autodisciplina de modo a dividir melhor o tempo em momentos de trabalho, descanso e lazer; uma autorregulamentação para saber identificar nossos vícios e deficiências; e autocontrole para sabermos controlar nossos impulsos.

Um teste, chamado “Teste do Marshmallow”, feito pelo psicólogo Walter Mischel, da Universidade Columbia, em Nova York, revelou que o nível de autocontrole de uma criança é um indicador de seu sucesso financeiro e de saúde na idade adulta. Este resultado se deu justamente pelo fato de crianças com essa característica saberem adiar com mais facilidade as gratificações, buscando estratégias para manter sua mente focada em atingirem um ideal maior.

Desse modo, podemos observar que é possível reduzir consideravelmente os níveis de distração quando estamos comprometidos a desempenhar uma tarefa com excelência. O mercado, sabendo dessa dificuldade que o homem tem passado em se manter focado, tem oferecido soluções milagrosas como pílulas que sugerem um aumento no seu rendimento, contudo, não devemos cair nas graças do marketing, mas sim assumir que o problema está em nós e buscar soluções, com-



Figura 3 - Atividades simultâneas no passadiço

Fonte: Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=3zZSjhuYl8w>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

preendendo melhor a nós mesmos. Lembre-se de que, ao desenvolver sua atenção para melhorar sua aprendizagem, você estará investindo em algo muito valioso e que ninguém poderá roubar, que é o conhecimento.

DE ASPIRANTE A OFICIAL

Ao pensarmos nos rumos que a Marinha irá tomar nos próximos anos, logo lembramos da Escola Naval, berço dos Oficiais que um dia estarão no Comando dos mais variados navios e Organizações Militares (OMs), exercendo, dentro e fora do país, não só aquilo que lhes fora ensinado nas carteiras escolares como também pondo em prática as lições que a vida faz questão de ensinar. A Escola Naval é uma instituição que além de prezar demasiadamente pelo lado acadêmico por parte dos Aspirantes também tem como objetivo fomentar qualidades essenciais para a liderança, que estão representadas na Rosa das Virtudes, ao Oficial de Marinha.

A rotina imposta no período de formação, contendo diversas atividades, tais como aulas pela manhã, atividades extras, treinamentos físicos, encargos em Pelotões, Companhias e Batalhões, embarques etc., faz com que os níveis de atenção sejam exigidos ao máximo para que a aprendizagem, tanto das matérias quanto dos valores, seja feita com bom aproveitamento. Durante esse período, deve-se aproveitar ao máximo as oportunidades, pois é a única fase em que o foco pode estar todo em si, unicamente para seu de-

envolvimento pessoal e profissional, os erros cometidos geralmente só causarão consequências individuais, sendo mais fáceis de lidar e consertar.

Quando formado e concluída a Viagem de Instrução, o agora Segundo-Tenente passa a ser subordinado e líder ao mesmo tempo, será procurado por seus superiores para prestar contas das fainas em andamento e pelos Praças para saber qual será sua decisão e a próxima ordem. Nessa fase de sua carreira, seus

erros podem gerar consequências para todo um grupo e agora tudo que fora aprendido e testado na Escola Naval pode ter valor e ser necessário.

CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo advertir a todos os leitores que, apesar de estarmos constantemente sendo influenciados e sofrendo interferência em nossas tarefas por fatores externos, como a tecnologia, as distrações emocionais e sensoriais, o excesso de obrigações (multitarefa) etc., podemos encontrar uma forma de melhorar o nosso rendimento através de um uso mais apropriado da atenção.

Saber direcionar nossos focos interno e externo, encontrar suas limitações e deficiências e características de sua natureza, identificar aqueles estímulos externos que o fazem perder a atenção e trabalhar em cima destas observações para que seja possível aumentar a produtividade no aprendizado e na execução de suas obrigações é essencial para todo Oficial de Marinha, que desde o início da carreira já assume diversas responsabilidades que podem pôr em risco a sua vida e a de outras pessoas.

Aos Oficiais da Armada a bordo dos nossos navios, estando com olhos atentos na navegação; aos Oficiais Fuzileiros em seus Batalhões, acompanhando sempre o treinamento e o adestramento da tropa para estarem mais bem preparados para um possível conflito; e aos

Intendentes, que devem sempre zelar pela Logística, pelo conforto e pelo municiamento de qualquer OM: que todos fiquem sempre atentos e focados na sua

formação, pois de alguma forma isto tornará a vida a bordo uma experiência gratificante e mais tranquila mesmo com as adversidades da carreira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMO SABER se você é um viciado em tecnologia. BBC Brasil 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150902_tecnovicio_etc>. Acesso em: 18 ago. 2016.

FERRARI, Juliana Spinelli. Mecanismos de Defesa. *Revista Brasil Escola* 2014. Disponível em: <<http://brasilscuela.uol.com.br/psicologia/mecanismos-defesa.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

GOLEMAN, Daniel. *Foco: A atenção e seu papel fundamental para o sucesso*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

GOLEMAN, Daniel. *Inteligência Emocional: A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MISCHEL, Walter. *O Teste do Marshmallow: Por que a força de vontade é a chave para o sucesso*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.



Realização

Apoio



MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES





O USO DO *MOODLE* COMO APOIO PARA A DISCIPLINA ING-3 NA ESCOLA NAVAL

Profª. Drª. Doris de Almeida Soares¹

INTRODUÇÃO

Em 2005, como parte da celebração dos seus 25 anos de existência, o *Massachusetts Institute of Technology* (M.I.T.) publicou uma lista com as 25 inovações tecnológicas não relacionadas ao campo da medicina que, à época da publicação, estavam sendo amplamente utilizadas desde os anos 1980. O *ranking* listava inovações com impacto direto e perceptível no nosso cotidiano ou que poderiam afetar drasticamente nossas vidas no futuro. Encabeçando a lista estava a internet, seguida pelo telefone celular e pelo microcomputador (CNN, 2005).

Pouco mais de uma década se passou e, de fato, essas tecnologias causaram uma revolução tal a pon-

to de tornarem-se parte integral e indispensável da vida de muita gente. No Brasil, em termos quantitativos, Villela (2016) apresenta dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os quais indicam que, em 2014, quase 50% dos domicílios possuíam computadores, que 54,9% passaram a ter acesso à internet e que 74,3% dos estudantes brasileiros possuíam celulares.

A popularização dos computadores e celulares, em especial dos dispositivos móveis e dos *smartphones*, associada a uma maior oferta de banda larga, tem potencial para tornar a *web* “um dos principais *locus* da democratização do acesso à informação”, já que “a internet é um grande (...) democrático repositório de informações (...) sobre as principais áreas de conhecimento e um amplo espaço virtual de trocas de comunicação e cooperação” (CAMPOS *et al*, 2003, p.10). Por tudo isso, as novas tecnolo-

¹ Professora Associada de Língua inglesa da Escola Naval. Mestre em Linguística Aplicada pela UFRJ e Doutora em Letras pela PUC-Rio. Pesquisadora Externa do Projeto LingNet.

gias de informação e comunicação (NTICs) têm sido cada vez mais exploradas nos contextos pedagógicos presenciais e a distância para realizar a “mediação entre o conhecimento e o aprendente” (Belloni, 1999, p. 55). Assim, “com as tecnologias cada vez mais rápidas e integradas, o conceito de *presença e a distância* se altera profundamente e as formas de ensinar e aprender também” (MORAN, 2005, p.1).

Com o ensino de línguas não poderia ser diferente, uma vez que diversos métodos e abordagens, cada qual ao seu tempo, incluíam o uso de inovações tecnológicas “de ponta” tais como: a vitrola e o toca-fitas, para prover áudios e modelos de repetição; equipamentos de TV/vídeo para veicular cursos completos a distância ou disponibilizar conteúdos audiovisuais; e o micro-computador, que inovava ao agregar vídeo, som, imagem e texto em atividades multimídia interativas em CD-ROMs, com a possibilidade de *feedback* imediato.

Na atualidade, há uma infinidade de *sites* especializados no ensino de língua inglesa que disponibilizam de modo gratuito vídeo-aulas, *podcasts*, atividades interativas, jogos, dicionários, gramáticas, apostilas, exercícios, dicas de aprendizagem do idioma, entre outros serviços. Há, também, vários aplicativos feitos para IOS ou *Android* com a finalidade de ensinar línguas, além de cursos *on-line*. A *web* também permite o contato com materiais autênticos na língua inglesa, ou seja, não elaborados para fins pedagógicos, tais como jornais e revistas, transmissões de rádio, vídeos, filmes, livros etc., sendo possível, também, o acesso a conteúdos não hegemônicos, o que amplia consideravelmente a cultura do aprendiz ao colocá-lo em contato com outros sotaques e modos de expressar-se no idioma, basta procurar.

Para exemplificar as contribuições que a tecnologia pode trazer como apoio para o ensino presencial, este artigo descreve um projeto iniciado pela Coordenação da disciplina ING-3, em abril de 2015, para prover apoio aos Aspirantes do 3º ano da Escola Naval, nos estudos da língua inglesa, através da plataforma *Moodle*.

MOTIVAÇÃO PARA O PROJETO

Devido à grande oferta de material de qualidade sem custo na *web*, há vários benefícios em usar tecnologias *on-line* tanto como extensões valiosas do que pode ser feito em sala de aula como para melhorar a qualidade da educação a distância tradicional (FELIX, 2003, p.120).

Partindo desse pressuposto, muitos professores indicam para seus alunos conteúdos *on-line* que venham a atender as suas necessidades individuais, em vez de indicar materiais impressos ou em CDs, que podem ser caros e difíceis de encontrar. Em linha com esse pensamento, tenho por hábito fornecer aos meus alunos, no início do ano letivo, uma lista em meio impresso com sites da internet que julgo relevantes, tanto como apoio para a disciplina, como para o desenvolvimento de habilidades como a leitura e a escrita.

Em 2015, observei uma maior demanda por fontes extras para estudo dos diversos aspectos da língua inglesa tais como a conversação, o vocabulário marinho e a compreensão auditiva. Assim, para cada Aspirante que me procurava, eu selecionava conteúdos *on-line* e disponibilizava os referidos links por *WhatsApp* ou por *e-mail*. Havia, também, os Aspirantes que me procuravam para externar o desejo por atividades de apoio e consolidação ao ensino recebido em sala de aula, para os quais eu disponibilizava gramáticas em PDF.

Pensando nessa demanda e na rotina dos terceiristas, especialmente daqueles com baixo desempenho na disciplina, surgiu a ideia de catalogar, organizar e concentrar essas indicações de recursos digitais em um único espaço, o qual pudesse ser acessado pelos Aspirantes nas horas vagas, dentro ou fora da Escola Naval. Após trocar ideias com um colega do Centro de Ciências Sociais que já utilizava o *Moodle* em sua disciplina, optei por solicitar à Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM) a abertura de um “curso” para a disciplina ING-3 na referida plataforma.

EXECUÇÃO DO PROJETO

O *Moodle* é um ambiente virtual de aprendizagem maleável no qual é possível criar módulos de instrução organizados por blocos ou semanas. Neles, os conteúdos podem ser apresentados em forma de páginas simples de texto ou em HTML, com *links* para *sites* da *web* ou para arquivos de texto, áudio, vídeo, animações em *Flash*, apresentações em PPT etc. Para avaliar a aprendizagem, há ferramentas para a criação de questionários, tarefas e exercícios, bem como para a gestão do ensino e aprendizagem, uma vez que as atividades de cada usuário ficam registradas em relatórios no sistema, podendo, assim, ser monitoradas pelo tutor ou administrador. Por fim, o ambiente pode ser usado para a aprendizagem colaborativa, uma vez



Figura 1: Tela de abertura do curso ING-3

que disponibiliza ferramentas de interação entre o tutor e os participantes tais como os fóruns de discussão, *wikis*, *chat* de texto, além do correio eletrônico, facilitando, assim, a comunicação entre os membros da comunidade de aprendizagem.

Refletindo sobre o fato de que a apropriação de tecnologias para fins pedagógicos “requer um amplo conhecimento de suas especificidades tecnológicas e comunicacionais que devem ser aliadas ao conhecimento profundo das metodologias de ensino e dos processos de aprendizagem” (KENSKI, 2003, p.5) e considerando o contexto no qual a disciplina ING-3 e seus participantes se inserem, resolvi utilizar a plataforma *Moodle*, prioritariamente, como um repositório de materiais, deixando em segundo plano o seu potencial para a aprendizagem colaborativa. Essa decisão

se baseou no fato de a disciplina ser presencial e de o tempo livre dos Aspirantes ser geralmente limitado e compartilhado com as demais fainas e estudos de outras disciplinas.

Assim, desenhei o curso tendo em vista dois conjuntos de materiais: o primeiro referente ao conteúdo (gramatical e lexical), determinado pelo Sumário da disciplina, e o segundo referente ao aprimoramento das habilidades no idioma. Procurei, também, privilegiar atividades curtas e rápidas, algumas *on-line* e outras *off-line*, e com graus variados de dificuldade (do mais simples ao mais complexo).

Pensando nas necessidades dos Aspirantes com baixo rendimento, incluí no *Moodle* objetos de aprendizagem que revisassem os conceitos básicos

referentes aos conteúdos da disciplina. Escolhi, portanto, atividades de leitura, gramática, vocabulário, escrita, compreensão oral e de conversação, além de planos de estudo e revisões para as avaliações. Para aqueles que me procuravam solicitando sugestões para desenvolverem habilidades específicas (ler/escrever, falar/ouvir), incluí no curso seções diferenciadas com *links* para materiais que explorassem cada uma das quatro habilidades, que trabalhassem inglês militar e de marinharia, livros de referência, sugestões de aplicativos para celular, além de dicas para o estudo e a aprendizagem de línguas.

Para organizar as seções, usei um sistema de cores nas abas dos blocos do curso, como explicado na tela de abertura do curso (Figura 1).

O projeto foi compartilhado com os docentes de ING-3, com a Coordenação de Área e a Chefia do CCS, sendo apresentado aos Aspirantes durante as aulas, em abril de 2015, após a primeira avaliação bimestral. A inscrição foi obrigatória para todos 60 Aspirantes com nota menor que 6,0, na expectativa de que a inscrição motivasse esse grupo a buscar a sua recuperação, e facultativa para os demais Aspirantes. No total, 101 Aspirantes foram cadastrados dentre os 202 cursando o 3º ano em 2015.

Contudo, todos foram informados de que o acesso ao curso seria voluntário por se tratar de uma atividade extracurricular. A proposta era disponibilizar os materiais e deixar que cada Aspirante tivesse liberdade de gerenciar a sua aprendizagem, escolhendo quando e o que estudar. Por isso, não havia número mínimo de atividades/atividades obrigatórias e nem prazo para a conclusão das mesmas, não sendo cobrada “presença” no curso.

Para orientar a utilização do espaço, havia instruções no fórum para que cada Aspirante definisse suas necessidades, tentasse estabelecer uma rotina para o estudo e escolhesse os materiais que melhor atendessem às suas necessidades. Para aqueles com dificuldades na disciplina, havia a dica de localizar no livro didático qual assunto estava sendo trabalhando em aula, acessar os materiais correspondentes e tirar as dúvidas com o professor, com colegas, ou pelo fórum de discussão.

AVALIAÇÃO DO PROJETO

Após seis meses, realizei uma avaliação da acolhida do projeto pelos Aspirantes.

Para mapear o acesso ao curso e saber quais recursos foram mais utilizados, recorri a dois tipos de relatórios de atividades gerados pelo próprio *Moodle*. O primeiro forneceu dados sobre quantas vezes cada objeto (recursos, páginas, fóruns, tarefas etc.) foi visualizado, possibilitando saber quais deles despertaram mais interesse nos Aspirantes. O segundo forneceu informações sobre a participação de cada usuário (atividades visualizadas, data e hora dos acessos), o que me levou a dividir os usuários em quatro grupos: Grupo AO: Aspirantes com inscrição obrigatória que acessaram o curso, Grupo AV: Aspirantes com inscrição voluntária que acessaram o curso; Grupo B: Aspirantes com inscrição obrigatória que não acessaram o curso; e Grupo C: Aspirantes com inscrição voluntária que não acessaram o curso.

Para saber os objetivos dos usuários, suas preferências e suas opiniões sobre a utilidade do curso, elaborei três questionários, um para cada grupo de usuários. Os questionários tinham perguntas abertas e fechadas e também solicitavam que os usuários apontassem as dificuldades enfrentadas para aproveitarem a oportunidade de aprendizagem que estava sendo oferecida com o projeto.

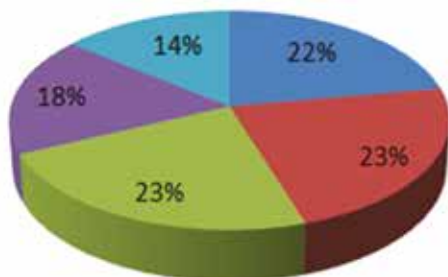
ANÁLISE DOS DADOS

Dentre os resultados, destaco que, em números totais, 55% dos Aspirantes cadastrados utilizaram o curso, sendo 24% de modo direto (com seu próprio *login*) e 31% de modo indireto (copiando os materiais de outros colegas que acessaram o curso). No grupo com inscrição obrigatória, houve a utilização dos materiais por 45% dos Aspirantes, em sua maioria por meio de acesso direto ao curso. Já no grupo com inscrição voluntária, 54% dos Aspirantes utilizaram os materiais, sendo a maioria por meio de acesso indireto aos conteúdos.

Os Aspirantes com inscrição obrigatória, em sua maioria, tiveram como motivação para acessar o curso o fato de reconhecerem que tinham uma dificuldade real com o idioma, a percepção de que precisavam de ajuda e a necessidade por mais materiais, sendo o curso, nas palavras dos respondentes, “uma ótima iniciativa” (AO6) para ajudar a aprimorar os estudos, uma vez que os conteúdos eram “de extrema qualidade” (AO3).

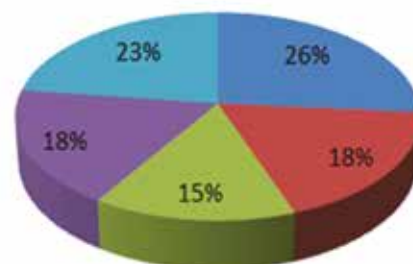
No caso dos Aspirantes que se inscreveram por livre escolha, as motivações foram variadas: desejo de

Fatores na escolha dos materiais (inscrição obrigatória)



- Cai na prova
- É sobre o que tenho dúvidas
- Precisava de reforço
- Curiosidade sobre o tema
- Melhorar a habilidade em questão

Fatores na escolha dos materiais (inscrição voluntária)



- Cai na prova
- É sobre o que tenho dúvidas
- Precisava de reforço
- Curiosidade sobre o tema
- Melhorar a habilidade em questão

Figura 2: Fatores na escolha dos materiais

melhorar/aprender mais/complementar as aulas; facilidade de encontrar materiais extras; disponibilidade de apoio/contato com os docentes; proposta interessante/com conteúdos atraentes; não obrigatoriedade de tarefas; direcionamento para prova/base para as provas.

Sobre a preferência pelos tipos de recursos disponíveis, a maioria dos Aspirantes (48%) relatou ter tido maior interesse pelos documentos de texto (Docs e PDFs), talvez porque estes exijam menos velocidade de internet para serem baixados e pelo fato de poderem ser usados *off-line*. As atividades interativas, realizadas em sites especializados em ensino de inglês para estrangeiros, ficaram em segundo lugar, com 28% de interesse, seguidas pelos conteúdos em vídeo, com 24% de interesse. Apesar de oferecerem uma experiência mais completa de aprendizagem, pois representam uma combinação de texto, imagem e áudio, as atividades interativas e em vídeo exigem que o Aspirante tenha uma melhor conexão de internet para poder aproveitá-las, o que pode ter reduzido a sua procura.

Sobre a escolha de quais conteúdos acessar (Figura 2), destaco que o grupo com inscrição voluntária teve como maior motivação o fato de que os assuntos escolhidos seriam cobrados nas avaliações, o que ilustra que a preocupação com o fator nota é predominante,

mesmo para quem tem mais facilidade com a disciplina. No caso do grupo com inscrição obrigatória, a necessidade de reforço e as dúvidas são os maiores motivadores, o que é consistente com o objetivo principal do projeto: prover apoio aos que necessitam de reforço com a aprendizagem do idioma.

Sobre a possibilidade de explorar os fóruns de discussão para enviar perguntas, compartilhar experiências ou enviar textos para a correção pelo professor, a maioria dos Aspirantes respondeu que não sentiu necessidade dessas ferramentas, pois tirou as dúvidas em sala de aula ou com colegas. Contudo, um Aspirante, de fato, postou perguntas, as quais foram esclarecidas por mim, o que significa que, para aquele usuário, o fato de o fórum estar disponível fez uma diferença. Além disso, alguns Aspirantes relataram ter vergonha de usar os fóruns ou não saberem bem como utilizá-los. Esses fatores podem afetar a participação daqueles inscritos em cursos que explorem as ferramentas colaborativas do *Moodle*. Portanto, é necessário que o tutor esteja atento às situações como essas para garantir que todos os aprendizes se sintam confortáveis com as ferramentas de interação.

Para finalizar, afirmo que todos os Aspirantes que acessaram o curso ficaram satisfeitos e avaliaram de

modo positivo a experiência, como ilustram algumas das opiniões registradas nos questionários e ora transcritas: “o curso ajuda no aprendizado” (AO1), “posso praticar outros dias da semana” (AO2), “aprendi coisas básicas” (AO10), “aprendi muito” (AO13), “pude organizar meus estudos e tive material necessário para tirar minhas dúvidas” (AO11), “o curso apresenta novos modos para entender a matéria” (AO14), “oferece uma plataforma alternativa para estudar” (AV8), “é bem dinâmico, com boas atividades” (AV7), “pude fazer mais exercícios e tirar dúvidas” (AV6).

Sobre os Aspirantes que não acessaram o curso, apenas 6% daqueles com inscrição obrigatória expressaram falta de interesse no projeto e disseram que não tinham nenhuma intenção de experimentar o curso. Os demais, tanto no grupo com inscrição obrigatória quanto no grupo com inscrição voluntária, apontaram, na grande maioria, os mesmos três fatores para não terem utilizado o curso: a falta de tempo, os problemas técnicos (acesso à internet ou computador) e, por fim, o excesso de fainas. Fatores menos frequentes foram: problemas com o computador, a perda de senha/dificuldades com o primeiro acesso ao *Moodle*, problemas de ordem pessoal e o uso de outros materiais para estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia digital tem sido utilizada nos contextos educacionais na tentativa de oferecer experiências de ensino e aprendizagem mais ricas, nas quais as barreiras geográficas e espaciais entre alunos e professores se dissolvem e o conhecimento esteja disponível 24 horas por dia, sete dias por semana. Indubitavelmente, nosso sistema educacional caminha para uma realidade na qual “a distinção ‘presencial’ e ‘à distância’ será cada

vez menos pertinente quanto mais se popularizarem as tecnologias digitais”. Como resultado, “O aluno terá a aula na escola, na universidade, e terá também o site da disciplina com exercícios e novas proposições configurando a sala de aula virtual” (SILVA, 2001, p.45).

Em linha com esse pensamento, a Coordenação de ING-3 iniciou, no ano de 2015, um projeto visando à oferta de conteúdos digitais para estudo complementar na plataforma *Moodle*, considerando as vantagens que essa oferece tais como “a riqueza de informações e recursos que podem ser encontrados em um local, incluindo *feedback* imediato, acessível do computador de casa, além de acesso em tempo real ao professor” (FELIX, 2003, p.122). No caso do ING-3, o desenho do curso privilegiou uma visão de educação na qual o aprendiz é responsável por gerenciar a sua aprendizagem, ficando livre para escolher o que e quando estudar.

Apesar de 45% dos Aspirantes inscritos não terem efetivamente se engajado no projeto, principalmente por falta de tempo, creio que, se levarmos em conta a rotina do Aspirante na Escola Naval e o fato de que a participação não valeu nota, temos um saldo positivo da experiência com o uso do *Moodle* como atividade extracurricular na disciplina ING-3. Essa asserção está embasada nas opiniões, todas positivas, daqueles que efetivamente encontraram condições para entrar no curso e explorar os recursos lá existentes. Portanto, creio que o projeto descrito neste artigo comprova que iniciativas dessa natureza, incorporadas de modo voluntário à rotina dos Aspirantes que assim desejarem, vêm ao encontro da necessidade de apoio ou de expansão de conhecimento que alguns almejam, somando, assim, ao trabalho realizado pelos docentes em sala de aula e no laboratório de línguas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLONI, M. L. *Educação a distância*. Campinas: Editora Autores Associados, 1999.

CAMPOS, F. C. A; *et al.* *Cooperação e aprendizagem on-line*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

CNN. Top 25: Innovations. The Internet, ranked No. 1, changed the world. CNN. Estados Unidos, 19 jun. 2005. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2005/TECH/01/03/cnn25.top25.innovations/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

FELIX, U. Teaching languages online: Deconstructing the myths. *Australian Journal of Educational Technology*, v.19, n.1, p.118-138, 2003.

KENSKI, V.M. Aprendizagem mediada pela tecnologia. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 4, n.10, p.47-56, set./dez, 2003.

MORAN, J.M. Tendências da educação *online* no Brasil. In: RICARDO, Eleonora Jorge (Org.). *Educação Corporativa e Educação a Distância*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/tendencias.htm>>. Acesso em: 20 set. 2016.

SILVA, M. Sala de aula interativa presencial e a distância em sintonia com a era digital e com a cidadania. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 27, n.2, p. 43-49, 2001. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/272/boltec272e.htm>>. Acesso em: 20 set. 2016.

VILLELA, F. Celular é principal meio de acesso à internet no Brasil, mostra IBGE. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 6 abr. 2016. Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-04/celular-e-principal-meio-de-acesso-internet-na-maioria-dos-lares>>. Acesso em: 20 set. 2016.



Figura 1: A captura da Gamo por Speedy. Óleo sobre tela por Charles Dixon.

Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:The_Speedy_capturing_the_Gamo_1801_-_Charles_Dixon.jpg>. Acesso em: 15 out. 2016.

ALMIRANTE LORDE COCHRANE: O HERÓI QUE SE TORNOU MERCENÁRIO

Aspirante Lucas Figueiredo Gomes

INTRODUÇÃO

Em 1822, o Brasil passava pelo processo de independência; para isso, era necessária a supremacia no mar. Carente de líderes capacitados, o Governo Imperial convidou o então herói da independência chilena, Almirante Lorde Alexander Thomas Cochrane, para

comandar a jovem Esquadra brasileira. Passando por momentos heroicos e em outros tratado como mercenário, essa figura singular na história da Marinha do Brasil (MB) merece especial atenção por suas influências e controvérsias na sua passagem pelo Brasil. Entender as polêmicas envolvendo a trajetória da carreira deste personagem histórico é importante para termos

um quadro geral das circunstâncias da época e poderemos reconhecer as influências do Almirante Lorde Cochrane nas origens da nossa Marinha.

Este trabalho tem como objetivo estudar a trajetória de vida, a carreira, a questão dos pagamentos de salários e troféus de guerra que permeiam o legado de um dos personagens mais importantes da Independência do Brasil e da formação da Marinha brasileira. Esta pesquisa é de abrangência qualitativa, com pesquisa bibliográfica abrangendo os diversos aspectos da biografia do Almirante. A relevância do estudo se mostra ao reconhecer as influências do Almirante Lorde Cochrane na Marinha do Brasil.

As seguintes questões foram respondidas: como foi a participação do Almirante nas guerras de independência do Brasil e do Chile? Como foi sua incorporação à Marinha do Brasil? De que forma ocorreu o afastamento da atuação dele no processo de independência do Brasil? Cochrane é um herói ou um mercenário? Essas questões foram respondidas através de pesquisa bibliográfica em livros como *Almirante Lorde Cochrane: uma figura polêmica* (MARTINS, 1997) e *Autobiography of a Seaman* (COCHRANE, 1980).

O estudo será dividido em duas partes principais. A primeira narra os principais momentos de sua carreira como marinheiro e outros aspectos de sua vida. Na segunda parte, são respondidas as perguntas propostas nesta introdução, e é analisada a posição de Cochrane como herói naval.

VIDA MARINHEIRA DO ALMIRANTE LORDE COCHRANE

O jovem marinheiro Cochrane demonstrou desde cedo sua aptidão para o mar, o que o transformou em um grande Oficial de Marinha e o fez protagonizar acontecimentos dignos de ficção, inspirando os grandes contadores de história do século XIX. Esses eventos, quando aliados às intrigas que ele gerou, nos mostram um quadro geral tanto do homem quanto das Marinhas da Inglaterra, do Chile, do Brasil e da Grécia na época. Todos os fatos narrados neste estudo são encontrados na autobiografia de Lorde Cochrane, através de diários e narrações do próprio almirante.

Marinha Real

Lorde Alexander Thomas Cochrane nasceu em 14 de dezembro de 1775, na Escócia. Passou algum

tempo no Exército, mas não se identificou com as atividades e, aos 18 anos, tardiamente para os padrões da época, embarcou na Fragata “Hinds”, comandada pelo seu tio Alexander Cochrane, como *Midshipman* (Aspirante). Durante esse período, conheceu a vida de bordo e aprendeu a executar as atividades marinheiras, destacando-se por suas habilidades de manobra e de convés, como registrou Martins (1997).

Em 1800, tornou-se comandante da Escuna “Speedy”. Nessa fase, iria realizar alguns de seus feitos que permeiam a ficção. A embarcação era pequena e possuía 14 canhões de pequeno calibre. Sua primeira missão foi escoltar alguns navios mercantes pequenos. Quando foi atacada por comboio francês, a “Speedy” reagiu e capturou um dos navios inimigos, o “Intrepide”. O que se seguiu foram diversas capturas que consagraram esse navio como o terror do Mediterrâneo (COCHRANE, 1980).

Quando não conseguia combater, utilizava métodos astuciosos para fugir, como conta sua autobiografia no trecho em que fala sobre o dia 5 de maio de 1801. Nesse dia, fugindo de algumas canhoneiras, acabou encontrando uma Fragata espanhola, a “Gamo”. Cochrane não viu saída a não ser atacá-la e, como estava em completa desvantagem, precisaria utilizar estratégias não convencionais. Foi então que hasteou a bandeira dos Estados Unidos e se aproximou da Fragata espanhola. Quando a farsa foi notada, a escuna já estava fora do alcance dos canhões espanhóis. Cochrane liderou a abordagem, junto com seu imediato. Subiu toda a tripulação, menos o médico do navio, que ficou de timoneiro. Por causa da reação espanhola, resolveu gritar para o médico que mandasse avançar os fuzileiros. A confusão que a ordem gerou nos espanhóis abriu espaço para que se arriasse a bandeira espanhola e que acontecesse a eventual rendição.

O ato rendeu elogios do Almirante Keith e repercutiu na opinião pública inglesa, porém o Almirantado não respondeu da mesma maneira. Cochrane, que deveria ser promovido a *Captain* e designado para comandar a fragata capturada, não recebeu essa recompensa, o que o levou a seu primeiro grande desentendimento com o Almirantado. Trocou correspondências mostrando suas indignações, e muitas vezes ofendendo, a John Jervis, Lorde St Vicent.

Apesar de ter criado inimigos no Almirantado, continuou na “Speedy”, onde, no fim de seu comando, quando foi obrigado a se render depois de longa batalha contra três naus francesas, havia capturado ou

destruído 50 navios que totalizavam 122 canhões e 534 homens. Eventualmente retornou ao Reino Unido e foi absolvido pelo Conselho de Guerra por causa da rendição, mas Lorde St Vincent não o perdoou pelas correspondências e o manteve a meio soldo e sem comando, mesmo que tenha sido finalmente promovido.

Este episódio, apesar de mostrar o lado marinheiro excepcional de Cochrane, também mostrou sua grande predisposição em fazer inimigos, como analisado por Martins (1997). Um dos biógrafos do Almirante, Warren Tate, diz que ele se encontrou com Nelson apenas uma vez, dizendo-lhe “Não se preocupe com manobras. Avance sobre o inimigo diretamente” (MARTINS, 1997, p.33). Talvez ele tenha expandido esse conselho para além dos mares, ou talvez ele realmente fosse indisciplinado. Os seus atos mostraram extrema impaciência com atos que considerava errados ou injustos, tanto consigo quanto para com seus subordinados, e isto lhe traria complicações no futuro.

Durante o período em que se encontrava sem comando, aproveitou para aperfeiçoar seus precários estudos, matriculando-se na Universidade de Edimburgo. Como suas ações como Comandante o precediam, foi lhe dado o comando do HMS “Arab”, um antigo navio de transporte de carvão que não exerceu nenhuma função de destaque. Quando Lorde St. Vincent deixou de ser o Primeiro-Lorde do Almirantado, ele pôde sair desse comando e foi para uma Fragata nova, a “Pallas”, em 1805.

Também na época do comando da nova Fragata, candidatou-se a deputado pelo Distrito de Honitron, mas perdeu as eleições. Em sua autobiografia, ele diz

que, após essas eleições, pagou aos eleitores que votaram nele, o que o encaminhou para a vitória nas eleições seguintes.

Sua missão na “Pallas” era escoltar comboios na travessia do Atlântico e, como sentia dificuldades de manter contato durante a noite, inventou um tipo de lanterna que facilitava a manutenção da formatura

durante as viagens. Em 1806, no estuário do Rio Gironda, no sudoeste da França, teve que enfrentar seis corvetas francesas, obtendo êxito com três destruídas e uma capturada; as outras fugiram. Essa batalha chegou ao conhecimento de Napoleão Bonaparte, que teria dito que Cochrane era um verdadeiro “lobo do mar” (MARTINS, 1997, p.50).

Candidatou-se novamente a um cargo público, agora sendo eleito. Como primeira providência, pediu o reconhecimento dos Oficiais da Escuna “Speedy” e da Fragata “Pallas”, os quais o Almirantado havia esquecido. Para que não pressionasse ainda mais o Almirantado, foi-lhe dado novo comando, o da Fragata “Im-

perieuse”. Neste período, participou de diversas ações que nutriram a criação de diversas ficções, inclusive a última na Marinha Real, em que foi consagrado e também condenado. Esta operação aconteceu na Baía de Aix, no oeste da França.

Uma Esquadra francesa, formada por oito naus e diversas fragatas, furou um bloqueio inglês e foi perseguida pela esquadra do Almirante inglês Lorde James Gambier, que cercou os franceses num fundeadouro dentro da Baía de Basque, chamado Baía de Aix, no oeste da França. Para realizar o ataque, eram necessários tanto a audácia quanto o conhecimento da região,



Figura 2: Retrato de Thomas Cochrane, 10º Conde de Dundonald, Almirante Britânico.

Disponível em: <<http://www.gac.culture.gov.uk/work.aspx?obj=12178>>. Acesso em: 15 out. 2016.

e Cochrane possuía os dois, pois já havia feito reconhecimento da região quando ainda era Comandante da “Pallas”. O Almirantado então o designou para esta missão junto com a “Imperieuse”.

Lorde Gambier era extremante religioso e muito hesitante ao tomar suas decisões, o que gerava descontentamento não só em Cochrane, mas também nos outros Oficiais que participavam da missão. Um deles, o Almirante Elish Harvey, veterano de Trafalgar, foi à corte marcial por externar gritando na praça d’armas a incompetência de Lorde Gambier. Não foi expulso da marinha por causa de seus feitos, mas não teria nenhuma outra comissão.

Cochrane idealizou um plano de ataque, que envolvia o uso de *brulotes*, velhos barcos em chamas que seriam levados pelo vento até o inimigo, incendiando-os. Lorde Gambier hesitou, pois sua religiosidade o fez ficar excessivamente preocupado com a tripulação que iria conduzir a operação, mas finalmente autorizou o ataque que iria comprometer a força da Esquadra francesa. Cochrane esperava autorização para realizar o ataque que finalizaria com o restante dos navios inimigos. Apesar das mensagens que o Comandante da “Imperieuse” enviava ao capitânia, a mensagem não veio. Cochrane ficou impaciente e realizou o ataque somente com seu navio, engajando uma nau francesa e atirando em outros navios que se encontravam encalhados. Após isso veio a ordem de recuo para os ingleses.

O Almirantado mostrou-se satisfeito com as ações da esquadra de Lorde Gambier, mas Cochrane ficou insatisfeito, pois vislumbrava resultados melhores do que os alcançados e não guardou essa insatisfação para si. Como deputado, liderou o grupo que votaria contra o reconhecimento e agradecimento do parlamento ao referido Lorde. Por este ato, foi levado à corte marcial e afastado do comando.

Manteve-se no parlamento, onde criticou diversos pontos com os quais não concordava na Marinha Real, criando ainda mais inimigos. O Almirantado, querendo afastá-lo da Inglaterra, ofereceu-lhe novamente o comando da “Imperieuse”, mas Cochrane recusou e preferiu continuar no Parlamento. Em 1814, seu tio, Sir Alexander Cochrane, foi nomeado para o comando de uma esquadra e ofereceu ao sobrinho o comando do navio capitânia. No entanto, antes que ele pudesse assumir o comando, estourou o escândalo da bolsa de valores, que acabaria acarretando sua expulsão da Marinha Real.

Cochrane foi acusado de ser cúmplice de um esquema que buscava aumentar o valor das ações da bolsa de valores de Londres, o que fazia com que auferisse grandes lucros. Foi julgado e condenado a dois anos de prisão e à expulsão da Ordem de Bath, do Parlamento e da Marinha Real.

Naquela época, as notícias demoravam a se disseminar, o que poderia levar a desinformações. O esquema julgado se tratava da disseminação por um falso Oficial do Exército francês da notícia da morte de Napoleão Bonaparte. Essa notícia, que significava o fim das guerras Napoleônicas, fez com que os valores das ações na bolsa de Londres disparassem, enriquecendo os investidores interessados. A participação de Cochrane se deu ao falso Oficial ser visto entrando na casa dele para trocar de roupa, o uniforme francês, e essa mesma roupa ser encontrada nas proximidades do local. As provas, aliadas aos inimigos que Cochrane nutriu, fizeram sua condenação inevitável.

Após esse processo, cumpriu prisão e iniciou um período de sua vida mais fraco, quadro que só iria mudar quando recebeu o convite chileno de comandar a Esquadra na Independência daquele país.

Marinha do Chile

Em 1818, a guerra terrestre pela independência do Chile se encontrava em estado bem avançado. Sob a liderança de O’Higgins e San Martín, o Exército dominava grande parte dos territórios chilenos. Os espanhóis, porém, dominavam o mar, com postos de abastecimento logístico, que ajudavam a levar suprimentos para os exércitos espanhóis, em Callao, no Peru que na época era colônia, e na baía formada pelo Rio Valdivia, ao sul de Santiago. A tomada desses pontos diminuiria muito o poder das tropas espanholas. Esses ataques deveriam ser feitos por uma Marinha, a qual uma região brigando por sua independência ainda não possuía.

Segundo sua autobiografia, um representante do Chile em Londres procurou Lorde Cochrane na esperança de que o então ex-Oficial da Marinha inglesa liderasse a Marinha chilena para a tomada dos pontos acima citados. As motivações de Cochrane para ter aceitado o convite podem variar dependendo da simpatia que o autor tem com o personagem histórico, fazendo com que alguns julguem apenas sua necessidade de buscar fortuna ao explorar as colônias na América e outros considerem sua afinidade com o mar e a falta

que isso fazia naquele período de sua vida (MARTINS, 1997). Apesar de não ser possível ter uma conclusão definitiva desses fatos, o mais próximo da realidade seria levar em consideração os dois fatores.

Em meados de 1818, saiu da Europa acompanhado de sua família em direção ao Chile. Cochrane tinha planos de libertar Napoleão da ilha de Santa Helena, onde então se encontrava preso; porém, devido ao constante avanço espanhol no Chile, a viagem teve que ser apressada (THOMAS, 1978).

Assumiu o comando da Esquadra chilena em dezembro de 1818, com maior posto da época, Vice-Almirante. A esquadra comandada por Cochrane contava, segundo Martins (1997), com a Nau “*San Martín*”, 56 canhões; Fragata “*O’Higgins*” (capitânia), 50 canhões; Fragata “*Lautaro*”, 48 canhões; Corveta “*Chacabuco*”, 20 canhões; os Brigues “*Araucano*” e “*Pueyrredon*”, com 16 canhões cada; e o Brigue “*Galvarino*”, com 18 canhões. Cochrane viu essa situação como precária, ao que o governo chileno respondeu mostrando a situação financeira precária do novo país, o que impediria uma expansão da Marinha e traria limitações ao pagamento dos soldados, o que, tendo em vista o histórico de intrigas de Cochrane envolvendo pagamento, geraria problemas futuramente.

A primeira missão da nova esquadra seria a tentativa de tomada de Callao, expedição que enfrentaria uma esquadra espanhola formada por 14 navios arma-

dos com 330 canhões, reforçada por 32 canhoneiras e mais 200 canhões espalhados pelos fortes que defendiam o porto. A Esquadra de Cochrane enfrentou diversos problemas antes mesmo de suspender. Um de seus navios se negava a sair sem receber os soldos devidos. Durante a viagem, as tripulações de alguns navios

se rebelaram por se negarem a lutar ao lado de estrangeiros, prendendo Oficiais.

A situação foi revertida com a prisão dos amotinados e, apesar desses tropeços, o plano de Cochrane era atacar o porto de surpresa. Para isso, escolheu uma data festiva da região, julgando que grande parte dos espanhóis estaria em terra. O ataque foi atrapalhado por um nevoeiro que durou cerca de quatro dias, mas mesmo assim a expedição ainda realizou a captura da Escuna “*Montezuma*”, além de alguns navios mercantes. Ainda tentou a mesma estratégia de utilizar *brulotes*, mas os ventos no dia não colaboraram e a operação falhou.

Depois de alguns meses de expedição, voltou para o sul para poder realizar a manutenção da Esquadra e, apesar de não ter vencido a batalha, conseguiu reunir informações sobre a Esquadra espanhola, cap-

turar alguns navios e instruir os marinheiros, que antes eram iniciantes e agora já se tornavam veteranos. Essas conquistas fizeram-no ser recebido como vitorioso.

Organizou, em setembro de 1819, uma segunda expedição, mas a primeira tentativa levou ao reforço das defesas espanholas na região. Apesar da aquisição de



Figura 3: Caricatura de Lord Cochrane feita logo após sua condenação por fraude em 1814. O lado esquerdo da imagem mostra Cochrane como um herói naval, usando seu uniforme da Royal Navy e no chão uma lista com suas batalhas mais notáveis. O lado direito mostra-o como um civil em desgraça dentro dos muros da King's Bench Prison. Sua espada, insígnias e crachá da Ordem de Bath estavam quebrados e espalhados no chão.

Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/File:Cochrane_Stock_Exchange.jpg>. Acesso em: 15 out. 2016.

novas embarcações pela Marinha chilena e das tentativas de emboscada planejadas por Cochrane, a operação fracassou. Diante de duas derrotas, Cochrane resolveu rumar ao sul para tomar as fortificações na foz do Rio Valdívía.

Cochrane não comunicou ao governo qualquer pretensão de realizar essa operação e não pediu autorização para tal. Apenas o Comandante dos Fuzileiros Navais, Miller, sabia sobre a operação (MARTINS, 1997). O Almirante, usando sua audácia característica, fundeu em janeiro de 1820 na barra de Valdívía e solicitou o auxílio de um prático do porto, no que foi atendido por “O’Higgins”, tendo sido confundido com o navio “Puebra”. O Almirante recolheu informações sobre as defesas e a navegação na região com ajuda do prático. O plano seria desembarcar os fuzileiros ao sul de Valdívía e partir para realizar o ataque por mar ao mesmo tempo.

Após diversas manobras de combate, além de ter encalhado, momento em que até o Almirante Cochrane guarneceu as bombas para retirar a água de bordo, a tomada obteve êxito. Segundo sua autobiografia, após a tomada de Valdívía, juntou os últimos navios que não haviam sido gravemente avariados e tentou a tomada da Ilha de Chiloé, último ponto de domínio espanhol no Chile. Não obteve êxito nessa tentativa, rumando para Valparaíso em seguida, onde foi recebido com uma medalha especialmente cunhada para a ocasião e com a doação de uma fazenda para o Almirante.

A euforia causada pela conquista de Valdívía logo foi substituída por críticas à decisão do Almirante, que pôs em prática planos arriscados, que poderiam acarretar em grandes perdas, sem autorização oficial. Como narra Martins:

As resistências que havia despertado com seu áspero temperamento, mesclado com inveja, intrigas e xenofobia, faziam esquecer os benefícios hauridos de sua iniciativa. [...]. Acrescentando-se a essas razões, a certeza de recursos para a manutenção e abastecimento da esquadra causou o primeiro pedido de demissão de Cochrane, em carta de 19 de abril de 1820, pedido este que, à vista do valor que se reconhecia na ação do Almirante, as autoridades navais conseguiram contornar. (MARTINS, 1997, p.72)

Os problemas financeiros continuaram, o que levou alguns comandantes a se recusarem a suspender por não possuírem o mínimo de suprimentos. Além

disso, um dos Oficiais que se opunha a Cochrane foi nomeado Comandante do capitânia, cargo que o Almirante destinava a alguém de sua confiança. Esses casos, aliados a outras discordâncias com o comando da Marinha, o levaram ao segundo pedido de demissão, o qual foi acompanhado por cerca de 30 Oficiais, que declararam que o acompanhariam caso a renúncia do Almirante fosse efetivada. Os salários foram colocados em dia e mais uma vez a demissão foi evitada.

A operação de libertação do Peru já estava sendo planejada mesmo quando Cochrane tomou Valdívía, e, apesar de algumas discordâncias com relação ao emprego das tropas do exército, a expedição suspendeu, em 20 de agosto de 1820, levando cerca de 4600 homens em 17 navios de transporte, escoltados pela esquadra de Cochrane. O comando da operação era de San Martín, e ele tinha uma visão diferente com relação à estratégia a ser adotada. Cochrane propunha uma abordagem mais agressiva: tomar Callao e, em seguida, partir para Lima, onde consolidaria a vitória rapidamente. San Martín, contudo, desejava uma estratégia mais diplomática, visando a um acordo de libertação com os espanhóis.

Após o desembarque das tropas, San Martín estacionou nas proximidades de Callao, esperando por uma oportunidade de ataque, enquanto Cochrane esperava impacientemente sem autorização de bombardear o porto. Cansou de esperar e, em 5 de novembro, vislumbrou a oportunidade de repetir o feito da tomada da Fragata “Gamo”. Partiu por conta própria com 14 escaleres transportando cerca de 260 fuzileiros e marinheiros de sua esquadra rumo à Fragata “Esmeralda”. As embarcações atracaram a contrabordo da fragata, que se encontrava fundeada, e escalaram o costado do navio com o Almirante à frente, liderando o ataque.

Cochrane logo se feriu, mas continuou lutando. A tomada da fragata se consolidou e ela foi incorporada à Marinha chilena. San Martín aos poucos conseguiu se estabelecer no Peru e se nomeou “Protetor” do Peru, o que caracterizava uma ditadura. Cochrane tinha posição política liberal e não concordou com a forma de governo. Além disso, a falta de suprimentos e a falta de pagamento dos salários geravam diversos casos de insubordinação. San Martín se recusou a pagar as despesas da Marinha chilena com dinheiro peruano, a não ser que Cochrane incorporasse sua Esquadra à nova marinha peruana, mas Cochrane recusou e se manteve fiel ao Chile.

Ao regressar para Valparaíso, afastou-se um pouco do comando da Esquadra e intervinha politicamente algumas vezes para resolver a questão de salários atrasados (COCHRANE, 1859). Com a drástica diminuição da presença marítima da Espanha na região, o governo chileno passou gradativamente a investir menos em sua Marinha. A organização política do Chile tendia a se transformar. O general Ramon Freire, líder dos exércitos do Sul, tomou o governo. Tentou levar Cochrane para o seu lado, mas ele não quis se envolver em questões internas e pediu demissão da Marinha chilena após receber o convite do Imperador do Brasil para comandar a Marinha Imperial brasileira. Atualmente é considerado um herói e um dos comandantes notáveis da Marinha chilena. Anualmente é promovida pela Armada do Chile uma cerimônia no túmulo de Cochrane na abadia de Westminster.

Marinha do Brasil

Em 1822 o Brasil lutava por sua independência e para tal necessitava de tropas, marinheiros e chefes militares. Grande parte dos militares que formavam as forças armadas da época eram portugueses. O recente império não confiaria o comando dessas forças a portugueses; por isso, foi adotada a prática de contratação de estrangeiros para lutar pelo Brasil. Entre eles, podemos citar os nomes do general francês Labatut, o comandante norte-americano David Jewett e o próprio Cochrane, além dos diversos marinheiros ingleses recrutados em Londres (GOMES, 2010).



Figura 4: Lord Cochrane, por volta de 1850

Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Foto_Lord_Cochrane.jpg>. Acesso em: 15 out. 2016.

Segundo Martins (1997), os problemas financeiros começaram já no recrutamento desses militares, pois os marinheiros desejavam receber o mesmo soldo que a Marinha inglesa lhes pagava, e o Brasil podia pagar apenas em torno de metade disso. Cochrane pediu o mesmo salário que o Chile lhe pagava, além de quantia adicional por serviços prestados. A oferta inicial brasileira era de 80 libras mensais, enquanto o soldo de um Almirante inglês era 233 libras. Segundo esse autor, Cochrane teria declarado que aceitaria trabalhar por aquele salário se o Brasil fosse realmente tão pobre que só pudesse ofertar aquela quantia. Para que tivesse precedência sobre os outros Oficiais, lhe foi criado o posto de Primeiro-Almirante.

Após acertar os termos de pagamento, Cochrane, acompanhado do Imperador, Dom Pedro I, e do Ministro da Marinha, Cunha Moreira, realizou inspeção na Força Naval brasileira. Segundo Cesar (2013), a Esquadra brasileira era formada pelo capitânia, a Nau “Pedro I” (74 canhões), pelas Fragatas “Piranga” (68), “Paraguçu” (48), “Niterói” (40), “Tetis” (40), as Corvetas “Maria da Glória” (24), “Liberal” (28) e os Brigues “Cacique” (18), “Real Pedro” (14), “Rio da Prata” (14), “Guarani” (16), “Caboclo” (18) e o “Atalante” (10).

Gomes (2010) argumenta que, no período em que Cochrane aderiu à Guerra da Independência, em março de 1823, ainda havia a forte presença portuguesa nos portos de Belém, São Luís e Salvador, onde os

lusitanos realizavam o reabastecimento das tropas e o seu apoio logístico.

A primeira missão da Esquadra comandada por Cochrane seria a tomada do porto de Salvador. No caminho, alguns problemas relacionados à instrução da tripulação foram aparecendo, com os Oficiais ingleses utilizando o trajeto para tentar corrigir esses casos. Em maio de 1823, a Esquadra portuguesa avista a brasileira e parte para ofensiva confiante de sua superioridade. O Primeiro-Almirante da Marinha Imperial recorreu a uma tática semelhante à utilizada por Nelson em Trafalgar. Entretanto, a falta de experiência da tripulação e especialmente a grande presença de portugueses nos navios, que se recusavam a atacar os compatriotas, acabou por fazer Cochrane bater em retirada para Morro de São Paulo, ao sul de Salvador.

Depois de fundeado, o Almirante demitiu os portugueses, contratou mais ingleses e brasileiros, reequipou a esquadra com os novos navios adquiridos pelo Império e realizou a qualificação dos marinheiros brasileiros embarcados para substituir os portugueses. Depois partiu para a tomada de Salvador, desta vez obtendo êxito e fazendo a esquadra inimiga bater em retirada. Após o ataque, Cochrane mandou a Fragata “Niterói”, comandada por John Taylor, perseguir os portugueses. A fragata seguiu os europeus, realizando a captura de alguns mercantes, até a foz do Rio Tejo, em Lisboa. Este episódio mostrou aos portugueses a seriedade da nova Armada brasileira, além de ter feito tremular a bandeira imperial no litoral da capital de Portugal. Vale salientar a presença na tripulação da Fragata de José Maria Lisboa, futuro Marquês de Tamandaré (CESAR, 2013).

Após esse sucesso, partiu para a tomada de São Luís. Lá disfarçou a Nau “Pedro I” de navio português, sendo logo depois abordada por um brigue português, que foi imediatamente capturado e mandado de volta com um ultimato ordenando a rendição dos maranhenses sob ameaça da invasão da Esquadra brasileira. Os portugueses daquela província se renderam, e Cochrane permitiu sua retirada, com o confisco dos seus bens.

A tomada de Belém foi delegada para John Pascoe Grenfell, com o Brigue “Maranhão”, recém-capturado. Foi utilizada a mesma tática, com Grenfell blefando sobre a presença da esquadra brasileira além do alcance visual. A capital paraense se rendeu com condições semelhantes a São Luís, com uma junta brasileira assumindo o governo. Algumas unidades da região se rebe-

laram, causando um caos na cidade. Grenfell liderou o controle das revoltas, causando o massacre de diversos rebeldes com características de crueldade. Esse Oficial foi julgado em corte marcial e absolvido, permanecendo na Marinha até o Almirantado (MARTINS, 1997).

Cochrane retornou ao Rio de Janeiro em 9 de novembro de 1823, e em apenas seis meses a presença da Marinha de Portugal tinha sido expulsa do Atlântico. O Imperador o condecorou com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, agraciou-o com o título de Marquês do Maranhão, e nomeou-o Conselheiro Privado do Império. Os outros Oficiais, a maioria estrangeiros, também receberam diversas honras.

No final de 1823, com a dissolução da Assembleia Constituinte por Pedro I, estourou um movimento separatista nas províncias do nordeste conhecido como Confederação do Equador¹. Cochrane liderou as forças navais de supressão dos movimentos rebeldes e, aliado às forças terrestres, conseguiu retomar as capitais nordestinas em pouco tempo, sendo São Luís a que se encontrava em maior estado de anarquia, para ser retomada por último (GOMES, 2010).

Quando estava no Maranhão, estabeleceu novo governo formado por leais ao Império e cobrou valores relativos à primeira intervenção naquela província, porém recebeu o dinheiro apenas ao ameaçar a população com os canhões de seus navios. O governo brasileiro não ficou satisfeito com a situação, e suas intervenções na liderança local tornaram a situação insustentável. Isso levou Cochrane a embarcar na Fragata “Piranga” e partir em fuga para a Inglaterra. Sua demissão foi formalizada em 10 de abril de 1827. Este desfecho na sua participação na Marinha do Brasil fez com que sua imagem fosse sempre relacionada à de um corsário e louco por dinheiro (GOMES, 2010).

Marinha da Grécia

Quando chegou ao Reino Unido fugindo do Brasil, Cochrane recebeu o convite para liderar a Marinha da Grécia na guerra de Independência contra a Turquia. Atendeu ao convite em 1826 e assumiu uma Marinha que, segundo Martins (1997), era formada basicamente por piratas, homens com coragem questionável e que só aceitavam realizar operações nas quais viam retorno financeiro com o mínimo de risco.

¹ Movimento liderado pela província de Pernambuco que visava à proclamação de uma república independente na região (GOMES, 2010).

Recebeu o mesmo título que no Brasil, Primeiro-Almirante. Alcançou diversas vitórias que culminaram na Independência da Grécia, mas sem tanta glória quanto foi na América do Sul. Suas tripulações eram cruéis e protagonizaram alguns massacres que chocaram a opinião pública da época. Além disso, enfrentou problemas semelhantes aos das nações anteriores, o pagamento dos soldados, mas, diferentemente de antes, os marinheiros se recusavam a trabalhar sem pagamento adiantado e exigiam renovação mensal dos contratos. Desta vez Cochrane não pôde contar com o recrutamento de ingleses por causa do *Foreign Service Act*².

Em 1828, esbarrando em diversos problemas políticos e de ordem financeira, tomou a mesma atitude que o tornou infame no Brasil, embarcou em um navio grego e fugiu para Paris, onde viveu até 1829, quando voltou para Londres.

Retorno ao Reino Unido

Quando voltou à sua terra natal, Cochrane tentou, por diversas vezes, rever os seus processos no caso da bolsa de valores, sua posição na *Royal Navy* e seu título na Ordem de Bath. Não obteve sucesso, até que em 1830 mudanças políticas favoráveis o encaminharam para sua volta à Marinha.

Em 1831, após a morte de seu pai, Cochrane se tornou o 10º Conde de Dundonald e, em 1832, foi aceito de volta à *Royal Navy* após 16 anos, sendo apresentado ao Rei Guilherme IV como Contra-Almirante. Persistiu na retomada de seus títulos anteriores, até que em 1835 permitiram-lhe usar as medalhas da Ordem de Salvador, da Grécia, e a Ordem do Cruzeiro do Sul, do Brasil. Não lhe foi permitido utilizar o título de Marquês do Maranhão, pois Oficiais da ativa não podiam ostentar títulos nobiliárquicos estrangeiros (MARTINS, 1997).

Em 1841 foi promovido a Vice-Almirante e em 1847 foi readmitido na Ordem de Bath. A Rainha Vitória tinha grande apreço pelos feitos de Cochrane e, segundo Martins (1997, p.112), o descreveu como: “[...] o herói marinheiro, o libertador das nações oprimidas, o campeão da liberdade em seu próprio país e, mais que tudo, o valente guerreiro falsamente acusado e condenado, que deveria ser, por fim, justificado.”

2 Lei que impedia que militares britânicos tomassem partido em guerras em que o Reino Unido não tinha interesse ou participação. Para contornar essa lei, o Brasil contratou marinheiros como trabalhadores rurais, o que não foi possível na Grécia (MARTINS, 1997).

Aos 71 anos, recebeu o comando de sua primeira frota, na América do Norte e em tempos de paz. Tentou se voluntariar para comandar esquadras em guerra, mas não foi aceito por causa de sua avançada idade. Morreu em 1860, aos 85 anos. Seu túmulo se encontra na Abadia de Westminster, e no seu mausoléu encontram-se as armas do Chile, do Brasil, do Peru e da Grécia.³

HERÓI OU MERCENÁRIO?

A palavra mercenário carrega um teor pejorativo muito forte e, como define o dicionário Michaelis Online⁴, mercenário é aquele que trabalha somente por interesse financeiro. No entanto, além desse significado, temos o de soldado que, por dinheiro, serve a um governo estrangeiro, e é exatamente isso que Cochrane era, um experiente marinheiro que, quando teve suas opções na *Royal Navy* esgotadas, aceitou os convites para trabalhar em marinhas estrangeiras.

Cochrane sempre demonstrou grande apreço por acumulação de bens, e isso fica evidente nas intrigas que gerou durante a vida por conta de presas efetuadas em combate, já que na época era comum que as riquezas apreendidas em navios aprisionados fossem divididas pela tripulação do navio capturador. Além de sua ganância, devemos destacar também seu senso de justiça, pois não se esquecia de seus subordinados e lutava pelas causas destes que julgava serem justas.

Quanto ao caso da bolsa de valores, no fim de sua vida foi considerado inocente das acusações. Existe a chance de ele realmente ter sido culpado, mas, como aponta Martins (1997), muitos biógrafos argumentam que o julgamento pode ter sido fortemente influenciado por suas inimizades no Almirantado e no Parlamento, onde ele discutia as causas que achava justas sem, no entanto, medir as consequências políticas de tais ‘brigas’.

No Chile, cobrou altos preços por seus serviços, roubou uma escuna carregada de ouro para si e ainda recebeu indenizações quando voltou ao Reino Unido; porém, como seu afastamento ocorreu em bons termos, é considerado até hoje herói nacional. Atualmente, levam seu nome a Fragata FF 05 “Almirante

3 Disponível em: <http://www.westminster-abbey.org/our-history/people/thomas-cochrane>. Acesso em: 24 ago. 2016.

4 Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=mercen%C3%A1rio>. Acesso em 27 ago. 2016.

Cochrane”⁵ e o batalhão de fuzileiros, “Destacamento de Infantería de Marina nº4 Cochrane”⁶.

No Brasil, sua atuação deixou feridas abertas e muito ressentimento causado pelos saques a São Luís e por ironicamente ter recebido o título de Marquês de Maranhão. Esse ressentimento pode ser expresso em um momento do Senador e ex-Presidente da República maranhense José Sarney, no qual, em visita oficial à Abadia de Westminster, teria pisado na tumba do Almirante enquanto o chamava de corsário. (MAXWELL, 2016).

Isso se deveu principalmente à forma como ele saqueou a cidade de São Luís, tratando os espólios daquela batalha como se fossem de uma vitória sobre um país inimigo e não a retomada de um território rebelde. Essa atitude levou até mesmo seus apoiadores a nutrirem um sentimento de insatisfação. Além disso, a forma como fugiu com uma fragata brasileira e como ainda requisitou, até perto de sua morte, receber valores que considerava parte da dívida brasileira para com ele fez com que seu legado fosse manchado e a memória do seu personagem não ficasse à altura de seus feitos, o que acabou relegando o Almirante a um plano secundário na história da Marinha do Brasil.

5 Disponível em: <http://www.armada.cl/armada/tradicion-e-historia/heraldica/almirante-cochrane-ff-05/2016-05-10/151210.html>. Acesso em: 25 ago. 2016.

6 Disponível em: <http://www.armada.cl/armada/unidades-navales/infanteria-de-marina/destacamentos/destacamento-de-infanteria-de-marina-nu4-cochrane/2015-06-09/095920.html>. Acesso em: 25 ago. 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os cenários abordados, pode-se notar que Cochrane é um personagem único na História Naval e deve ser visto como tal. Não é, e nunca buscou ser, o herói perfeito. Lutou por aquilo que julgava justo, defendeu aqueles que achava que precisavam de ajuda, mas também nunca deixou de lado seus interesses pessoais de forma bem agressiva.

A forma como moldou as Marinhas da América do Sul, através de instruções e organizações administrativas, deixou traços que perduram até os dias de hoje, simbolizados, por exemplo, nos uniformes, fortemente influenciados pelos da Marinha Inglesa. Essa importância histórica não deve ser menosprezada, apesar da forma como as relações de Cochrane com o Brasil terminaram.

Tendo em vista as questões abordadas no presente trabalho, pode-se concluir que o Almirante Lorde Cochrane foi um herói, mas não um herói perfeito para a memória nacional, e sim com algumas marcas que aparecem em seu legado, mas que não se sobrepõem a ele. Não é possível dizer que Cochrane era um dos extremos, bom ou ruim, e sim algo como uma mistura tanto de herói como de vilão em alguns momentos. Definitivamente, o seu lado heroico fala muito mais alto, e sua memória não deve ser esquecida, pois, apesar de não estar no mesmo patamar de Tamandaré ou Barroso, ainda sim merece seu espaço como um dos Almirantes que contribuíram para a formação da identidade da Marinha do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CESAR, W. C. *Uma História das Guerras Navais: o desenvolvimento tecnológico das belonaves e o emprego do poder naval ao longo dos tempos*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2013.

COCHRANE, A. T., *The Autobiography of a Seaman*. London: Maclaren, 1980.

_____. *Narrative of Services in The Liberation of Chili, Peru, and Brazil, from Spanish and Portuguese Domination*. London: Ridgway, 1859.

GOMES, L., 1822: *Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

MARTINS, H. L., *Almirante Lorde Cochrane: uma figura polêmica*. Rio de Janeiro: Arpepp, 1997.



A LIDERANÇA DE WINSTON CHURCHILL

*Aspirante (FN) Paulo Vitor do Amaral Gomes
Aspirante Paulo Ricardo Melo Leite
Aspirante Gustavo Pereira da Silva Andrade*

INTRODUÇÃO

“Já dizia um velho ditado asiático, que se supõe vulgarizado por Confúcio, que ‘se a palavra convence, só o exemplo arrasta’.” (PASSARINHO, 1987, p.13)

Entende-se por liderança uma técnica de persuadir pessoas visando a um objetivo comum do grupo, deixando de lado, muitas vezes, desejos pessoais. Dentre as principais habilidades de um líder, pode-se destacar, principalmente, o exemplo; a coerência nas ideias, ordens e atitudes; o otimismo e o entusiasmo para superar obstáculos, além de uma exímia capacidade de oratória e convencimento. Num âmbito geral, as ca-

racterísticas do líder resumem-se a interações pessoais e adaptação situacional.

Durante a história da humanidade, a postura dos líderes alterou significativamente o curso dos acontecimentos em vários momentos, principalmente em tempos de crise. Neste contexto, a figura de uma pessoa que transmita soluções e convicções em relação à adversidade implica uma unidade de pensamento objetivando a resolução do problema. Em uma conjuntura mais ampla, a presença de um guia, respaldado pela grande maioria da sociedade, direciona uma nação a um objetivo pré-estabelecido.

Dentro deste tema, a figura de *Sir* Winston Churchill foi primordial para a trajetória do Reino Unido desde o

momento em que foi nomeado Primeiro Lorde do Almirantado, no ano de 1911. Em sua trajetória política, assumiu diversas funções, com maior destaque para o cargo de Primeiro Ministro no ano de 1940, em plena Segunda Guerra Mundial. Com características singulares, distinguu-se dos demais políticos de sua época e participou das importantes decisões de sua nação durante um período marcado por crises e conflitos mundiais.

TRAJETÓRIA DE VIDA E CARACTERÍSTICAS

Trajetória de vida

Nascido em 30 de novembro de 1874, na cidade de Woodstock, mais precisamente no Palácio de Blenheim, descendente da nobre família do Duque Marlborough, o jovem Winston Leonard Spencer Churchill foi uma criança comum, se comparado com as outras crianças de linhagem aristocrática de sua época.

Seus pais, Lord Randolph Churchill e Jennie Jerome, foram exilados devido a problemas diplomáticos com o Príncipe de Gales. Após a mudança para a cidade de Dublin, na Irlanda, a família Churchill tornou-se bastante ausente na vida da criança e, durante esses anos, ele teve que conviver com desapegos e reprovações. Além disso, o rapaz sempre foi considerado mau aluno, conforme mostrado no trecho abaixo:

Não foi um menino que se saísse naturalmente bem na escola, e seus boletins eram medíocres. O pai logo o qualificou como fracasso acadêmico. Depois de fraco desempenho em colégio particular, Lord Randolph resolveu não mandá-lo para Eton: não era inteligente o bastante. Em vez disso, decidiu por seu ingresso em Harrow. (JOHNSON, 2009, p.7)

Em 1888, ingressou na escola de Harrow, sendo considerado novamente um dos piores alunos da turma. Tal fato fez com que ele cursasse apenas o inglês e não outras línguas, como era o costume da época. Após três tentativas, foi admitido na Escola de Cadetes de Sandhurst, onde se graduou em Cavalaria. Seu pai considerou uma desonra para a família, pois Winston não optou pela Infantaria.

Atributos de Sir Winston Churchill

Churchill apresentava inúmeras qualidades inerentes a um bom líder, em tempos de guerra, devido a sua

natureza operativa e a sua ousadia. Sem estes fatores de sua personalidade, ele não conseguiria alcançar os objetivos que lhe foram estabelecidos.

Um dos grandes atributos indispensáveis ao líder é a capacidade de decisão que requer objetividade e frieza em momentos de tensão. Winston, tendo suas virtudes forjadas no âmbito militar, possuía tais fatores como elementos fortes de sua personalidade. Este fato pode ser observado no episódio da Batalha da Grã-Bretanha, em que se manteve calmo e firme em sua decisão de que a nação resistisse ao bombardeio nazista, apesar do cenário desfavorável.

Hitler sabe que ou nos dobra nesta ilha ou perde a guerra. Se pudermos resistir, a Europa poderá ser livre e o destino do mundo voltar-se para um futuro mais promissor iluminado ao sol. Mas, se falharmos, o mundo inteiro, inclusive os Estados Unidos, inclusive tudo que conhecemos e apreciamos, mergulhará no abismo de uma nova Idade das Trevas [...]. Portanto, preparemo-nos para nosso dever e vamos nos conduzir de tal forma que, se o Império Britânico e a Commonwealth durarem mil anos, ainda dirão que esta “foi sua hora mais bela”. Winston Churchill (BALL, 2006, p. 164-165)

Outro aspecto marcante de Churchill era a preocupação com os seus subordinados, desde o início de sua carreira no Exército Britânico até os anos em que foi Primeiro Ministro. Além da preocupação com os subordinados, tinha uma compaixão pelo povo comum da Inglaterra. Em setembro de 1940, logo após o primeiro ataque aéreo alemão de grande impacto, visitou um abrigo antiaéreo junto com Lord Ismay. Nesta visita, deparou-se com uma multidão, aparentemente pobre, que o emocionou ao gritar: “Sabíamos que você viria nos ver. Nós podemos aguentar. Devolva os golpes que estamos recebendo”.

Embora fosse um líder exemplar, Winston possuía duas inaptidões notórias: o temperamento instável e o autoritarismo. Este está relacionado com o costume de interferir demais e precisar impor sua vontade, mesmo que, em alguns casos, seu autoritarismo fosse de grande valia. Tal fato pode ser exemplificado no episódio Gallipoli, onde a Marinha julgou sua interferência como desastrosa. Já aquele se refere às suas fases intermitentes de depressão, oscilando de uma situação de angústia, melancolia e incerteza para de alegria, muitas vezes, eufórica.

Churchill era um exímio defensor da teoria de que nada supera o trabalho duro. Ele trabalhava muito e a toda hora, mesmo em momentos de viagens e de comemorações, o que se constata na seguinte passagem:

Mas só na véspera de Natal é que finalmente decidiu ir, depois de passar a tarde lendo notícias cada vez mais graves nos telegramas de Atenas. Mandou que preparassem seu avião para voar naquela noite, deixou a festa de Natal da família em Chequers para começar sua viagem [...]. (MASON, 1972, p.144).

Como se vê, o Primeiro Ministro acreditava que, dando o exemplo a sua nação e demonstrando competência, todos fariam seus trabalhos motivados.

Sir Winston Churchill também fazia o que aprendera durante o período que estudou na academia militar e em suas experiências anteriores de guerra: buscava sempre estar presente à tropa, mostrando, assim, que confiava em seu pessoal, e tirava suas próprias conclusões do que via.

Ele continuou viajando incansavelmente durante toda a guerra e, assim fazendo, não só se manteve em constante contato com os assuntos que lhe cabia controlar, como também teve um efeito marcante sobre o moral dos homens que travavam a guerra. (MASON, 1972, p.39)

Carreira Militar

O fato de Churchill ser considerado, academicamente, abaixo da média fez com que seu pai fizesse a primeira escolha de carreira por ele. Como é típico da aristocracia europeia, Lord Randolph o influenciou a ingressar nas fileiras do Exército Britânico, em virtude da observação de certa aptidão para tal.

Certo dia, entrou no quarto de brinquedos de Winston, onde estava armada a coleção de soldadinhos de chumbo. Eram mais de mil, organizados em uma divisão de infantaria, com uma brigada de cavalaria. (Jack tinha um exército “inimigo”, mas seus soldados eram todos negros e não podia possuir artilharia). Lord Randolph inspecionou os soldados de Winston e lhe perguntou se queria seguir a carreira militar, pensando “ele só é talhado para isso.” Winston, supondo que a pergunta do pai significava que ele previa para o filho um futuro de glória e vitória se-

gundo a tradição Marlborough, respondeu com entusiasmo, “Sim.” E assim ficou decidido. (JOHNSON, 2009, p.7).

Em 1895, após deixar a Escola de Cadetes de Sandhurst, onde se formou em oitavo lugar, apresentou-se como Segundo Tenente no 4º Regimento de Cavalaria. No mesmo ano, trabalhou na Guerra de Independência de Cuba como correspondente do jornal *Daily Graphic*. Já no ano de 1896, participou de diversas batalhas do Exército Britânico durante a Guerra Anglo-Afegã, em que se notabilizou por várias publicações em jornais e revistas da Inglaterra. Após retornar do Egito, onde compôs o 21º Regimento de Lanceiros do Sudão, em 1898, Churchill vislumbrou um assento na Câmara dos Comuns. Entretanto, não foi eleito, alterando, assim, o seu ramo de atividade e passando a se dedicar ao jornalismo, à escrita e à política.

No ano 1899, na Guerra dos Boêres, que consistiu em um enfrentamento entre as repúblicas independentes da África do Sul e a Coroa Britânica motivado pela exploração de jazidas de ouro e ferro, Winston atuou como correspondente para o jornal *Morning Post*. Vale ressaltar que terminou sua carreira no Exército Real como Tenente Coronel, muito embora sua atuação como combatente tenha diminuído com o tempo.

Um pouco mais sobre Churchill

Após sair de Harrow, devido a sua grande carga na disciplina de inglês, Churchill aguçou sua escrita e, durante a academia, esta característica foi realçada. Posteriormente, ao sair da academia militar, passou a atuar como escritor, jornalista e político. Em suas primeiras missões depois de formado, Churchill atuou também como correspondente de alguns jornais ingleses. Seu amor pela escrita foi recompensado no ano de 1953, quando recebeu o prêmio Nobel da literatura, em virtude dos seus livros escritos que relatam suas experiências nos conflitos.

Durante a sua vida, dedicou-se muito aos ideais da coroa britânica, fato comprovado nos principais momentos da história do Reino Unido, como no caso dos conflitos mundiais. Como honraria pelo seu enorme empenho, Churchill foi condecorado com o título de “Sir”, que remete aos grandes cavaleiros comandantes do Império Britânico. Além disso, após seu falecimento, foi considerado como o maior inglês de todos os tempos devido a todas as suas realizações.

Relação com a *Royal Navy*

“Além disto, durante as duas passagens pelo Almirantado, Churchill identificou-se intimamente com a Marinha e excedeu-se nos esforços para atender os oficiais da Marinha.” (LEWIN, 1973, p.26)

Sua relação com a Marinha Real começou quando assumiu pela primeira vez o posto de Primeiro Lorde do Almirantado, em que ficou de outubro de 1911 até maio de 1915. Durante este período, dedicou-se à modernização e à estruturação da Marinha e conduziu as operações navais britânicas durante a Primeira Guerra Mundial.

No desenrolar da Campanha de Gallipoli, Churchill idealizou o plano que visava conquistar o Estreito de Dardanelos, plano este que foi desastroso, resultou na sua demissão e gerou grande rejeição pública. Tal acontecimento fez com que Churchill, futuramente, conduzisse seus homens de forma mais prudente. Consequentemente, aperfeiçoou sua capacidade de liderar, visto que uma das três características da disciplina militar que um bom líder deve ter é a Assimilação, ou seja, a habilidade de aprender com seus erros do passado.

Segundo a teoria situacional de Hersey-Blanchard¹, a presença do líder junto da tropa eleva o moral e a motivação da mesma. Durante a Segunda Guerra Mundial, após sua segunda passagem como Primeiro Lorde do Almirantado, Churchill estreitou sua relação com a Marinha, sendo um líder presente, o que pode ser observado por meio da seguinte ocorrência:

A 14 de setembro ele partiu a uma visita na *Scapa Flow*, onde a Esquadra metropolitana estava ancorada. Churchill considerava seu dever conhecer o Almirante em comando, seus oficiais e marinheiros, e não perdia a oportunidade de fugir à atmosfera confinada de Londres para ver pessoalmente o que estava acontecendo. (MASON, 1972, p.39)

¹ A Teoria (ou Modelo) Situacional de Hersey e Blanchard, desenvolvida por Paul Hersey e Kenneth Blanchard e publicada na obra de ambos “Management of Organization”, é um teoria situacional de liderança que se baseia na ideia de que o estilo de liderança mais eficaz varia consoante a maturidade dos subordinados e consoante as características da situação. Disponível em: <<http://knoow.net/ciencconempr/gestao/teoria-situacional-hersey-blanchard/>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

Churchill como Primeiro Ministro

Churchill assumiu o cargo político mais importante da Grã-Bretanha em 1940, em plena Segunda Guerra Mundial. Sua escolha foi respaldada por sua experiência tanto em guerras anteriores quanto na sua extensa carreira política. Dentre as principais funções políticas que assumiu, destacam-se: Ministro do Interior (1910), Primeiro Lorde do Almirantado (1911), Ministro da Guerra e Aviação (1919), Ministro da Fazenda (1924), Primeiro Lorde do Almirantado (1939).

Em 1938, o então Primeiro Ministro Britânico Neville Chamberlain selou a paz na Europa em uma conferência com Hitler. Após a invasão nazista na Polônia, em 1939, o prestígio de Chamberlain caiu abruptamente devido à negociação frustrada. A partir desse momento, a figura de Churchill ganhava força dentro do Reino Unido. Em 10 de maio de 1940, horas antes da invasão alemã a França, Winston Churchill assumia a função política mais importante de sua carreira, Primeiro Ministro.

No período em que foi Primeiro Ministro, Churchill exerceu de forma brilhante o papel de líder, reerguendo o moral do povo inglês e motivando-o para o conflito. Através de seus discursos inflamados, ganhou muita popularidade e, com isso, a população passou a ter mais esperança e confiança na vitória. Como Churchill disse, em 13 de maio de 1940, na Câmara dos Comuns do Parlamento Britânico:

Perguntam-me qual é o nosso objetivo? Posso responder com uma só palavra: Vitória – vitória a todo o custo, vitória a despeito de todo o terror, vitória por mais longo e difícil que possa ser o caminho que a ela nos conduz; porque sem a vitória não sobreviveremos. (CHURCHILL, 1940a, não paginado)

POLÍTICA EXTERNA

Negociações e Alianças

As principais alianças construídas por Winston Churchill foram observadas durante o período da Segunda Guerra Mundial. Como Primeiro Ministro, buscou estreitar as relações políticas com os principais aliados, França e Estados Unidos, com o objetivo de defender os interesses do Reino Unido.

Vale lembrar que, nos anos de 1939 a 1942, já haviam sucumbido à “Blitzkrieg” (guerra-relâmpago)

aplicada pelas tropas nazistas nações como Polônia, Tchecoslováquia, Áustria, Iugoslávia, Noruega e seu principal aliado até então, a França.

Nos seus primeiros dias como Primeiro Ministro, uma das prioridades de Churchill era manter a França na guerra, tendo em vista que, além de ser um aliado, o Exército francês poderia proporcionar a massa de bloqueio contra o golpe alemão. Como medida para apoiar esta nação amiga, enviou a Força Expedicionária Britânica (FEB), sob o comando do Lord Gort. A superioridade de técnicas de combate alemã, aliada ao despreparo francês para um futuro confronto com o seu vizinho nazista, fez com que a FEB e as tropas francesas recuassem até o litoral, culminando com o que ficou conhecido na história como “Retirada de Dunquerque”.

Outro fato interessante que pode ser observado quanto ao grande senso de liderança de Churchill ocorreu após o episódio de Dunquerque, quando alertou todos os membros do Parlamento sobre a onda de notícias desagradáveis. Posteriormente, contando o que tinha ocorrido, Churchill, com o intuito de motivar e manter toda sua equipe firme diante de uma série de confrontos que ainda iriam vir pela frente, disse: “Está claro que independente do que aconteça em Dunquerque, continuaremos lutando.”. Este discurso fez com que todos reagissem com aplausos, deixando evidente que estavam dispostos a lutar ao lado do Primeiro Ministro até as últimas consequências.

Devemos ir até o fim, lutaremos na França, lutaremos nos mares e oceanos, lutaremos com crescente confiança e crescente força no ar. Defenderemos a nossa ilha, custe o que custar! Lutaremos nas praias, lutaremos nos campos de pouso, lutaremos nos campos e nas ruas, lutaremos nas colinas. Nunca nos renderemos! (CHURCHILL, 1940b, não paginado)

Quando assumiu o posto de Primeiro Ministro, outra prioridade de Winston era atrair os Estados Unidos para um engajamento mais profundo no conflito. Em um primeiro momento, a participação dos americanos resumia-se apenas em um apoio logístico à Ilha da Grã-Bretanha, uma vez que, após a queda da França em 1940, a Inglaterra viu-se sozinha na guerra.

O relacionamento entre o Reino Unido e os Estados Unidos sempre foi delicado devido a alguns resquícios coloniais. Entretanto, Churchill contribuiu de maneira imprescindível na condução das negociações diplomá-

ticas com Franklin Delano Roosevelt, obtendo, desta maneira, a sobrevivência da Inglaterra na guerra. A partir da entrada dos Estados Unidos na guerra e logo após o ataque japonês à Base Naval de Pearl Harbor, no Havaí, em 1941, Churchill buscou demonstrar o esforço e o comprometimento de sua nação com o conflito que agora passava a ser realmente mundial. A importância dada a esta aliança pode ser observada na viagem feita pelo Primeiro Ministro para encontrar-se com Roosevelt, quando levou consigo seus principais líderes políticos e militares, com destaque para o Chefe de Estado-Maior Imperial, *Sir John Dill*, o Ministro das Relações Exteriores, *Sir Alexander Cadogan* e o Primeiro Lorde do Mar, *Sir Dudley Pound*.

O local de seu encontro era um ancoradouro na tranquila e isolada Baía de Placentia, na costa da Terra Nova. Quando o *Price of Wales* ali chegou, na manhã de 9 de agosto, o navio do Presidente, o cruzador *Augusta*, já estava ancorado no meio de uma pequena frota de outras belonaves norte-americanas. Quando o navio do Primeiro Ministro passou pelas linhas norte-americanas, uma banda em cada belonave tocou os hinos nacionais dos respectivos países; os dois chefes estavam na ponte de seus navios. Pouco depois, Winston Churchill subia a bordo do *Augusta* para entregar ao Presidente Roosevelt uma carta do Rei Jorge VI. A seguir, passaram imediatamente às tarefas igualmente importantes de consolidar sua amizade pessoal, que se desenvolvera em sua correspondência e discutir as questões que seriam o ponto principal da reunião. (MASON, 1972, p.39)

Preâmbulo da União Europeia

Um atributo que está ligado diretamente com a maneira correta de liderar é a preocupação do líder com os interesses e anseios de seu país, tropa ou subordinados. Desta forma, pode-se perceber que Churchill buscou, de diversas formas, negociar acordos em Encontros ou Conferências buscando o favorecimento do Reino Unido e da Europa. Este fato ficou evidenciado na ação de Churchill em integrar os países europeus e nas divergências entre ele e Josef Stalin.

Na Conferência de Teerã, em 1943, as discordâncias entre Churchill e Stalin começaram a se revelar,

quando o Primeiro Ministro chegou a chamar o líder russo de “Conquistador da Europa do Leste”. Já na Conferência de Ialta, em 1945, onde os três principais representantes das nações vencedoras se reuniram para discutir a reestruturação e repartição dos países invadidos por Hitler, a divergência entre os dois tornou-se crítica devido ao fato de Stalin não querer abrir mão dos territórios conquistados pelo Exército Vermelho.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, Winston, preocupado com o futuro da Inglaterra, e conseqüentemente, da Europa, buscou uma integração entre os países europeus tendo como objetivo selar de vez a paz no continente europeu. O Primeiro Ministro, com a sua forma de pensar vislumbrando as conseqüências futuras, lutou para que os efeitos trazidos pela guerra nunca mais voltassem a atormentar a Inglaterra. No Congresso Europeu de 1948, cerca de 800 chefes de Estado se reuniram em Haia, sob a liderança de Churchill, para realçar a necessidade de uma Europa unida. Por isso, o *Sir* teve um papel fundamental no conceito de integração europeia, já que era a figura forte na luta contra o fascismo e o nazismo e, além disso, foi considerado o seu idealizador.

O contraste do líder

Apesar de Churchill ter sido um líder implacável durante o período de conflitos e tensões, ele não conseguiu se manter como Primeiro Ministro por muito mais tempo. Churchill nunca abandonou a ideia de que a União Soviética era uma ameaça para toda a Europa e, na Conferência de Ialta, esperava o apoio americano para resolver o problema da divisão territorial e a crise na Polônia e na Grécia, locais onde estavam ocorrendo princípios de guerras civis devido à influência de duas ideologias diferentes. Todavia, os Estados Unidos estavam querendo o apoio dos soviéticos para o combate no Pacífico contra as tropas japonesas e, por este motivo, deixaram de ajudar.

Churchill sabia que o Reino Unido tinha esgotado suas reservas de divisas, pois estava há mais tempo na guerra; portanto, não fez nada que pudesse implicar alguma crise na aliança anglo-americana. O inglês chegou a encomendar uma estratégia para combater os soviéticos, mas teve total desaprovação pelos seus líderes militares.

Churchill sofreu inúmeros ataques da imprensa quanto à crise na Grécia. Muitos veículos de notícias o acusavam de ingerência em um país estrangeiro e desleixado

com a administração do próprio Reino Unido. Após a vitória na guerra europeia e Londres não ser mais alvo das investidas da Wehrmacht, Churchill queria continuar com o combate ao comunismo e o combate ao Japão, fato que era de total desgosto do povo inglês.

A população já estava saturada de guerras, queria seus conterrâneos que ainda estavam em campanha de volta ao país e exigia a reestruturação do país no que tange a reconstrução das cidades, retomada da economia, investimentos em outras áreas que não a indústria bélica e medidas de caráter social.

Os dois lados se dedicaram a uma campanha de difamação e ofensas pessoais, e, nessa campanha, Churchill permitiu-se empreendê-la da maneira mais indecorosa. A despeito de toda a experiência política e do prazer pela competição político-partidária, ele lutou naquelas eleições com espantosa inépcia. (MASON, 1952, p.153).

Em junho de 1945, com as novas eleições para o cargo de Primeiro Ministro, Winston Churchill, que era do partido conservador, desejava continuar nessa posição, pois achava que tinha o conhecimento e a experiência necessários para a resolução dos problemas que enfrentariam. O partido de oposição, o trabalhista, destacava a necessidade de reformas sociais no Reino Unido, enquanto o partido conservador focava numa forma de evitar uma terceira guerra mundial, que, na previsão de Churchill, seria contra os soviéticos.

Em 25 de julho, foi divulgado o resultado da apuração dos votos, e o partido trabalhista saiu vencedor. De acordo com a forma de eleições da época, Churchill entregou sua carta de renúncia do cargo ao Rei e indicou ao cargo o Sr. Attlee.

Winnie, como Churchill era conhecido pelos mais próximos, voltaria a ser Primeiro Ministro em 1951. No segundo mandato, reforçou seu modelo de administração focada nas relações exteriores e na defesa sobre questões internas do país. Logo após a assunção do cargo, anunciou que a Grã-Bretanha estava nas fases finais de desenvolvimento de sua bomba atômica. Acabou sofrendo um derrame que o afastou definitivamente do cargo em 1953.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvidas, *Sir* Winston Churchill foi fundamental para a vitória aliada na Segunda Guerra Mundial e, mais que isso, foi fundamental para o modelo de so-

cidade existente nos dias atuais. Churchill, através da sua incrível capacidade de convencimento e de invocar sentimentos patrióticos e otimistas dentro de cada um, geriu uma nação que tinha menos recursos e, em alguns aspectos militares, era mais fraca em relação à Alemanha nazista de Adolf Hitler, resistindo sozinha durante dois anos na frente de batalha europeia.

Churchill conseguiu formar alianças importantes para o resultado final da campanha na Europa, administrou de forma exemplar as finanças, os investimentos e a captação de recursos durante o período caótico e, principalmente, manteve seus subordinados lutando bravamente por um ideal e um objetivo com destinação única e possível: derrotar os estados totalitários e implementar a democracia.

Sir Winston Churchill demonstrou fibra para trabalhar diariamente muitas horas por dia; resiliência, para suportar críticas advindas tanto dos veículos midiáticos locais quanto de supostos líderes de outras nações, para suportar reveses em algumas batalhas, para suportar doenças; e pensamento visionário, que proporcionou aos aliados uma perspectiva melhor sobre a dimensão do conflito.

Winston Churchill foi reconhecido, em premiação em seu país, como “o maior inglês vivo”; foi e sem-

pre será um exemplo de liderança, que soube gerenciar seus homens através de sua experiência nas Forças Armadas e na carreira política no período de guerras. Um bravo defensor da democracia. Um líder que sabia fazer seus subordinados o seguirem.

Não obstante, Winnie não era um bom líder no que tange a períodos de paz, uma vez que estava sempre obcecado pelas suas visões de possíveis conflitos no futuro e por reforçar cada vez mais as defesas de seu país contra ameaças. Assim, não deu atenção para o que a população realmente necessitava naquele momento, isto é, a completa reorganização da sociedade londrina e do próprio Reino Unido.

Churchill era conservador e um bom representante para questões militares e de relações exteriores, mas era débil e ineficaz para questões sociais e assuntos internos que não são diretamente relacionados à defesa nacional.

É inquestionável a liderança desenvolvida por Churchill, e, por isso, será sempre lembrado como exemplo; todavia, a sua liderança não era situacional, e esta depende da ambientação que se passa no momento e da maturidade dos envolvidos. Em suma, cabe ao líder saber se adequar a cada circunstância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, Stuart. *Winston Churchill: Vidas históricas*. Tradução Gleuber Vieira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

CHURCHILL, Winston. *Memórias da II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

_____. *Primeiro discurso após assunção do cargo de Primeiro Ministro do Reino Unido*. Conferência proferida na Câmara dos Comuns, 13 mai. 1940a.

_____. Conferência proferida na Câmara dos Comuns, 04 jun. 1940b.

JOHNSON, Paul. *Churchill*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2009.

KELLETT, Anthony. *Motivação para o combate*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.

LEWIN, Ronald. *Churchill: O Lorde da Guerra*. Tradução Coronel Álvaro Galvão. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

MASON, David. *História Ilustrada da II Guerra Mundial - Líderes: Churchill*. Tradução Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1972.

PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. *Liderança Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.

_____. *Winston Churchill: o apelo à criação dos Estados Unidos da Europa*. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/winston_churchill_pt.pdf>. Acesso em: 04 set. 2016.



OS PLANOS DE GUERRA ALEMÃES NA PRIMEIRA GUERRA TOTAL

“Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece, mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas.” (Sun Tzu)

Aspirante João Gabriel Christofoli Coelho Tone

INTRODUÇÃO

Em 1914, o mundo encontrava-se dividido por três potências hegemônicas: Alemanha, França e Inglaterra. Juntas controlavam 7/10 da capacidade produtiva e da força de trabalho qualificado, além de 62% das exportações mundiais e 80% dos investimentos de capitais no mundo exterior.

A corrida imperialista, os limites da divisão econômica do mundo e o fato de a Alemanha ter se industrializado mais tardiamente que as outras potências, segundo Soundhaus (2013) fizeram com que esses países en-

trassem em guerra. Inglaterra, França e Rússia (URSS) de um lado, e Alemanha e Áustria-Hungria de outro.

Segundo Hart (2005, p.205), Alfred Von Schlieffen, Chefe do Estado-Maior alemão no período de 1892 a 1906, elaborou um plano que ficou conhecido como “Plano Schlieffen”, que foi posto em prática com alterações de seu sucessor, Helmuth Von Moltke. Esse plano previa uma guerra em duas frentes, ou seja, uma guerra contra a França e Reino Unido na frente ocidental e, simultaneamente, uma guerra contra a Rússia, na frente oriental.

O autor deste artigo entende que o estudo sobre as Guerras e seus planos é de extrema importância aos futuros Oficiais da Marinha, visto que serão os futuros chefes que comandarão a Marinha e que, conhecendo o passado, poderão não cometer os mesmos erros no futuro. Por isso, decidiu-se por fazer um estudo sobre a Primeira Guerra Mundial, por ser a primeira vez que em uma guerra foram envolvidas tantas potências mundiais. Assim exposto, espera-se que este breve estudo seja de grande importância na construção do conhecimento relacionado à Primeira Guerra Mundial e seus planos de guerra para o estudo de história na Escola Naval (EN).

Estipulou-se, por conseguinte, o problema de estudo como: Qual a consequência da mudança do Plano Schlieffen pelo Plano Moltke na Primeira Guerra Mundial?

O objetivo geral desta pesquisa será estudar os Planos de Guerra alemães visando identificar a relação deles com o resultado da Primeira Guerra Mundial.

A seguinte hipótese foi levantada: Se o Plano de Guerra Schlieffen, da Alemanha, não fosse alterado pelo Plano Moltke, a Alemanha teria ganhado a Primeira Grande Guerra? Para responder à questão, esta pesquisa será de cunho qualitativo e bibliográfico exploratório.

O levantamento inicial foi feito em livros e nos sítios do Google acadêmico, utilizando-se como critério de busca inicialmente as seguintes palavras-chave: “planos de guerra alemão”, “Primeira Guerra Mundial”, “Plano Schlieffen”, “Plano Moltke”.

De posse do referencial teórico que foi estudado, optou-se por apoiar nossas reflexões nos seguintes autores: Sondhaus, autor do livro *A Primeira Guerra*

Quadro 1 – Cronologia dos fatos anteriores à 1ª Grande Guerra (GG) (de 1878 até as vésperas da Guerra)

ANO	FATO HISTÓRICO
1878	O Império Otomano enfraquece; ocorre o congresso de Berlim.
1882	É formada a Tríplice Aliança entre Alemanha, Áustria-Hungria e Itália.
1889-1914	A Segunda Internacional Socialista se configura contra o militarismo.
1892-94	São concluídos uma convenção militar e um tratado de aliança entre França e Rússia.
1898	O Plano Tirpitz de expansão naval é aprovado pelo Reichstag alemão.
1898	A emergência dos Estados Unidos como potência imperial é sinalizada na Guerra Hispano-americana.
1899-1902	A Guerra Anglo-bôer expõe o isolamento britânico.
1903	A dinastia Karageorgevic é instalada no poder pelo Golpe na Sérvia, dinastia a favor da Rússia.
1904	A Entente Cordiale une Grã-Bretanha e França.
1904-05	A Guerra Russo-japonesa prefigura a guerra de trincheiras.
1906	Intensifica-se a corrida naval Anglo-germânica; O HMS Dreadnought é lançado ao mar.
1907	A Tríplice Entente é completada pela Entente Anglo-russa.
1908	A Bósnia é anexada pela Áustria-Hungria (ocupada desde 1878).
1911-12	A Guerra Ítalo-turca marca o primeiro uso de aviões em combate.
1912-13	As Guerras dos Bálcãs enfraquecem ainda mais o Império Otomano e desestabilizam a região.

Fonte: Adaptado pelo autor de Sondhaus (2013)

Mundial: história completa (2013), e Hart, autor do livro *As grandes guerras da história* (2005).

O artigo foi dividido em quatro seções: introdução, antecedentes à Primeira Guerra Mundial, análises dos planos militares e considerações finais.

ANTECEDENTES À PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

É notório que para o cumprimento do objetivo geral desta pesquisa é necessário, antes, saber a geopolítica dos países diretamente envolvidos naquela época, e, assim, saber os motivos que levaram ao início da Primeira Guerra Mundial.

A unificação política da Alemanha

Segundo Sondhaus (2013, p.21), a unificação política alcançada pela Alemanha ocorreu graças à liderança de Otto Von Bismarck, que era o primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, desde 1862. A Alemanha foi vitoriosa nas guerras contra: Dinamarca, em 1864, anexando Schleswig-

-Holstein; Áustria, em 1866; e França, em 1870-71, anexando Alsácia-Lorena. Todas essas vitórias levaram à criação do Segundo Reich, tendo como imperador o rei Guilherme I. Se por um lado anexou territórios de alguns países, Bismarck fez da Áustria o aliado mais próximo da Alemanha e com quem faria alianças com o objetivo de manter a França isolada. Metade das transações econômicas da Áustria-Hungria eram realizadas com a Alemanha, o que a tornava uma aliada dependente.

Bismarck criou o cargo de chanceler e nele ficou de 1871 até 1890, quando ficou conhecido como o chanceler de ferro. O chanceler apresentava projetos de lei por meio da Bundesrat, câmara superior composta por representantes nomeados pelos governos dos estados germânicos, mas não podia legislar, e esses projetos eram avaliados pelo Reichstag. Assim, de acordo com Sondhaus (2013, p.22), a constituição da Alemanha de 1871 fez dela a segunda potência europeia depois da França a realizar eleições com base no sufrágio universal masculino.

De 1890 a 1913, as áreas urbanas alemãs duplicaram de tamanho e a população germânica aumentou de 49 milhões de habitantes para 67 milhões. O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* da Alemanha ficava atrás apenas do PIB da Grã-Bretanha, dos domínios britânicos e dos Estados Unidos, e a produção industrial ultrapassava a da Grã-Bretanha. A Alemanha já possuía o exército mais poderoso da Europa e a segunda maior frota naval, esta que prejudicou muito os interesses estratégicos da Alemanha, por consumir mais de um terço do orçamento destinado à defesa nacional e por fazer a Grã-Bretanha se aproximar da França e da Rússia, seus tradicionais rivais, conforme Soundhaus (2013, p.22). Em 1913, o Reichstag aprovou um aumento de dezoito por cento do contingente em períodos de paz do exército alemão, que agora passava a ter oitocentos e noventa mil homens. Todos esses fatos fizeram a Grã-Bretanha e demais países da Europa começarem a se preocupar com essa nova potência.

O imperialismo

Uma questão muito importante para entendermos um dos motivos para a guerra foi o imperialismo, a divisão do mundo entre as potências da época, no século XIX. O fato de a Alemanha e a Itália terem se industrializado tardiamente acabou levando-as a ficarem com

pequenos territórios da África e da Ásia nessa partilha, territórios esses de baixo valor, em comparação com a Grã-Bretanha e a França, que ficaram com a maior parte da África e da Ásia, cujo potencial de recursos naturais era muito maior, segundo Sondhaus (2013, p.40).

A Grã-Bretanha e a França ficaram com territórios ricos em matérias-primas e com um grande mercado consumidor, enquanto Alemanha e Itália ficaram com territórios pobres de matéria-prima e, por serem poucos, com um mercado consumidor pequeno. Isso gerou grande descontentamento por parte dos alemães e italianos, o que foi um grande motivador para a guerra.

A corrida armamentista

Outro fato ocorrido nas vésperas da guerra foi a corrida armamentista, fato esse que especialistas em Relações Internacionais julgam ser o melhor exemplo histórico do “dilema da segurança”, de acordo com Sondhaus (2013, p.49), o fenômeno em que as atitudes de um país para aumentar sua própria segurança causam insegurança em outros países, o que por sua vez provoca uma atitude em outros países de crescente desconfiança, que acaba fomentando um ciclo de gastos bélicos cada vez maiores e cujo resultado é aumentar as chances de ter uma guerra.

A corrida armamentista foi identificada observando gastos militares e navais nas vésperas da guerra, que aumentaram muito. As seis grandes potências europeias, em 1913, investiam cinquenta por cento a mais em armamento que em 1908.

Havia uma corrida naval entre Alemanha e Grã-Bretanha, fato esse que foi a principal competição armamentista pré-guerra, e uma corrida de força ativa em tempos de paz do exército entre França e Alemanha. Quando o almirante Alfred Von Tirpitz foi nomeado secretário de Estado no Gabinete da Marinha Imperial alemã, em 1897, e transformou em objetivo inicial da esquadra da Alemanha uma inferioridade de três para dois em relação à Grã-Bretanha, o que daria, segundo Tirpitz, uma chance de vencer os britânicos no mar do Norte, conseguiu a aprovação do Reichstag em 1898, ao fazer um discurso dizendo que a expansão da Esquadra alemã era uma “questão de sobrevivência”, de acordo com Sondhaus (2013, p.49).

Assim, foi constituído como objetivo inicial possuir vinte e sete couraçados e doze cruzadores grandes, mas depois de dois anos uma segunda lei naval ampliou os

planos para trinta e oito couraçados e quatorze cruzadores grandes. E, finalmente, depois de leis suplementares, o número foi aumentado ainda mais, passando para quarenta e um couraçados e vinte cruzadores. Esse plano, de Tirpitz, fez com que a Alemanha fosse de quinta maior potência naval europeia para a segunda maior, em apenas alguns anos, segundo Sondhaus (2013, p.49).

Em resposta ao plano alemão, a Grã-Bretanha criou dois projetos revolucionários: o cruzador de batalha e o navio de guerra HMS Dreadnought, que acabaram tornando obsoletos todos os navios de guerra de maior porte existentes, assim, acabando com sua vantagem em termo de número de navios de guerra pré-couraçados e cruzadores blindados, proporcionando aos alemães a oportunidade de alcançar os rivais em força naval.

Ato contínuo ao fato citado, Tirpitz começou a construção dos novos navios de guerra alemães, os cruzadores grandes como cruzadores de batalha e os couraçados, que recebiam juntos o nome de “navios capitais”. Assim, em alguns poucos anos a Alemanha já tinha dez navios capitais concluídos, enquanto a Grã-Bretanha possuía doze, conforme Sondhaus (2013, p.51).

Porém, isso assustou os Britânicos, fazendo com que, em 1909 e 1910, fossem financiados oito navios capitais, suplementados por outro par custeado por Nova Zelândia e Austrália. E os alemães em resposta custearam apenas mais três, ficando para trás na corrida, com treze, e os britânicos com vinte e dois. Com o passar do tempo, a Grã-Bretanha foi superando cada vez mais os alemães, estando em 1914 com vinte e nove navios capitais em serviço e treze em construção, contra os alemães, que ficaram com dezoito em serviço e oito em construção. Tal situação deixava claro que a Alemanha não estava conseguindo desenvolver sua frota como Tirpitz queria.

Em relação ao desenvolvimento do Exército, a Alemanha, com medo de ter se preocupado muito com a Esquadra e de tê-lo esquecido, aprovou uma nova Lei do Exército, formando uma força ativa em tempos de paz de 890 mil homens. Isso causou grande preocupação por parte dos franceses e fez com que eles aumentassem o seu tempo de serviço militar de dois para três anos, acrescentando imediatamente uma nova classe de recrutas, aumentando desse modo para setecentos mil homens na força ativa de tempos de paz, que mesmo assim ficou inferior ao Exército alemão, segundo Sondhaus (2013, p.52).

O ano de 1914

Finalmente, em 28 de junho de 1914, o arquiduque Francisco Ferdinando foi assassinado por um integrante da Mão Negra, uma organização terrorista nacionalista da Sérvia, fato esse que desencadeou o que ficou conhecido como Crise de Julho de 1914, quando aconteceram diversos fatos que culminaram na Primeira Guerra Mundial.

ANÁLISES DOS PLANOS MILITARES

Neste capítulo serão analisados os planos militares Alemães e Franco-ingleses, na parte ocidental, e o plano alemão com relação ao seu território a nordeste.

Quadro 2 – Cronologia dos fatos no ano do início da 1ª GG (1914)

ANO	FATO HISTÓRICO
3 de julho	Sérvia pede ajuda à Rússia pela primeira vez.
5 de julho	A aliança entre Áustria-Hungria e Alemanha é assegurada com a “missão Hoyos”.
ANO	FATO HISTÓRICO
16 a 29 de julho	A Rússia é visitada pelo presidente francês.
23 de julho	É encaminhado um ultimato pela Áustria-Hungria à Sérvia.
25 de julho	O ultimato é rejeitado em suas partes fundamentais pela Sérvia.
28 de julho	É declarada guerra pelo Império Austro-húngaro.
31 de julho	Começam as primeiras mobilizações da Rússia contra a Alemanha.
1º de agosto	É declarada guerra pela Alemanha à Rússia.
2 de agosto	A Itália se declara como neutra.
3 de agosto	É declarada guerra pela Alemanha à França.
4 de agosto	A Bélgica é invadida pelos alemães.
4 de agosto	É declarada guerra pela Grã-Bretanha à Alemanha.
6 de agosto	É declarada guerra pela Áustria-Hungria à Rússia.

Fonte: Adaptado pelo autor de Sondhaus (2013)

Análises dos planos militares na frente ocidental

Conforme afirma Hart (2005, p.203) “O ponto de partida para quem deseje fazer um estudo das operações da frente ocidental, na Primeira Guerra Mundial, deve ser o exame dos planos militares estabelecidos antes da guerra”. Assim, faremos uma breve análise dos planos militares em estudo antes da Guerra.

Plano conjunto inglês e francês

Depois dos anos 1870, em meio a um período de reconstrução nacional, o plano militar de defesa da França era todo apoiado nas fortalezas ao longo da fronteira entre ela e a Alemanha, seguida de uma contraofensiva. Foram construídas fortalezas ao longo da fronteira da Alsácia-Lorena e foram deixadas algumas brechas para servirem como canalizadoras dos exércitos alemães, visto que já era esperada a invasão. Esse plano não considerava que a invasão alemã fosse feita por uma fronteira neutra, como a Bélgica, por exemplo.

Anterior a 1914, o Coronel Grandmison examinou o plano e considerou-o contrário à ideia de ofensiva, e, junto aos defensores de sua opinião e ao Chefe do Estado-Maior, Joffre, em 1912, formularam o Plano XVII e descartaram a antiga estratégia. Esse novo plano baseava-se num golpe direto, com todas as forças reunidas, contra o centro do dispositivo alemão. Porém, os franceses necessitavam de um Exército pelo menos igual, em número, ao do alemão, e assim, se beneficiando das fortalezas que haviam sido construídas na fronteira, poderiam fazer o ataque. O plano não previu uma invasão pelo norte, através da Bélgica, e um desdobramento pelo norte e pelo sul da França, segundo Hart (2005, p.204).

No primeiro conselho de guerra de que a Grã-Bretanha tomou parte, o Comandante da Força Expedicionária Britânica sugeriu que sua força fosse para Antuérpia, local esse que ajudaria na resistência através da Bélgica, visto que declarou estar em dúvidas quanto ao bom êxito do Plano XVII, de acordo com Hart (2005, p.204). Com essa alternativa, os ingleses poderiam ameaçar a retaguarda do exército inimigo tão logo eles avançassem pelo território belga, com o possível objetivo de adentrar na França.

O plano finalmente foi aprovado pela França e tinha tudo necessário para tornar a estratégia original alemã, criada em 1905 pelo Conde Von Schlieffen, uma ação verdadeiramente indireta. Devido às fortificações em toda a fronteira, o mais lógico para a Alemanha seria a invasão pelo território belga, e foi exatamente isso que Schlieffen planejou, buscando um desbordamento.

O Plano Schlieffen

O plano alemão feito por Schlieffen previa a maior concentração de esforço na ala direita, que deveria inva-



Figura 1 – Plano Schlieffen

Fonte: Adaptado do autor de “Animated Map: The Western Front, 1914 – 1918”.¹

¹ Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/history/interactive/animations/western_front/index_embed.shtml>. Acessado em: 29 ago. 2016.

dir a França pelo norte, através do território belga, para, após isso, através de um amplo arco, avançar para leste ou para a esquerda. Com sua extremidade direita passando pelo sul da capital francesa, fazendo pressão sobre o exército francês, para que fosse na direção do rio Moselle, onde não teria escapatória e seria martelado quando a retaguarda fosse de encontro com a bigorna formada pela fronteira suíça e pelas fortalezas de Lorena.

O interessante do plano em questão estava na distribuição das forças e na missão por elas recebida. Das setenta e duas divisões, cinquenta e três seriam postas em ação na ala direita, dez destinadas à fixação de Verdun, e nove para a ala esquerda, desdobrada ao longo da fronteira da França. Segundo Hart (2005), o fato de a ala esquerda ter um número tão pequeno de divisões serviria para facilitar o efeito da massa giratória. Ou seja, se o exército francês atacasse Lorena, forçaria a ala esquerda a recuar até o Reno, e seria, portanto, muito difícil deter o ataque do exército alemão vindo do território belga. Quanto mais o Exército francês fosse vitorioso e fizesse os alemães recuarem, mais difícil seria detê-los através da Bélgica, isso permitiria aos alemães realizar o ataque pela retaguarda. De acordo com Hart (2005, p.207), “Como no caso de uma porta giratória, se os franceses fizessem muita pressão, de um lado, o outro giraria e os atingiria pelas costas e, quanto maior a pressão, tanto mais severo seria o golpe recebido”.

O Plano Moltke

O plano feito pela França, se executado, teria tornado o plano alemão perfeito, visto que não considerava a invasão pela Bélgica. Porém, o plano alemão foi abandonado durante sua execução pelo sucessor de Schlieffen, Moltke, depois de tê-lo modificado nos preparativos feitos antes da guerra. Isso ocorreu quando começou a aumentar o poderio da ala esquerda, assim que foi dispendo de mais tropas, tornando a referida ala mais segura e consequentemente se afastando do objetivo do plano original, feito por Schlieffen.

No início do conflito, a França começou a atacar por Lorena, Moltke decidiu aceitar o desafio e adiou a invasão pela ala direita, além de transferir seis divisões, que eram inicialmente destinadas para fortificar a ala direita, para Lorena. Com isso, o efetivo alemão no local era superior e fez com que a tropa francesa recuasse, o que, segundo o plano inicial, era o contrário do que deveria acontecer.

Mesmo estando os alemães em maior número, não conseguiram um ataque decisivo, fazendo com que o

Exército francês recuasse para trás de suas barreiras fortificadas, e assim conseguisse uma resistência maior, e logo após se deslocasse para oeste. Esse fato fez com que quando Moltke resolvesse atacar pela ala direita, embora estivesse em menor número, devido não somente ao desvio das divisões que deveriam fortificar a ala direita, mas pelo fato de o Exército francês ter recuado, segundo Hart (2005, p.207).

Além disso, ficou muito difícil transferir forças da ala esquerda para a ala direita, depois que a Bélgica destruiu suas pontes em Meuse, fazendo com que os trens alemães que faziam esse deslocamento parassem, e a Alemanha tivesse que seguir outros caminhos para não somente transferir forças, mas também para abastecer as divisões com suprimentos. Outro fato que prejudicou o abastecimento foi o fato de o exército francês e o britânico demolirem todo o local em que estavam antes de fazerem suas retiradas. Todos esses acontecimentos faziam, segundo Hart (2005, p.208), com que, quando as tropas alemãs chegavam ao combate, estivessem com aparência de tropas já vencidas, de moral baixo, devido a realizarem grandes marchas de estômago vazio.

Moltke decidiu definitivamente abandonar o plano original, em setembro de 1914, quando decidiu fazer um desbordamento mais limitado, com os seus exércitos vindos do norte da França, não fazendo um envolvimento tão amplo quanto o planejado originalmente. Quando os franceses e os britânicos perceberam isso, resolveram atacar seu flanco direito, que estava mais fraco.

Devido às derrotas nas batalhas dentro da França, às notícias de desembarques dos britânicos no litoral norte da Bélgica e à disseminação de um boato, que depois se descobriu ser mentiroso, de que forças expedicionárias russas estavam se aproximando, fez com que a Alemanha recuasse.

As batalhas realizadas na frente ocidental, entre 1915 e 1917, foram batalhas estáticas, foram batalhas intermináveis em trincheiras, em que exércitos ficavam em condições muito difíceis, durante muito tempo, não tendo, assim, grandes acontecimentos importantes no período.

Análises dos Planos Militares no Nordeste Alemão

As localidades da Alemanha que se encontravam perto da fronteira entre Alemanha e os territórios inimigos a nordeste dispunham de uma rede estratégica de ferrovias

muito boa, enquanto que na Polônia e mesmo na Rússia existia um sistema escasso de comunicações. Esse fato fez com que o plano inicial alemão fosse atrair as forças inimigas para o território alemão, e assim realizar uma contraofensiva. Porém, isso poderia resultar no fato de que essa estratégia desse tempo ao exército inimigo para concentrar e movimentar sua grande máquina de guerra.

Assim, segundo Hart (2005, p.218), frente a isso, os alemães e os austríacos concordavam que o problema inicial era manter os russos imobilizados durante seis semanas, enquanto os alemães derrotavam a França e ficavam em condição de transportar forças para o nordeste alemão, para se juntarem aos austríacos e efetuarem um ataque decisivo contra a Rússia. Porém, não concordavam em como executar isso. Os austríacos desejavam realizar uma ofensiva rapidamente, alegando que desse modo manteriam os russos ocupados, enquanto os alemães estavam resolvendo os problemas no lado ocidental com a França. Enquanto que os alemães desejavam colocar o mínimo de tropas possível a leste, com o único objetivo de não entregar território ao inimigo. Assim, Moltke concordou com a concepção austríaca.

O plano inicial russo era primeiramente derrotar o exército da Áustria e só depois atacar o exército alemão. A França, porém, com o objetivo de diminuir a pressão que a Alemanha estava realizando em seu território, insistiu para que os russos realizassem uma ofensiva rápida aos alemães. O pedido foi atendido, e foram enviados dois pares de exércitos sobre as forças alemãs da Prússia.

No começo, os exércitos russos foram vitoriosos, e fizeram com que forças alemãs recuassem, porém, depois que Moltke trocou o Comandante, o novo Comandante realizou uma manobra em que atacou as frentes esquerda e direita russas, e, graças à falta de comunicação entre os exércitos russos, obteve sucesso. Foram enviadas também, para o leste, forças alemãs que estavam na parte ocidental, para ajudar na batalha contra a Rússia, fato esse que ajudou a França quanto à pressão que a Alemanha estava realizando contra seu Exército.

Com as enormes perdas do Exército austríaco, a Alemanha se viu obrigada a mandar mais exércitos para o leste, o que não ajudou muito, pois a Rússia já se encontrava no ápice de sua concentração, conseguindo dar início à invasão da Silésia. Logo após isso, a Alemanha novamente contra-atacou e recuperou as terras.

A frente oriental russa estava dividida em duas linhas de pensamento, a de Ludendorff, que desejava obter decisão com uma estratégia que era indireta, e a de Falkenhayn, que acreditava que conseguiria ao mesmo tempo poupar suas forças e destruir o poderio inimigo, com uma ação direta. Devido ao fato de Falkenhayn ser hierarquicamente superior, conseguiu impor sua vontade.

Entre os anos de 1916 e 1917, as ações alemãs e austríacas foram muito mais defensivas, enquanto que a russa foi muito mais direta, e suas batalhas estáticas, batalhas de trincheira.

Em 1917, devido à Revolução Russa, a Rússia sai da Grande Guerra, porém, os Estados Unidos entram nesse mesmo ano, e como aliados dos franceses e ingleses, piorando muito a situação da Alemanha. Assim, em 1918, a Alemanha perde a Primeira Guerra Mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral dessa pesquisa foi estudar os planos de guerra alemães na Primeira Guerra Mundial, para dessa maneira solucionar a hipótese levantada de que a Alemanha teria ganhado a Grande Guerra se Moltke não tivesse alterado o plano inicial feito por Schlieffen.

Quando Moltke alterou o referido plano, ele fortificou a ala esquerda e enfraqueceu a ala direita de sua frente de batalha, fazendo com que, ao invés de os franceses irem avançando cada vez mais para o território alemão, eles recuassem. Isso acabou influenciando todo o plano criado por Schlieffen, pois, quando a ala direita atacou a França, pelo norte, através da Bélgica, com o objetivo de adentrar o território francês até Paris, e assim encerrar o Exército francês, isso não foi possível, porque o Exército francês estava bem fortificado em seu território, e longe de Paris, em território alemão. Frente a isso, os alemães não conseguiram estabelecer um ataque tão largo como planejado inicialmente, tendo que enfrentar exércitos franceses muito mais concentrados do que o esperado.

Ao mesmo tempo, no nordeste de seu território, os alemães enfrentavam os russos, que tinham por objetivo apenas atacar os alemães quando derrotassem totalmente os austro-húngaros, mas, a pedido da França, iniciaram o ataque contra os alemães. O pedido da França tinha como objetivo desestabilizar a Alemanha, e, assim, fazê-la deslocar tropas que estavam na par-

te ocidental para a parte nordeste do território. Com isso, a parte ocidental estaria ainda mais fraca, e os franceses conseguiriam uma derrota mais rápida.

Com a Revolução Russa, a Rússia sai da guerra, porém, no mesmo ano, os Estados Unidos entram na Grande Guerra, enviando tropas para atacarem a Alemanha.

A partir de todos esses fatos, pode-se concluir que mesmo se Moltke não tivesse alterado o plano original, a Alemanha teria perdido a Primeira Grande Guerra, a guerra

apenas teria demorado um pouco mais, pois a Alemanha não conseguiria enfrentar em tantas frentes, e ainda mais uma, com a chegada dos Estados Unidos na guerra, e sair vitoriosa. Assim, a hipótese inicial foi refutada.

Esse estudo foi realizado por ser de grande importância aos futuros chefes da Marinha, possibilitando um maior conhecimento sobre a Primeira Guerra Mundial, para, conhecendo os erros do passado, não cometerem os mesmos erros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HART, B. H. L. *As grandes guerras da história*. 6. ed. São Paulo: IBRASA, 2005.

SONDHAUS, L. *A Primeira Guerra Mundial: história completa*. São Paulo: Contexto, 2013.



CIANB
 Centro de Instrução e Adestramento
 Almirante Newton Braga

Av. Rio Branco 125, 6º andar, Centro - Rio de Janeiro RJ CEP 20.040-006
 Tel/Fax.: 21 2221 8752
 comercial@lopezmarinho.com.br



INSTITUTO
 DE PESQUISAS
 DA MARINHA **IPqM**



"Nossa missão é desenvolver tecnologias necessárias à Marinha"





SOBERANIA TERRITORIAL E O ESPAÇO CIBERNÉTICO

Aspirante Américo Fortuna da Silva
Aspirante Christian Toshio Ito

INTRODUÇÃO

Ataques à infraestrutura estratégica de um país, espionagem industrial e internacional, fraudes bancárias e uso militar do espaço cibernético – esses eventos, e muitos outros que têm ocorrido e continuarão a ocorrer diariamente, levantam questões importantes sobre o papel e a responsabilidade dos Estados em relação a incidentes cibernéticos. Os Estados devem exercer o controle soberano sobre a infraestrutura cibernética que se localiza em seu território? Se assim for, os Estados têm a responsabilidade de controlar as atividades cibernéticas que emanam ou as que apenas trafegam através de seus ativos cibernéticos? Em outras palavras, até que ponto um Estado tem que controlar as atividades de atores não estatais, tais como ativistas cibernéticos, organizações criminosas e terroristas,

quando essas ações cibernéticas podem causar danos a outras pessoas ou Estados?

A resposta a estas perguntas orbita em grande parte em torno da doutrina de soberania no direito internacional. Na medida em que as nações exercem a sua soberania sobre o espaço cibernético e sua infraestrutura, isto fornecerá respostas-chave para o nível de controle que os Estados devem exercer e quanta responsabilidade estes devem aceitar quando não conseguirem fazê-lo adequadamente, ao falhar em deter atividades cibernéticas ilegais.

Assumiremos que os Estados têm poder soberano sobre a sua infraestrutura cibernética e que com esse poder vem a responsabilidade de controlá-la e impedir que ela seja conscientemente utilizada para perpetrar



Figura 1 - A utilização do espaço cibernético por organizações terroristas

Fonte: *SITE Intel Group*.

atividades prejudiciais a outros Estados e indivíduos. Esta responsabilidade, de evitar atividades cibernéticas ilegais, estende-se não apenas aos agentes estatais, mas também para os intervenientes não estatais. Este poder soberano e a responsabilidade que dele advém, enquanto quase exclusiva, necessariamente possuem algumas limitações.

Na área emergente de operações cibernéticas, a aplicação da doutrina de soberania para atividades neste espaço criou um controverso debate entre Estados, acadêmicos e especialistas. O Manual Tallinn reflete algumas das controvérsias sobre o princípio da soberania aplicado ao espaço cibernético, sugerindo que os Estados estão hesitantes, atualmente, em aceitar a responsabilidade pelas atividades cibernéticas que se originam em seu território. No caso dos ataques cibernéticos que atingiram a Estônia em 2007, a Rússia não só negou qualquer responsabilidade como também recusou as solicitações por parte da Estônia para que investigasse e extraditasse os potenciais criminosos que agiram de dentro do território russo. No caso do *malware* “Stuxnet”, apesar de inúmeras alegações e evidências de que os Estados Unidos e Israel estavam diretamente envolvidos, nenhum dos dois países admitiu oficialmente qualquer responsabilidade

ou participação neste caso. Esta hesitação, por parte dos Estados, em aceitar a responsabilidade por incidentes que ocorrem através da Internet é o produto de duas grandes questões inerentes à estrutura desta: a dificuldade de atribuir de maneira oportuna a responsabilidade de um ataque (levando em consideração os mecanismos de ocultação na rede) e o método randômico em que os dados trafegam pela infraestrutura cibernética, normalmente levando o caminho de menor resistência, sem respeito à geografia.

Esta dificuldade inerente à atribuição faz com que os Estados permaneçam cautelosos em aceitar responsabilidade por ataques originados de seu território, não só porque eles não podem identificar o atacante em tempo hábil, mas porque, mesmo se pudessem identificar o computador a partir do qual se origina o ciberataque, é improvável que eles saibam quem está por trás do computador. Da mesma forma o anonimato permite ao Estado adotar medidas moralmente questionáveis, sabendo que a atribuição de responsabilidade é praticamente impossível. Isto é especialmente verdadeiro para as medidas tomadas por diversos países através de *proxies*, como atores não estatais, a fim de atingir objetivos políticos, militares ou econômicos.

O CONCEITO DE SOBERANIA TERRITORIAL

Independentemente das várias teorias sobre a função legal do território, é de ampla aceitação que, segundo o princípio da soberania territorial, um Estado exerce completa e exclusiva autoridade sobre o seu território. Max Huber, na arbitragem “Ilhas Palmas”, afirmou esse princípio geral da seguinte forma: “Soberania nas relações entre os Estados significa independência. Independência em relação a uma porção do globo é o direito de exercer nela, à exclusividade de quaisquer outros Estados, as funções de um Estado.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1928). De acordo com o Tribunal Internacional de Justiça: “Entre Estados independentes o respeito à soberania territorial é um fundamento essencial das relações internacionais.” (1952, apud DAHLHOFF, 2012, p.35). Além disso, o Estado tem o direito de controlar o acesso e a saída do seu território; este pressuposto parece aplicar-se também a todas as formas de comunicação. A soberania territorial protege um Estado contra qualquer forma de interferência por parte de outros Estados. Enquanto tal interferência pode implicar a utilização da força, esse aspecto não é tratado no presente artigo.

Deve-se ter em mente que a soberania territorial não se limita somente à garantia de proteção aos Estados, mas também impõe obrigações aos mesmos, especialmente a obrigação de proteger no seu território os direitos de outros Estados, nomeadamente o seu direito à integridade e à inviolabilidade em paz e em guerra, juntamente com os direitos que cada Estado pode reivindicar sobre seus nacionais em território estrangeiro.

A Corte Internacional de Justiça, na sua decisão “Canal de Corfu”, confirmou este entendimento de soberania: “por soberania, entendemos todo o conjunto de direitos e atributos que um Estado possui em seu território, com a exclusão de todos os outros Estados, e também nas suas relações com outros Estados” (CIJ, 1949). Apesar de o poder soberano de um Estado ser quase absoluto, ele é limitado por certos princípios do direito internacional, incluindo as ações do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Direito Internacional dos Conflitos Armados e os direitos humanos fundamentais. Há também áreas onde, com base no acordo consensual e costume, nenhum Estado pode afirmar a soberania, como o alto-mar. Essa área tem sido tratada como *res communis*, o que significa que ela pertence a toda comunidade internacional e não pode ser apropriada por nenhum Estado. Existem ou-

tras áreas onde os atores estatais concordaram em soberania não exclusiva, como a Antártica, o fundo do mar e a lua. Estas são áreas onde nenhum Estado exerce o poder, mas onde todos os compartilham o poder, com base em acordo.

SOBERANIA TERRITORIAL E ESPAÇO CIBERNÉTICO

Espaço cibernético tem sido definido como um domínio global dentro do ambiente da informação que consiste na rede interdependente de infraestruturas de tecnologia da informação, incluindo a Internet, redes de telecomunicações, sistemas de computadores incorporados, processadores e controladores. É um termo taquigráfico que se refere ao ambiente criado pela confluência de redes cooperativas de computadores, sistemas de informação e infraestruturas de telecomunicações, comumente referido como a *World Wide Web*. É verdade que o ciberespaço é caracterizado pelo anonimato e pela onipresença, por isso parece lógico assimilá-lo ao alto-mar, espaço aéreo internacional e espaço sideral, ou seja, a considerá-lo um *global common* ou legalmente um *omnium res communis*. No entanto, essas caracterizações apenas justificam a conclusão óbvia de que o espaço cibernético, em sua totalidade, não está sujeito à soberania de um Estado ou de um grupo de Estados. Dadas as suas características, é imune a apropriação.

Apesar da classificação correta de “espaço cibernético como tal” como uma prática *res communis*, o ciberespaço, ou melhor, os seus componentes físicos, não são imunes à soberania e ao exercício da jurisdição. Por um lado, os Estados têm exercido, e continuarão a exercer, a sua jurisdição penal *vis-à-vis* a crimes cibernéticos e continuarão a regular as atividades no ciberespaço. Por outro lado, é importante ter em mente que o ciberespaço exige uma arquitetura física para existir. O equipamento respectivo geralmente está localizado no território de um Estado. É de propriedade do governo, de empresas ou de pessoas físicas. Ele é conectado à rede elétrica nacional. A integração dos componentes físicos, ou seja, a infraestrutura cibernética localizada no território de um Estado, para o “domínio global” do ciberespaço, não pode ser interpretada como uma renúncia ao exercício da soberania territorial, não impedindo um Estado de exercer a sua soberania, especialmente a sua jurisdição penal, à infraestrutura cibernética localizada em áreas cobertas pela sua soberania territorial.



Figura 2 - Na cúpula da OTAN em Varsóvia, os países signatários do Tratado do Atlântico assinaram o Comprometimento em Defesa Cibernética

Fonte: OTAN.

Os Estados têm continuamente enfatizado o seu direito de exercer controle sobre a infraestrutura cibernética localizada nos seus respectivos territórios, a fim de exercer a sua jurisdição sobre as atividades cibernéticas no seu território e proteger sua infraestrutura cibernética contra qualquer interferência transfronteiriça perpetrada por outros Estados ou indivíduos.

É preciso enfatizar que a aplicabilidade do princípio da soberania para os referidos componentes e atividades no ciberespaço não é barrada pelo caráter inovador e original da tecnologia subjacente. Isso vale para a maioria das normas e princípios do direito internacional consuetudinário que se aplicam ao ciberespaço e às atividades cibernéticas. O presidente dos Estados Unidos da América (THE WHITE HOUSE, 2011, p.9), no âmbito da Estratégia Internacional para o Ciberespaço de 2011, afirmou claramente que o “desenvolvimento de normas para a conduta do Estado no ciberespaço não exige uma reinvenção do direito internacional costumeiro, nem impossibilita normas internacionais existentes. As normas internacionais de longa data que orientam o comportamento do Estado – em tempos de paz e conflito – também se aplicam no ciberespaço”.

Isso não significa necessariamente que as referidas regras e princípios são aplicáveis ao ciberespaço em sua

interpretação tradicional. Tendo em vista o caráter novo do ciberespaço e tendo em conta a vulnerabilidade da infraestrutura cibernética, há uma incerteza perceptível entre os governos e juristas se as normas e princípios do direito internacional consuetudinário tradicionais são suficientemente aptos a fornecer as respostas desejadas a algumas questões preocupantes. É, portanto, de extrema importância que os Estados não só concordem com a aplicação do direito internacional consuetudinário ao ciberespaço, mas também sobre uma interpretação comum que leve em devida consideração as características únicas da tecnologia de rede. Por isso, é necessário que os governos continuem a trabalhar de maneira cooperativa para criar um consenso a respeito de normas de comportamento aplicáveis ao ciberespaço.

APLICABILIDADE DA SOBERANIA TERRITORIAL NO ESPAÇO CIBERNÉTICO

A aplicabilidade do princípio da soberania territorial ao ciberespaço implica que a infraestrutura cibernética localizada no território terrestre, nas águas interiores, no mar territorial, e, quando aplicável, nas águas arquipelágicas ou no espaço aéreo nacional está coberta pela soberania territorial do respectivo Estado. Assim, a princípio, o Estado tem o direito de exercer o controle sobre essas

infraestruturas e atividades cibernéticas nessas áreas. Não pode ser deixado fora de consideração, no entanto, que o exercício da soberania pode ser restringido por normas consuetudinárias ou convencionais do direito internacional, tais como a imunidade de correspondência diplomática ou os direitos de passagem inofensiva, passagem em trânsito e rotas marítimas arquipelágicas.

A primeira consequência do que foi inferido acima é que a infraestrutura cibernética localizada em áreas sob a soberania territorial está protegida contra a interferência externa. Esta proteção não está limitada às atividades que caracterizam uma utilização injustificada de força, um ataque armado ou uma intervenção ilegal. É importante notar que nem todos os Estados concordam plenamente que os impactos sobre a infraestrutura cibernética de outro Estado constitui, necessariamente, uma violação do princípio da soberania territorial. Ressalta-se que, se o resultado de atos de interferência infligem danos materiais à infraestrutura cibernética localizada em outro Estado, parece haver um consenso suficiente de que tal ato constitui uma violação da soberania territorial do Estado agredido. Neste contexto, é preciso reconhecer que, segundo alguns, o dano infligido deve ser grave. Se, no entanto, não há danos materiais relevantes à infraestrutura cibernética, não é entendido consensualmente se essa atividade pode ser considerada uma violação da soberania territorial. O exemplo usual dado é espionagem, incluindo espionagem cibernética, porque o direito internacional carece de uma proibição das atividades de espionagem.

De acordo com a Estratégia Internacional para o Ciberespaço dos EUA, as seguintes atividades podem qualificar-se como violações da soberania territorial: ataques às redes e sua utilização para atos hostis que ameaçam a paz e a estabilidade, as liberdades civis e a privacidade. Enquanto os respectivos atos não são especificados, infere-se que o governo dos EUA está se resguardando para uma aplicação mais ampla e incisiva do princípio da soberania territorial, porque afirma o direito de responder a tais atos com todos os meios necessários, incluindo, se necessário, o uso convencional da força. No que diz respeito a infraestrutura cibernética, protegida assim pelo princípio da soberania territorial, é irrelevante se ela pertence ou é operada por instituições governamentais, entidades privadas ou pessoas físicas.

Deve-se ter em mente, no entanto, que no caso de um conflito armado o princípio da imunidade soberana não desempenha nenhum papel nas relações entre os Estados beligerantes. Em seguida, os objetos que gozam de imunidade soberana podem ser destruídos

(caso se qualifiquem como alvos legítimos) ou estar sujeitos à apreensão pelas forças armadas inimigas. Além disso, a imunidade soberana não é ilimitada. Por exemplo, a aeronave remotamente pilotada Lockheed Martin RQ-170, de propriedade dos EUA foi interceptada e forçada a pousar pelo Irã (alegadamente por meio cibernéticos) em 2011, estava sobrevoando o espaço aéreo nacional iraniano e, assim, violou a soberania territorial deste. Assim, o Irã tinha o direito de utilizar todos os meios necessários, incluindo meios cibernéticos, para deter essa violação de sua soberania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do exposto acima, podemos afirmar que a soberania territorial possui um relevante peso legal e de grande eficácia no direito internacional; tal princípio pode ser aplicado ao ciberespaço sem modificações de largo escopo se este é entendido como compreendendo componentes físicos – ou infraestrutura cibernética – que estão localizados no território de um Estado ou de outro modo protegido pelo princípio da soberania territorial. Contudo, esta conclusão não implica que todos os aspectos de proteção da soberania territorial foram esclarecidos. Por exemplo, ainda não há um consenso entre os Estados a respeito de quais operações cibernéticas se qualificam como uma utilização imprópria da força, de acordo com o artigo 2 da Carta da ONU, ou como uma agressão armada ao abrigo do artigo 51. As referências bastante abstratas para infraestruturas críticas não são muito úteis se não há consenso a respeito de que objetos e instituições estão sendo considerados críticos.

Igualmente eficaz é o conceito de jurisdição territorial. Por conseguinte, os Estados têm o direito de regular as atividades cibernéticas que ocorrem nos seus territórios e fazer valer o seu direito interno. Embora os Estados gozem de um direito quase ilimitado de exercer a sua jurisdição territorial, em relação às atividades e infraestruturas cibernéticas nos seus territórios, há uma necessidade indiscutível de uma compreensão acordada internacionalmente de que a funcionalidade e os benefícios da *internet* serão seriamente ameaçados se os Estados não exercerem a sua jurisdição territorial com respeito pelas redes de outras nações e pelo espaço cibernético como um todo. Finalmente, os governos também devem cooperar entre si a fim de melhorar as suas capacidades na área da ciência forense cibernética. Tais esforços de cooperação são necessários não só para identificar os atacantes, mas também para a dissuasão mais eficaz dos Estados e atores não estatais com intenções de uso maléfico do espaço cibernético.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAHLHOFF, Guenther. *International Court of Justice: Digest of Judgments and Advisory Opinions, Canon and Case Law 1946-2012*. Londres: Brill, 2012.

HEINEGG, Wolff. *Legal Implications of Territorial Sovereignty in Cyberspace*, NATO Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence (2012). Disponível em: <https://ccdcoe.org/publications/2012proceedings/1_1_von_Heinegg_LegalImplicationsOfTerritorialSovereigntyInCyberspace.pdf>. Acesso em: 19 de jul. 2016.

JENSEN, Eric. *Cyber Sovereignty: The Way Ahead*, Texas International Law Journal (2015). Disponível em: <<http://www.tilj.org/content/journal/50/14%20JENSEN%20PUB%20PROOF.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

KANUCK, Sean. *Sovereign Discourse on Cyber Conflict Under International Law*, Texas Law Review (2010). Disponível em: <<https://www.law.upenn.edu/institutes/cerl/conferences/cyberwar/papers/reading/Kanuck.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Reports of International Arbitral Awards: Islands of Palmas case*. Corte Permanente de Arbitragem (1928). Disponível em: <http://www.legal.un.org/riaa/cases/vol_III/829-871.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2016.

SCHMITT, Michael. *The Law of Cyber Warfare: Quo Vadis*, Stanford Law & Policy Review (2014) Disponível em: <https://journals.law.stanford.edu/sites/default/files/stanford-law-policy-review/print/2014/06/schmitt_25_stan_l_poly_rev_269_final.pdf>. Acesso em: 17 de jul. 2016.

THE WHITE HOUSE. *International Strategy for Cyberspace*. White House (2011). Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/international_strategy_for_cyberspace.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

WEDGWOOD, Ruth. *Proportionality, Cyberwar, and the Law of War*, U.S. Naval War College International Law Studies (2002). Disponível em: <<https://www.usnwc.edu/getattachment/529250c6-9acc-4fca-824a-b77dda2e89d7/Proportionality,-Cyberwar,-and-the-Law-of-War.aspx>>. Acesso em: 21 de jul. 2016.



A REGATA ECOLÓGICA DA ESCOLA NAVAL: FERRAMENTA DE CONTRIBUIÇÃO AO ATENDIMENTO DA MISSÃO CONSTITUCIONAL DA MARINHA DO BRASIL

Professor Fernando Antonio Cardoso Garrido¹

É diante de complexo contexto de ocorrência de grandes e diversificados eventos, que alcançaram dimensões globais nas duas últimas décadas do século XX, impactado pela necessidade de discussões em nível mundial de temas como a degradação ambiental, que surgia a “Regata Ecológica da Escola Naval”, em

¹ Mestre em Educação Física pela Universidade Gama Filho (UGF).

1998. Nessa direção, o Corpo de Aspirantes passava a chamar a atenção da sociedade brasileira, em especial da carioca, para os problemas de degradação da Baía de Guanabara, que já perduravam, naquela altura, mais de cinco décadas, com a criação da “Regata Ecológica”, organizada pela Sociedade Acadêmica Phoenix Naval (SAPN), em parceria com o Grêmio de Vela da Escola Naval (GVEN).



A criação da “Regata Ecológica da Escola Naval” vinha em favor da compreensão da importância do mar, da melhoria da higiene física do militar, mas em especial do fortalecimento da inter-relação entre esporte e meio ambiente, que garante ao militar maior compreensão do conceito de sustentabilidade. Este conceito, por sinal, retrata que somente a exploração consciente dos recursos naturais possibilitará a sua utilização pelas gerações futuras.

A “Regata” reproduz as questões ambientais, a mobilização e a educação do ser humano em favor da consciência ecológica, seus temas centrais. Nesse sentido, o evento desenvolve ações orientadoras de preservação e educação ambiental, além de fortalecer a mentalidade marítima.

Nessa linha de atuação, a “Regata” oferece ensinamentos com um maior conhecimento e estímulo à compreensão sobre a importância e o uso do mar, despertando a busca por soluções com relação à proteção, à preservação e à exploração na vasta área marítima do Brasil. Da mesma forma, a “Regata” também chama atenção da sociedade carioca ao expor um olhar crítico sobre as mazelas relacionadas ao ecossistema da Baía da Guanabara.

O espaço marítimo brasileiro, conhecido como Amazônia Azul, e a Amazônia Verde, com seus rios navegáveis, devem ser protegidos por serem abrigo de incalculáveis recursos naturais. A Amazônia Azul é um local de importância estratégica, por conter plataformas de petróleo e de gás, linhas de comunicação marítimas e grande biodiversidade. Seus potenciais se expressam pelo grande fluxo de comércio, principalmente internacional em rotas pré-estabelecidas, o que permite trocas de mercadorias de toda ordem, geração de empregos, turismo etc., produzindo riquezas para o Brasil.

É daí que advém o dever da Marinha de estar de prontidão, para tomar as medidas necessárias ao cumprimento das tarefas básicas do Poder Naval, quais sejam: a negação do uso do mar; o controle de áreas marítimas; a projeção de poder sobre a terra; e a contribuição para a dissuasão.

Em razão desse entendimento, o militar, elo essencial para o cumprimento da missão constitucional da MB, tem como aliados, ao longo da carreira, o esporte e suas competições entre as mais variadas atividades físicas ao seu dispor, na busca da melhoria da higiene física, o que lhe garante em contrapartida



o aprimoramento dos aspectos físicos, mental, moral, técnico e intelectual.

Nesse sentido, em 2014, o então Comandante da Escola Naval, Contra-Almirante Marcelo Francisco Campos, expressou de forma significativa o que representa a “Regata” ao comentar sobre o evento. Disse o Almirante:

A mensagem da regata é promover o contato de estudantes com o mar, com a noção de desenvolver a mentalidade marítima, o conhecimento do mar, de respeitar o mar e, sobretudo, preservá-lo. É a 15ª edição da regata, que já virou tradição na Escola Naval²

A “Regata” tem o objetivo simbólico da limpeza da Baía da Guanabara, com o recolhimento de lixo flutuante despejado sem qualquer tratamento, realizado por dezenas de tipos de embarcações a vela e a remo. A competição ocorre sob a forma de ginca-na, de acordo com as categorias de barcos das classes

“Oceânico”, “Cabinado” e “Escaler”. As equipes são mistas e compostas por Aspirantes, universitários de instituições de ensino superior públicas e privadas, instituições de pesquisa e jovens de projetos sociais que integram os núcleos de atividades náuticas, voltadas às comunidades carentes e de baixa renda, localizados na orla marítima.

A equipe vencedora é aquela que recolher a maior quantidade de lixo da Baía da Guanabara. As equipes disputam, também, um prêmio especial concedido ao barco que encontrar o lixo mais exótico. A “Regata” é uma competição que faz parte das comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho. Atualmente, esta competição conta com a presença de cerca de 250 participantes.

Uma maior abrangência na relação entre o esporte e meio ambiente foi obtida pela “Regata” em 2013, com a parceria realizada com a Recicloteca, que é um Centro de Informações sobre Reciclagem e Meio Ambiente criado pela ONG Ecomarapendi. Nesse sentido, a “Regata” passou a oferecer palestras e a instalação de estandes para a exposição de projetos voltados à manutenção do ecossistema marinho da Baía de Guanabara, ecologia, preservação ambiental e reciclagem.

2 Regata Ecológica recolhe 363 quilos de lixo - Portal Vermelho. Disponível em: <www.vermelho.org.br/noticia/241178-101>. Acesso em: 30 nov. 2016.



Com a reciclagem, pretende-se mostrar etapas do processo da transformação de um novo material, com a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos. São apresentados, ainda, projetos de meio ambiente sustentável, estimulando a reflexão e o consumo responsável, de forma a evitar a degradação do meio ambiente.

O Corpo de Aspirantes todos os anos se mobiliza, objetivando a realização da “Regata”, que foi, em seu início, restrita às seis companhias dos quatro anos escolares. Progressivamente, com o passar dos anos, verificou-se a necessidade de promover o chamamento da sociedade civil carioca. Ademais, a mobilização dos Aspirantes acarretou em maior divulgação e, conseqüentemente, maior visibilidade da “Regata”, principalmente pela realização de palestras junto às Instituições de Ensino Superior sobre a Escola Naval e os eventos nela realizados. Nessa perspectiva, a competição começou a angariar parcerias às causas ecológicas, dentre elas: os alunos das universidades públicas e privadas, de áreas afins, as organizações não governamentais, como o Projeto Grael e as empresas ligadas à reciclagem e de natureza pública e privada, como foi o caso de FURNAS, com o patrocínio da “Regata”, e a

participação de atletas olímpicos, como Ricardo Winiicki, o “Bimba”, em 2016.

Em suma, a “Regata” fortalece a relação entre esporte e meio ambiente e atua na formação do militar ao promover o desenvolvimento de consciência ecológica de profissionais que irão desempenhar tarefas e atribuições em estreito contato com a natureza, em especial com o mar. Ela contribui para maior compreensão do militar sobre a importância dos cuidados com o meio ambiente, fortalecendo a sua visão quanto à necessidade de preservar, proteger e defender a Amazônia Azul e as águas interiores do Brasil, locais que abrigam grande diversidade de riquezas naturais e que possuem importância político-estratégica, econômica e militar.

Finalmente, cabe assinalar que a “Regata Ecológica” da Escola Naval, ao promover a inter-relação entre o esporte, o meio ambiente, a MB e a sociedade civil, contribui de forma significativa para a formação dos futuros Oficiais da MB, conhecidos como “Sentinelas dos Mares”, tornando-os cidadãos ainda mais conscientes de suas responsabilidades sociais perante a nação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Planejamento Estratégico Operacional (PEO)**, 1. Rev. 2015-2018. Disponível em: <www.comen-ch.mar.mil.br>. Acesso em: 3 ago. 2016 .

_____. **Política de Defesa Nacional 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/DEFES.htm>. Acesso em: 3 ago. 2016.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa (END/2008)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em: 3 ago. 2016.

MUSSI, Erica. **XVI Regata Ecológica da Escola Naval - 2015 - Recicloteca**. Disponível em: < <http://www.recicloteca.org.br/noticias/xvi-regata-ecologica-da-escola-naval-2015/>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. **XVII Regata Ecológica da Escola Naval**. Projeto de Patrocínio. Escola Naval. 2016.

REGATA Ecológica da Escola Naval leva consciência ambiental à Baía da Guanabara. Disponível em: < <http://www.marinha.mil.br/node/1351>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

XII REGATA Ecológica da Escola Naval - **Revista Cultura e Cidadania**. Disponível em: < blogspot.com.br/2011/08/xii-regata-ecologica-da-escola-naval.html>. Acesso em: 2 ago. 2016.

Passagem de Comando da Escola Naval



No dia 6 de abril, o Vice-Almirante Marcelo Francisco Campos passou o cargo de Comandante da Escola Naval (EN) para o Contra-Almirante Newton de Almeida Costa Neto.

Durante a cerimônia militar, os Aspirantes e a Guarnição desfilaram em continência ao novo Comandante da EN. Atualmente, o Corpo de Aspirantes é composto por 925 “Sentinelas dos Mares”, sendo 35 do sexo feminino e 27 estran-

geiros, entre os quais há representantes de Angola, Cabo Verde, Líbano, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Paraguai, Peru, Senegal e Venezuela.

Finalmente, estiveram presentes no evento ex-Ministros da Marinha, ex-Comandantes da Marinha, Almirantes de Esquadra, além do Vice-Almirante Renato Rodrigues de Aguiar Freire, Diretor de Ensino da Marinha, que presidiu a cerimônia.

22ª Simulação de Relações Internacionais da Escola Naval



No período de 18 a 20 de maio, foi realizada a 22ª Simulação de Relações Internacionais da Escola Naval (SIRIEN). O evento ocorreu na biblioteca da EN, em duas sessões que trataram dos seguintes temas: Conselho do Atlântico Norte, “Operações na Síria - Questão da Turquia” e Conselho de Segurança Histórico, “Questão da Guerra das Malvinas.”

O evento foi organizado pelo Grêmio de Relações Internacionais da EN e contou com a presença de 100 participantes, dentre eles: Cadetes da

Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Cadetes da Academia da Força Aérea (AFA), alunos do Colégio Naval e universitários dos cursos de Relações Internacionais, Direito e outras graduações de instituições de ensino de Brasília, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Os participantes, além de presenciarem debates de altíssimo nível, puderam conhecer um pouco das atividades realizadas pelos “Sentinelas dos Mares”, conhecendo, também, as modernas instalações da Escola Naval.

Escola Naval realiza Cerimônia de Juramento à Bandeira e entrega de Espadim



No dia 4 de junho de 2016, os integrantes da Turma “Almirante Protógenes” realizaram o juramento à Bandeira Nacional, solenemente incorporando-se à Marinha do Brasil.

Neste dia, 233 Aspirantes brasileiros, sendo 12 do sexo feminino, prestaram juramento perante a invicta Bandeira Nacional, simbolizando o instante em que passaram a se dedicar inteiramente ao serviço da Pátria, com a promessa de defender a Nação Brasileira com o sacrifício da própria vida.

O espadim que receberam materializa aquele compromisso solene, sendo usado, com poucas modificações em tamanho e desenho, pelos As-

pirantes da Escola Naval, desde a sua criação em 1782. O Espadim é, também, mais um elemento de consolidação do “Espírito desta nova Turma”, a Turma “Almirante Protógenes”.

Também receberam o espadim quatro Aspirantes estrangeiros, sendo um Aspirante oriundo do Paraguai, dois do Senegal e um da Venezuela.

Esta cerimônia marcou uma nova fase na vida destes jovens, formando um espírito único e coletivo, que sempre os acompanhará, ao qual se denomina Turma. Este poderoso vínculo foi vivificado pela presença de integrantes da Turma “Grenfell” que receberam seus espadins há exatos 50 anos.

Escola Naval sedia XIII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional



A Escola Naval sediou, entre os dias 11 e 14 de julho, o XIII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional (CADN), uma atividade de cunho educacional e cultural promovida pelo Ministério da Defesa, por intermédio da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD).

O evento tem o objetivo de estimular a interação entre as escolas militares e as instituições civis de ensino superior, seus alunos e professores, além de promover o debate acerca de problemas relevantes para o Brasil, contribuindo para a consolidação de uma cultura de defesa nacional.

Além das palestras, debates e atividades acadêmicas, os congressistas tiveram a oportunidade também de participar de diversas atividades so-

cioculturais, como o passeio pela Baía de Guanabara no Navio Rebocador Laurindo Pitta, a visita ao planetário da Escola Naval, um dos únicos na cidade do Rio de Janeiro, e ao Simulador de Aviso de Instrução, onde os Aspirantes simulam navegação e manobra, além de apreciarem a apresentação da Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais.

Foram proferidas palestras por autoridades militares e civis, como o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), Almirante de Esquadra Ademir Sobrinho, e o Primeiro Secretário Roger Joseph Abboud, da Assessoria de Assuntos de Defesa do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Escola Naval participa do VII EPESM

A Escola Naval (EN) enviou 16 participantes ao VII Encontro Pedagógico do Ensino Superior Militar (EPESM), realizado entre 12 e 14 de julho, na Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), em Resende-RJ.

Dez trabalhos científicos da EN foram apresentados no VII EPESM, que promoveu um profícuo debate sobre o ensino superior militar e os desafios da atualidade: cenários, avanços e oportunidades de melhoria.

O objetivo do encontro é promover o intercâmbio entre as instituições de ensino superior militar, além de estimular a integração entre as Forças Ar-



madas e o ambiente acadêmico, buscando a contribuição de pesquisadores nas diversas áreas de interesse da defesa para o aprimoramento das práticas desenvolvidas nas escolas militares.

Chama Olímpica chega ao Rio de Janeiro por meio da Escola Naval

Na manhã do dia 3 de agosto, a Escola Naval foi palco da cerimônia de chegada da Chama Olímpica no Rio de Janeiro, um dos maiores símbolos das Olimpíadas. A Chama chegou à cidade atravessando a Baía de Guanabara, vinda de Niterói, na Região Metropolitana.

A bordo da embarcação escaler a remo, os Aspirantes conduziram os medalhistas olímpicos e irmãos Torben e Lars Grael. O velejador Lars Grael fez a entrega da Chama ao prefeito, Eduardo Paes,

oficializando a chegada do símbolo na cidade.

O evento contou com as presenças do Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, Almirante de Esquadra Fernando Antonio de Siqueira Ribeiro, do Diretor Geral do Pessoal da Marinha, Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior, do Comandante do 1º Distrito Naval, Vice-Almirante Leonardo Puntel, do Comandante da Escola Naval, Contra-Almirante Newton de Almeida Costa Neto e demais autoridades civis e militares.



Secretário de Estado norte americano visita as instalações oficiais de treinamento dos Jogos Olímpicos na Escola Naval



O Secretário de Estado dos Estados Unidos, John Kerry, visitou, no dia 5 de agosto, as instalações da Escola Naval. O local se tornou um dos Centros Oficiais de Treinamento da delegação americana durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Cerca de 230 atletas americanos treinam diariamente na Instituição, nas modalidades de atletismo, vôlei masculino e feminino, polo aquático, além do atletismo paralímpico.

O Comitê Olímpico Americano (COA) investiu na instalação de uma nova pista de atletismo, com o propósito de realizar seus treinos em local semelhante ao Estádio João Havelange. O COA também contribuiu na manutenção dos aquecedores das piscinas olímpica e semi olímpica, na adequação da rede elétrica dos ranchos de Cabos e Marinheiros, na iluminação do campo de esporte e ginásio e na cobertura do teto do ginásio com manta impermeável.

Escola Naval participa da III Olimpíada de História Militar e Aeronáutica

A Escola Naval (EN) participou da III Olimpíada de História Militar e Aeronáutica nos dias 17 e 18 de agosto, realizada na Academia da Força Aérea (AFA), em Pirassununga – SP. Pela primeira vez o evento contou com a participação de equipes externas às da AFA, como as da Escola Naval (EN), da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (ESPCEx), perfazendo um total de 14 equipes. Cada equipe foi constituída por quatro membros e nomeada em homenagem a alguma autoridade com importância na história militar.

Ao final da Olimpíada, os representantes da EN obtiveram os seguintes resultados: Equipe Almirante Saldanha da Gama alcançou o 3º lugar e Almirante Thomas Cochrane, o 4º lugar. Cabe ressaltar também que a EN logrou o recorde de acertos com 49 acertos de 60 questões, na fase individual, sendo reconhecida e parabenizada pela conquista.

O evento foi de suma importância, não só pelo sucesso obtido pela EN, mas também por incentivar a pesquisa, o estudo e a integração entre as Academias Militares, através do lúdico e do interesse por assunto tão relevante à carreira militar, que é a História Militar.

